



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E  
TERRITÓRIO**

**FERNANDA RODRIGUES LAGARES**

**A CONSTRUÇÃO DE CANUDOS E A BUSCA PELO DIREITO A UMA CIDADE EM  
*OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA***

**ARAGUAÍNA (TO)**

**2018**

FERNANDA RODRIGUES LAGARES

A CONSTRUÇÃO DE CANUDOS E A BUSCA PELO DIREITO A UMA CIDADE EM  
OS *SERTÕES* DE EUCLIDES DA CUNHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros.

ARAGUAÍNA (TO)

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- L173c Lagares, Fernanda Rodrigues.  
A construção de Canudos e a busca pelo direito a uma cidade em Os Sertões de Euclides da Cunha. / Fernanda Rodrigues Lagares. – Araguaína, TO, 2018.  
160 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.  
Orientador: Euclides Antunes de Medeiros
1. Os Sertões. 2. Narrativa. 3. Configurações territoriais. 4. Direito à Cidade. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FERNANDA RODRIGUES LAGARES

A CONSTRUÇÃO DE CANUDOS E A BUSCA PELO DIREITO A UMA CIDADE EM  
OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA

A Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 29 / 09 / 2018

Banca examinadora:



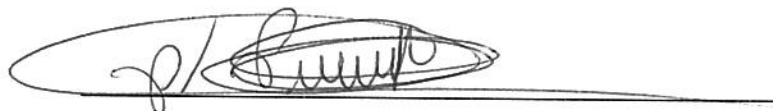
Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros (UFT) - Orientador



Prof. Dr. Márcio Araújo de Melo (UFT) –Examinador



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olívia Macedo Miranda de Medeiros (UFT) – Examinadora



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaís Leão Vieira (UFMT) - Examinadora

A você, mãe. Por sempre ter permitido que eu me descobrisse e fluísse sem nunca deixar de por mim zelar. Sem a senhora eu não seria quem sou. Sem a senhora nada disso seria possível

## AGRADECIMENTOS

A trajetória na pós-graduação é sempre associada à solidão e, de fato, a escrita de uma dissertação é um trabalho solitário – somente possível a partir de renúncias, as quais incluem a companhia dos que amamos. Mas, ao mesmo tempo, é uma trajetória que não se pode percorrer sozinho, um trabalho que só se constrói com a colaboração de muitos, em intenção e em ação. Aos que estiveram comigo nesse percurso, eu agradeço.

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) pelas discussões realizadas e amadurecimento proporcionado. À professora doutora Olívia Macedo Miranda de Medeiros por, de forma extremamente generosa, ter me apresentado caminhos e me ofertado instrumentos que me auxiliaram na construção e no seguimento do meu próprio; à professora doutora Luiza Helena O. da Silva por, a partir da disciplina Semiótica do Espaço, também generosamente, ter apontado alguns percalços existentes no caminho que eu construía e, principalmente, por ter me apresentado instrumentos que colaboraram para a reforma em que nele realizei; ao professor doutor Márcio Melo, pelas contribuições já feitas na qualificação.

Aos meus colegas de turma Sheyla, Ítalo, Cassyo, Katiúcia, Vinicius, Mariana, Izarete, Aloísio e Fernando, obrigada pelas contribuições nas discussões e pelo compartilhamento de angústias, medos e planos. Ninguém nos compreenderia tão bem quanto nós mesmos.

Conciliar trabalho e mestrado torna essa trajetória ainda mais árdua. É tempo dividido, mas preocupações e responsabilidades multiplicadas. Assim, me foi fundamental o suporte recebido da equipe de trabalho a qual integro, a Gerência Administrativa do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT) e, de forma ainda mais concreta, do Setor de Administração. Agradeço a compreensão e o apoio permanentes de toda a “equipe de ouro”. E, de maneira especial, agradeço ao Pedro Alves e à Cynthia Barros por entenderem o processo em que eu estava inserida e aceitarem suprir minhas ausências.

Agradeço ao Eduardo Amorim por ter trilhado comigo boa parte do caminho construído e ter se colocado disposto a me auxiliar em todo o restante. Primeiro incentivador e leitor, ainda na fase da elaboração do projeto foi com ele que tive aquelas que talvez foram minhas interlocuções mais determinantes para as

definições dos rumos dessa trajetória. Obrigada por isso. Pela generosidade e pelo respeito para com a minha trajetória.

Aos meus pais, Horton e Lúcia; aos meus irmãos, Giselly e Gabriel; minha cunhada e sobrinhos, Milena, Helena e Henrique, agradeço compreenderem minhas ausências – inclusive aquelas em que o corpo estava presente. Aqui incluindo minha tia France, agradeço acreditarem em minhas escolhas e no meu potencial para concretizá-las. Agradeço me incentivarem e se colocarem dispostos a colaborarem, quando não possível de forma prática, através de orações. Vocês são a minha força.

Aos meus amigos Jannine, Aninha, Uallace, Rick, Suzy, Aurélia, Yasmim, Livia, Ítalo, Suzana e Alex; Cássio e Ana; Fernanda, Géssika e Marciléia, agradeço terem continuado a me fazer convites, mesmo diante das minhas repetidas recusas. Agradeço por acreditarem em mim, por entenderem, respeitarem e apoiarem minhas escolhas – ainda quando elas me distanciavam de vocês. Agradeço por me manterem em suas vidas e deixarem a minha mais leve sempre que nos encontramos.

Por fim, agravo especialmente ao meu orientador, o professor doutor Euclides Antunes de Medeiros. Agradeço ao profissional sério, comprometido e respeitador que me concedeu liberdade para traçar o meu próprio caminho na pesquisa, bem como o suporte intelectual necessário para que eu a concretizasse. Agradeço também ao ser humano generoso, pela maneira com que conduziu todo o processo de orientação, por ter sido sensível às minhas dificuldades e por ter acreditado em minha capacidade. Por ter me chamando de pesquisadora antes mesmo que eu me reconhecesse como tal. Sua competência, generosidade e força me trouxeram aprendizados para além da vida acadêmica. A sua dedicação à educação e sua luta pela história da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins são inspiração. Obrigada também por isso.

## RESUMO

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha constrói narrativamente a paisagem do sertão, especialmente de Canudos. Bem como se dedica a categorizar e avaliar o sertanejo e, mais especificamente, o sertanejo que residia e resistia em Canudos. Ele ainda representa, conforme o que teria presenciado e experienciado no sertão baiano, a relação do sujeito sertanejo com o sertão de Canudos. Provocados por isso, neste trabalho, pretendemos refletir sobre como a obra constrói narrativamente as configurações territoriais de Canudos e em que medida estas revelam pistas da busca pelos seus habitantes do direito ao território e a construção de uma “cidade” enquanto “devir”. Para o alcance desse objetivo, compusemos uma metodologia interdisciplinar com base nos saberes demandados pelo próprio objeto de pesquisa. Metodologia iniciada a partir da consciência de que a reflexão, com base em uma narrativa, exigia de nós a lida com significações, finalidades e valores do autor da obra. Assim como, de aspectos construídos socialmente a partir dela e das nossas próprias experiências enquanto pesquisadores. Escolhemos lidar de forma prioritária com a 5ª edição do livro, publicada pela editora Francisco Alves, em 1914, por esta ser tida como a edição definitiva e por entendermos que os significados da obra se revelam também em sua forma. Tratamos o livro como um projeto político civilizacional instituído pela construção de uma linguagem polifônica em diversas dimensões. Para a análise, adotamos a categoria “paisagem” nas perspectivas de Schama (1996) e Santos (1998); a categoria “território” concebida por Saquet (2013), Raffestin (1993) e, principalmente, Fontanille (2014) e a categoria de “lugar” na perspectiva de Tuan (2013). Nos baseamos na “estrutura de sentimento” desenvolvida por Williams (1979) e na ideia de “*stimmung*” concebida por Gumbrecht (2014). Por fim, fazemos uso da concepção de território enquanto um *Devir* e inspirados no Direito à Cidade, teoria político-filosófica desenvolvida por Lefebvre (1968) defendemos Canudos como um território que poderia vir a se tornar uma “cidade diferente”. Sendo o “direito à cidade” para aqueles sertanejos, a objetivação do direito a um território, moldado de acordo com seus interesses, seus ideais e suas condições. O que o tornaria um “lugar” para chamar de seu.

**Palavras-Chave:** *Os Sertões*. Narrativa. Paisagem. Território. Direito à Cidade.



## ABSTRACT

In *Os Sertões*, Euclides da Cunha narratively constructs the landscape of the backlands, especially of Canudos. As well as dedicating himself to categorizing and evaluating the *sertanejo* and, more specifically, the *sertanejo* who resided and resisted in Canudos. He still represents, according to what he would have witnessed and experienced in backlands of the Bahia, the relation of the *sertanejo* to the backlands at Canudos. For this reason, in this work, we intend to reflect how the work constructs narratively the territorial configurations of Canudos and how these configurations reveal clues of the searching of their inhabitants for the right to the territory and the construction of a “city” while “becoming”. To reach this goal, we composed an interdisciplinary methodology based on the knowledge demanded by the research object itself. Methodology started from the awareness of that reflection, based on a narrative, required us to deal with meanings, purposes and values of the author of the book, and of aspects built socially from it and from our own experiences as researchers as well. We chose to analyse primarily the 5th edition of the book, published by Francisco Alves, in 1914, because it is considered as the definitive edition and because we understand that the meanings of the work are also revealed in its form. We treat the book as a civilizational political project instituted by the construction of a polyphonic language in several dimensions. For the analysis, we adopted the “landscape” category in the perspectives of Schama (1996) and Santos (1998); the category “territory” conceived by Saquet (2013), Raffestin (1993) and, mainly, Fontanille (2014) and category of “place” in the perspective of Tuan (2013). We are based on the “structure of feeling” developed by Williams (1979) and on the idea of “stimmung” conceived by Gumbrecht (2014). Finally, we make use of the concept of territory as a “Becoming” and inspired by the “Right to the City”, a political-philosophical theory developed by Lefebvre (1968), we defend Canudos as a territory that could become a “different city”. The “right to the city” is for those *sertanejos*, the objectification of the right to a territory, molded according to their interests, their ideals and their conditions, what would make it a “place” to call his own.

**Keywords:** *Os Sertões*. Narrative. Landscape. Territory. Right to the City.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. PAISAGENS E TERRITÓRIO NARRADOS: CANUDOS .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.A narrativa de Euclides da Cunha .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2.A construção imaginária da paisagem sentida e narrada .....</b>	<b>36</b>
2.2.1. As dimensões do território de Canudos vazadas pela paisagem construída narrativamente .....	47
<b>3. O SERTANEJO DE CANUDOS: DO PENSAMENTO À LINGUAGEM DE EUCLIDES DA CUNHA .....</b>	<b>58</b>
<b>3.1.A influência da ciência na compreensão do brasileiro por Euclides da Cunha .....</b>	<b>63</b>
<b>3.2.Entre a ciência e a experiência .....</b>	<b>77</b>
3.2.1. A representação do sertanejo de Canudos por Euclides da Cunha .....	88
<b>4. A LUTA: ENTRE O SERTÃO E O LITORAL .....</b>	<b>100</b>
<b>4.1.Projeto civilizador: Da guerra de Canudos à obra de Euclides da Cunha .</b>	<b>107</b>
<b>4.2.A guerra narrada .....</b>	<b>116</b>
4.2.1. Era a luta da sucuri flexuosa com o touro pujante .....	120
<b>4.3.A luta do sertanejo.....</b>	<b>128</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Na introdução da 4ª edição da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, publicada na coleção *A Obra-prima de Cada Autor* pela editora Martin Claret em 2015, o professor Adelino Brandão afirma, dentre outras coisas, ao seu respeito:

[...] Campanha militar narrada, porém, de tal maneira, analisada de tal modo, discutida com tal sapiência positiva, lucidez, espírito crítico, implicações científicas, imparcialidade ante os fatos, e ao mesmo tempo, tamanha exaltação na defesa dos direitos das vítimas e na condenação dos responsáveis por aquela tragédia nacional, em uma linguagem de força artística tão original e superior, que dariam a *Os Sertões* o título de "Bíblia da nacionalidade", como obra prima da épica em prosa, na língua portuguesa, em todos os tempos. Não à-toa, seria dito mais tarde: Euclides da Cunha ficou para nós como Homero para os gregos, Dante para os italianos, Cervantes para os espanhóis, Shakespeare para os ingleses, Sarmiento para os argentinos, Goethe para os alemães. Sem deixar de ser também, como o observara José Veríssimo, um vasto e profundo tratado de ciências humanas, inovador nos métodos, nas teorias e nas conclusões, nas pesquisas de campo e na reformulação dos conceitos, sobre os estudos do homem, do meio e da sociedade e cultura brasileiros, especialmente os sertanejos. (BRANDÃO, A. 2005, p.19 e 20).

O texto de Adelino Brandão disposto acima, como se viu, sintetiza a complexidade da obra e o prestígio conquistado por seu autor. Assim, ele sinaliza a razão de *Os Sertões* servir de objeto para tantas pesquisas. Como se viu, ele enaltece a obra ao mencionar a riqueza da linguagem narrativa de *Os Sertões* e a classifica como um vasto e profundo tratado de ciências humanas. Tratado responsável pela reformulação dos conceitos sobre os estudos do homem, do meio, da sociedade e cultura brasileiros, especialmente do sertanejo.

Não é por acaso que, mais de um século após sua publicação, ainda haja discussões acerca da classificação da obra. Obra ora apresentada como literatura, ora como tratado científico de geografia, de história ou de botânica; ou, ainda, parábola da história brasileira. Euclides da Cunha, além de engenheiro e jornalista, projetou-se enquanto literato e intelectual por meio de *Os Sertões*. Isso se deu em detrimento da mobilização de diversas teorias científicas em voga na época e também por o autor deixar vaziar, por meio de uma linguagem artística, constituída por ritmos, figuras de linguagem e poética, diferentes perspectivas em sua narrativa.

Esse escritor foi enviado ao sertão da Bahia pelo jornal *O Estado de São Paulo* como correspondente para cobrir a Guerra de Canudos. Entretanto, mais do que narrar e analisar os acontecimentos da guerra, em *Os Sertões*, Euclides da

Cunha constrói imaginativamente a paisagem do sertão nordestino (especialmente de Canudos). Assim como se dedica a categorizar (e avaliar) o sujeito correspondente a tal território: o sertanejo (e, mais especificamente, o sertanejo que residia e resistia em Canudos). O autor também representa, conforme o que teria presenciado e experienciado no sertão baiano, a relação do sujeito sertanejo com o sertão.

Tudo isso instiga pesquisadores de diferentes campos do saber. Nós, particularmente, fomos provocados pelo o desejo de refletir sobre como a obra constrói narrativamente as configurações territoriais de Canudos. Bem como em que medida estas configurações revelam pistas da busca pelo direito ao território de Canudos, por parte de seus habitantes, e da construção de uma “cidade” enquanto *devir*.

Além disso, o exame da obra nos despertou a certeza de que tal reflexão só se torna possível através da composição de um processo interdisciplinar. Especialmente no que tange aos procedimentos teóricos e metodológicos. A heterogeneidade da obra faz com que a inobservância de diversos dos seus elementos, por simplesmente serem tradicionalmente atribuídos a outras disciplinas e não àquela a que a pesquisa está ordinariamente vinculada, implique uma perda irreparável do escopo de significação do texto.

Juntamo-nos a Pombo (2008, p.24) quando ela afirma que “Há [...] objectos que uma única tradição disciplinar não poderia abarcar nem sequer constituir como objectos de conhecimento, isto é, que só existem como objectos de investigação porque, justamente, é possível pôr em comum várias perspectivas interdisciplinares”. cremos, portanto, que *Os Sertões*, plural desde o título, como coloca Souza (2003), seja um deles.

Por isso, mesmo conscientes do risco de sermos apontados como “violadores do estatuto científico”, decidimos por nos desprender da ideia limitadora de que existem propriedades privadas. Sejam elas objetos, teorias ou métodos de cada disciplina. Assim, nos comprometemos, antes e acima de qualquer coisa, com o objeto de nossa pesquisa. Consideramos a primazia do objeto sobre a teoria, pois é este quem “demanda” determinados saberes e/ou técnicas. Isso porque, de outro modo, e em qualquer investigação, o objeto não seria outra coisa senão um “pretexto” ou um “coadjuvante” para a comprovação ou a refutação de ideias e valores. Postura que ignora as especificidades e provocações teórico-metodológicas

advindas do próprio objeto de pesquisa. Especificidades as quais, devemos ressaltar, são os elementos fundamentais para o avanço e aprofundamento de qualquer área do conhecimento. Para nós, a forma com que o pesquisador busca lidar com essa questão é o que mantém disciplinas “vivas” ou as “condena” ao ostracismo. Conforme Brandão, L. (2016) abaixo, é assim que agem os pesquisadores das humanidades na lida com objetos interdisciplinares:

Ao despir-se da disciplina, o pesquisador da Ciência ou das Humanidades elege o objeto como seu compromisso primeiro. É com ele que estabelece sua aliança e somente por ele que recorrerá às disciplinas quando julgar necessário. A elas restará o papel de ferramentas suficientemente importantes, mas jamais acima dos objetos do mundo. (BRANDÃO, L. 2016, p.13).

No entanto, ao não “sujeitarmos” nossa pesquisa a uma disciplina ou campo do saber específico, não nos desobrigamos de seguir uma metodologia em sua realização. Acreditamos na metodologia como elemento garantidor de credibilidade, validade, legitimidade e relevância na pesquisa. Pois, somente a aplicação de procedimentos metodológicos diferencia saberes alcançados pela pesquisa daqueles construídos em outros espaços e conjunturas sociais, culturais e materiais. O que defendemos é a legitimidade de se compor uma metodologia interdisciplinar com base no objeto de pesquisa.

Em nosso caso, essa composição se inicia a partir da consciência de que a reflexão com base em uma narrativa, sobretudo de grande visibilidade, caso de *Os Sertões*, exige a lida com significações, finalidades e valores não apenas do autor da obra. Mas também com as construídas socialmente a partir dela e das que nós mesmos, investigadores, construímos/reproduzimos com base em nossas formações. Isso, no entanto, não acarreta que seu resultado seja menos “seguro” do que se se tratasse de uma outra espécie de representação.

Entendermos não existir diferença substancial entre quaisquer tipos de narrativas, mas diferenças de valoração. Sabemos que a precariedade do trabalho com relatos/registros/narrativas é sempre a mesma. Assim, tal situação, em razão da cultura disciplinar em que estamos inseridos, nos remete à discussão acerca de qual seria o estatuto da obra *Os Sertões*: científico, detentor da veracidade ou literário, associado à ficção. Sobre ela, nos posicionamos, em razão da necessidade de que

se tenha clareza da composição metodológica interdisciplinar a nós exigida por nosso objeto de pesquisa.

Antes, porém, explicamos porque entendemos não existir diferença substancial entre as narrativas. Conforme White (1994), o discurso narrativo histórico é supostamente um relato preciso de determinados acontecimentos e usualmente tomado como seguro e confiável. Contudo, na verdade, como toda e qualquer narrativa, ele dá a conhecer a perspectiva de um determinado sujeito ou grupo (pertencentes a determinadas estratificações sociais e culturais). Perspectiva que, por sua vez, possui ideologias, interesses, valores e saberes axiomáticos necessariamente parciais. Parcialidade referente à própria natureza do discurso, como nos aponta Bakhtin (2006). Isso implica que a narrativa possui, a exemplo de qualquer outro produto da atividade comunicativa humana, elementos eminentemente relativos e, em certa medida, de ficção.

Também nesse sentido, Latour e Woolgar (1997) defendem que os fatos científicos são socialmente construídos. Portanto, existem características literárias no fazer científico. Especialmente relacionadas à busca dos cientistas pela capacidade de convencimento e aos motivos e influências individuais e sociais que os conduzem aos seus objetos de pesquisa. Ou seja, todos esses elementos envolvidos no fazer direcionam a maneira como eles os mobilizam.

Assim, todo(a) e qualquer registro/narrativa admitido(a) como “verdadeiro(a)” têm, em sua estrutura formal e de conteúdo, os mesmos elementos daquele(a)s tomadas enquanto ficção ou mito. O valor a ele(a)s atribuído (de verdadeiro, falso ou mitológico) é fruto de efeitos de sentido inteiramente dependentes, no limite, de suas relações com outras narrativas e sujeitos/grupos.

A própria natureza da relação entre o homem e o mundo, conforme aponta Bakhtin (2006), é sempre mediada pela palavra. De modo que, mesmo termos e noções caras às áreas que se propõem a uma abordagem pretensamente objetiva do mundo, serão sempre produtos de atividades discursivas. Por seu turno, toda atividade discursiva – não somente aquelas estritamente linguísticas e literárias – sempre é contingenciada pelos contextos de produção, circulação e recepção. Além de incluir valores e saberes vinculados aos sujeitos envolvidos na comunicação. Isso implica que tais atividades têm um caráter irrevogavelmente subjetivado, por um lado, mas também dependente do outro, conforme demonstra Bakhtin (2006).

Considerando isso e os elementos que compõem a narrativa de Euclides da Cunha, nos posicionamos quanto à discussão acerca do estatuto científico ou literário de *Os Sertões*. No desenvolver desta dissertação consideramos, sem que houvesse subordinação de uma pela outra, que o seu texto combina características dessas “duas maneiras de conhecer o mundo”. Duas maneiras mobilizadas para representar o sertão, o sertanejo e a guerra de Canudos. Forma de proceder que vai ao encontro do apontado por White (1994) sobre a história possuir elementos de ficção e a ficção possuir elementos de verossimilhança. Assim, ela vai ao encontro do esclarecimento realizado por Frye (1973), também, no sentido de que, embora não seja necessariamente envolvida com os mundos do fato e da verdade, a literatura também não se afasta necessariamente deles. Ou seja, ela pode entrar em todo tipo de relações com eles: do mais ao menos explícito.

Feitos esses esclarecimentos, passemos à breve apresentação de como foi tecida esta dissertação. Pesquisa nascida a partir da crença de que, para refletir sobre a abordagem territorial, é preciso dar destaque à atuação do homem. Com base nessa ideia, pensamos que a narrativa de Euclides da Cunha pode contribuir para o reconhecimento do próprio homem enquanto sujeito que atribui sentido às práticas que empreende. E, portanto, capaz de erigir novos territórios conforme suas necessidades e seus valores.

Entre os nossos objetivos estão: problematizar sobre como a obra *Os Sertões* constrói narrativamente as configurações territoriais de Canudos. Bem como, refletir em que medida estas configurações revelam pistas da busca pelos sertanejos do direito ao território de Canudos e à construção de uma “cidade” enquanto *devir*. Para isso, fazemos uso da 5ª edição da obra, publicada em 1914 pela editora Francisco Alves, e da edição publicada pela editora Martin Claret Ltda na coleção *Obra-prima de Cada Autor* em 2015.

A escolha pela 5ª edição se deu em razão de ser ela considerada a edição definitiva da obra. Assim como, por trazer as últimas emendas realizadas pelo próprio Euclides da Cunha e apontadas em um exemplar da 3ª edição encontrado, após sua morte, entre seus livros. Exemplar que contava com a indicação em seu anteprojeto: “livro que deve servir para a edição definitiva (4ª)” (CUNHA, 1914). Esclarecemos que antes desse exemplar ser encontrado em 1914, após a morte do autor (ocorrida em 1909), a 4ª edição já havia sido publicada em 1911. O que explica o fato do material preparado por Euclides da Cunha para a 4ª edição vir a compor

apenas a 5ª edição da obra. No entanto, esta edição não contém a nota preliminar do autor. Em razão disso, e considerando ser de grande valia para a análise de *Os Sertões* o texto dessa nota, fazemos uso também da edição publicada pela editora Martin Claret Ltda na coleção *A Obra-prima de Cada Autor*.

Entendemos que os significados da obra se revelam também em sua forma. Isso, além de motivar nossa escolha pela adoção da 5ª edição da obra para as análises, também foi considerado na maneira como conduzimos nossa reflexão. Levando em consideração o determinismo expresso na divisão do livro em três partes: *A Terra, O Homem e a Luta*, onde cada uma constrói-se em decorrência lógica da anterior, acreditamos que promover uma reflexão a partir desse mesmo ordenamento ajuda-nos a compreender o sertão, o sertanejo e o território de Canudos. Território construído por este sertanejo a partir desse sertão e da luta que nele acontece. Por isso, optamos em seguir a mesma ordem na apresentação de nossos capítulos.

Assim, esta dissertação será composta de três capítulos. No primeiro deles, refletimos sobre como é urdida a narrativa de Euclides da Cunha; assumimo-la como um projeto político civilizacional instituído pela construção de uma linguagem polifônica em suas diversas dimensões; identificamos os elementos pelos quais ela é composta e a forma com que estes são mobilizados e nos propomos a investigar a construção narrativa da terra em *Os Sertões*. Para isso, selecionamos algumas passagens que construíram narrativamente a paisagem do sertão baiano e passamos a interpretá-las a partir dos elementos compositores da narrativa. Elementos identificados a partir de uma leitura completa da obra. Leitura que compreende as influências do naturalismo literário e os efeitos de iconicidade nela produzidos. Além de, de um modo especial, salientarmos os elementos que exploram a experiência que Euclides da Cunha teria vivido no sertão baiano. Como, por exemplo, a atuação da atmosfera e do clima do lugar sobre ele. Condições (re)construídas narrativamente *a posteriori* de modo a alcançar seu leitor, nos termos da ideia de *Stimmung* desenvolvida por Gumbrecht (2014).

Optamos por selecionar, inicialmente, passagens que figuravam paisagens naturais da terra para, a partir da interpretação delas, passarmos a refletir e selecionar passagens que figuravam a paisagem artificial<sup>1</sup> do sertão baiano. Bem

---

<sup>1</sup> Milton Santos, aqui de forma breve, explica ser a paisagem natural aquela ainda não mudada pelo esforço humano e a paisagem artificial a transformada pelo homem (SANTOS, 1988).



como, as que traziam as configurações territoriais de Canudos construídas narrativamente por Euclides da Cunha e os significados por elas vazados. Para isso, adotamos a categoria “paisagem” nas perspectivas de Schama (1996) e Santos (1998), as quais alinham cultura e natureza e a categoria “território” concebida por Saquet (2013), Raffestin (1993) e Fontanille (2014) de forma integradora: material e imaterial. A partir da narrativa, também passamos, de forma breve, pela discussão acerca de “territorialização” realizada por Haesbaert (2004) para então chegarmos à categoria de “lugar”, entendida na perspectiva de Tuan (2013) como espaço de significação e, mais do que isso, de afeto e percepção.

No segundo capítulo, consideramos a discussão realizada no primeiro. Discussão que toca tanto acerca da construção narrativa da terra, pelos motivos já apresentados, quanto da forma com que é tramado todo o texto de *Os Sertões*. A partir disso, então, nos propomos a estudar a construção narrativa do sertanejo.

Para isso, novamente, selecionamos passagens da obra para buscar entender a elaboração do sertanejo. Primeiro, a partir do pensamento inicial de Euclides da Cunha, quando foi dado destaque às teorias científicas apontadas na obra como formadoras de suas concepções. E, depois, a partir de sua narrativa e das mudanças propostas por tal. Quando o autor indica que o mestiço do sertão não se enquadrava nas concepções prévias que possuía sobre ele. Momento em que é dado destaque a sua experiência no sertão. Fazemos isso a partir da ideia de “estrutura de sentimento” desenvolvida por Williams (1979).

Feito isso, passamos a analisar a alegoria *Hércules-Quasímodo*, empregada pelo próprio Euclides da Cunha para caracterizar o sertanejo, entendendo-a na narrativa como ideia-força<sup>2</sup>. Categoria analítica que busca entender o sentido de uma representação construída intelectualmente e expressa retoricamente.

---

<sup>2</sup> Expressão mobilizada por Abraham Magendzo (2009), segundo esse autor as ideias-força “Estão fortemente enraizadas no tempo histórico, entendido como criação, como produção de diferenças e diversidades, como transformação, como movimento, em definitiva, como um processo”. Tomamos aqui ideia-força no sentido de uma representação de algo por meio do pensamento, expresso retoricamente, com vistas a uma proposição. Ou seja, representação construída intelectualmente e dotada de uma intencionalidade que produza ação, no caso de Euclides da Cunha, o anseio de civilizar o sertão. Nesse sentido o enraizamento no tempo histórico das representações do atavismo do sertanejo e a oposição entre litoral civilizado e sertão “bárbaro” são mobilizados por Euclides da Cunha por meio de metáforas que enunciam um desejo civilizador. MAGENDZO, Abraham. Pensamiento e ideas-fuerza en la educación en derechos humanos en Iberoamerica Santiago (Chile). OIE-Chile; CREALC-UNESCO, 2009.

Representação dotada de uma intencionalidade de que se produza na ação, no caso em questão, o anseio de Euclides da Cunha de civilizar o sertão.

No terceiro capítulo, realizamos uma análise acerca dos significados do sertão e do litoral no final do século XIX e presentes na obra. Por conseguinte, refletimos sobre as oposições litoral/sertão, civilização/barbárie e cultura/natureza presentes na base de *Os Sertões*. E, a partir das reflexões promovidas nos dois capítulos anteriores, realizamos o reconhecimento de Canudos. Território construído narrativamente por Euclides da Cunha tendo como base um espaço por ele próprio figurado. Figuração que tem como foco uma terra não categorizada por Hegel<sup>3</sup> e a defesa do sertanejo como o cerne da nacionalidade brasileira. Nesse capítulo, em poucas palavras, tratamos da intenção civilizatória de *Os Sertões*. Assim como, do sentido de “missão civilizadora” dado à guerra em determinados momentos da narrativa e do projeto político que constitui o seu próprio texto. Nesse capítulo, damos também destaque às transformações que teria sofrido Euclides da Cunha através do processo de territorialização vivida no sertão da Bahia.

Também nesse capítulo, abordamos a guerra construída narrativamente por Euclides da Cunha. Bem como, os motivos trazidos na sua obra como tidos pelos homens do litoral para combater Canudos e os apontados como possuídos pelos canudenses para lutar em resistência ao ataque do Estado. Ainda refletindo sobre o significado da guerra, exploramos a construção da narrativa euclidiana enquanto plasmagem entre as atmosferas e as estruturas de sentido/sentimento referenciadas culturalmente em uma formação científica e literária do escritor. E, finalmente, analisamos mais um momento de *Os Sertões* que entendemos como ideia-força: a metáfora da luta da sucúrti flexuosa com o touro pujante.

Por fim, nos focando na luta do sertanejo, retomamos a discussão promovida por Fontanille (2014) acerca de território. Discussão introduzida no primeiro capítulo através da mobilização das dimensões de território por ele debatidas. A partir daí, fazemos uso, por meio dessas mesmas dimensões, da defesa do território como um *Devir*. Por meio desse raciocínio, perseguimos com a hipótese de que a narrativa de

---

<sup>3</sup> Segundo Antonio Filho, F. D. (2003), Euclides da Cunha compreende que, em razão das peculiaridades que apresenta, o sertão (enquanto paisagem biogeográfica) não se enquadra em nenhuma categoria de Hegel. Com base na ideia de que as sociedades podem ser explicadas pelo tipo de paisagem geográfica e física em que vivem, Cunha cria o subtítulo: “Uma categoria geográfica que Hegel não citou” para apresentar os caracteres físicos e naturais que tornam o sertanejo das caatingas uma “sub-raça” exclusiva.

Euclides da Cunha dá pistas de que a luta do sertanejo é pelo território de Canudos. Especialmente através das diversas denominações atribuídas à ele. Isto é, em diversos momentos Canudos é percebida pelo autor como uma “cidade” e, portanto, designada como tal diante do leitor de seu livro. Por isso, daremos ênfase no *Devir* que seria Canudos. Uma cidade diferente das pensadas e das existentes até aquele momento. Em última instância, um território que não se “encaixa” na própria definição de cidade cristalizada em vários campos disciplinares.

Acerca das definições e reduções praticadas pelos campos disciplinares, Lefebvre (2006) escreve:

A redução? Ela pode ir longe. Pode “depositar-se”, na prática. As pessoas, dos diversos grupos e classes, sofrem - desigualmente - os efeitos de múltiplas reduções pesando sobre suas capacidades, suas idéias, seus “valores” e, no final das contas, sobre suas possibilidades, seu espaço e seu corpo. Os modelos reduzidos, construídos por tal ou qual especialista, nem sempre são abstratos, de uma vã abstração; construídos em vista de uma prática redutora, com um pouco de sorte eles conseguem impor uma ordem, compor os elementos dessa ordem. Por exemplo, no urbanismo e na arquitetura. Em particular, a classe operária sofre os efeitos dos “modelos reduzidos”: de espaço, de consumo, da “cultura”, como se diz. (LEFEBVRE, 2006, p. 156-157)

Assim, consideramos o efeito redutor de sentidos dos modelos de cidade construídos e/ou reconhecidos nos campos disciplinares apontado por Lefebvre acima. Da mesma maneira que as múltiplas reduções sofridas pelos sujeitos nos espaços edificados e/ou identificados como cidade a partir de tais modelos. Conseqüentemente, nos distanciamos dos modelos redutores nesta investigação e somos inspirados pelo direito à cidade, plataforma político-filosófica desenvolvida por Lefebvre (2016). Forma de conceber que aponta para a possibilidade de os sujeitos assumirem a condição de “donos da cidade”, de modo a criarem e reorganizarem-na de acordo com suas ideias, necessidades e desejos.

Desse modo, ao nos inspirarmos no direito à cidade para refletir acerca da luta do sertanejo de Canudos, não defendemos a existência de uma vida urbana naquele lugar. Assim como, a princípio, também não a classificamos como uma cidade, conforme os parâmetros acadêmicos atualmente adotados. Trabalhamos com o entendimento de que Canudos é um território que pode se tornar uma “cidade diferente”, ou mesmo, “bárbara”, conforme a construção narrativa de Euclides da Cunha. Figurada como “*urbs* monstruosa”, Canudos ainda pode representar, conforme o texto de *Os Sertões*, um território que seja a materialização da

esperança de seus construtores e moradores. Trabalhamos, sobretudo, com o direito dos sertanejos sobre Canudos como território. O direito de possuí-lo, defendê-lo e reconstruí-lo conforme seus desejos e necessidades. Os quais podem e, aparentemente, são em muitos aspectos, distintos dos de outras comunidades. Inclusive daquela a que pertence Euclides da Cunha.

Nesse sentido, o “direito à cidade” para aqueles sertanejos, e em nossa opinião, seria a objetivação do direito a um território, moldado de acordo com seus interesses, seus ideais e suas condições. Feito que o tornaria um “lugar” para chamar de seu. Concordamos com Brandão, L. (2016) quando diz que nas Humanidades “não se escreve apenas o que já se sabe, o que já se pensou, mas se escreve para saber, para pensar” (BRANDÃO, L. 2016, p.7). Para nós, na maioria das vezes, diferentemente do que ocorre nas ciências ditas naturais, o texto não tem apenas a função de comunicar a pesquisa, já que ele é parte do próprio processo e que o “ato de escrever seria o laboratório de pensamento do pesquisador” (BRANDÃO, L. 2016, p.7).

## 2. PAISAGENS E TERRITÓRIO NARRADOS: CANUDOS

Abordando a Guerra de Canudos, ocorrida entre os anos de 1896 e 1897, no sertão da Bahia, o livro *Os Sertões* foi lançado em dezembro de 1902, cinco anos após o fim do trágico episódio representado em seu texto. O reconhecimento da obra pelo público e pela crítica foi imediato, de modo que, diante do grande êxito de vendas, várias edições foram publicadas em um curto intervalo de tempo.

O mencionado sucesso trouxe uma série de discussões acerca da obra e de seu autor. Salientamos que o propósito principal deste trabalho não é analisar a recepção de *Os Sertões*. Entretanto, entendemos, em razão da forma com que conduzimos a reflexão promovida nesta dissertação, que um dos pontos debatidos já pela crítica da época do lançamento do livro merece ser aqui enfatizado. Esse ponto é, ainda hoje, objeto de discussões por parte de especialistas e, portanto, merece ser por nós tratado, a saber: o do enquadramento da obra como científica ou literária.

As discussões em torno do reconhecimento de *Os Sertões* como obra científica ou artística são extensas. De modo rápido, a alegação de que ela seja científica defende que é portadora de um discurso dotado de veracidade. Justificativa que se assenta, principalmente, na defesa de que seu texto aborda um acontecimento histórico nacional e conta com um conteúdo rico e variado de diversas disciplinas disposto ao longo de sua narrativa. Enquanto a alegação de que seja literária defende que possui indícios de ficcionalidade, ao mesmo tempo em que é construída de forma artística ao apresentar ritmo, figuras de linguagem e poesia. Fatores que ressaltariam o traço estético de sua escrita.

Regina de Abreu (1998), ao versar sobre tal questão, se posiciona no sentido de que, em *Os Sertões*, temos a ciência em serviço da literatura. Já Luiz Costa Lima (1997), representando os estudiosos do outro lado da questão, sem deixar de considerar a expressão artística do livro, defende que na sua composição há uma hierarquia de modalidades de discursos, cabendo ao literário o lugar de ornato.

Apesar desses posicionamentos, a corrente mais aceita é a que trata *Os Sertões* como um livro híbrido, isto é, marcado pelo consórcio entre ciência e arte. Entendimento iniciado com a tese de dupla inscrição levantada por José Veríssimo logo após o lançamento da obra e, a nosso ver, fortalecido pelo ingresso de Euclides

da Cunha tanto na Academia Brasileira de Letras (ABL) quanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em um artigo publicado no jornal *Correio da manhã* de 03 de dezembro de 1902, José Veríssimo escreveu:

O livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha; é ao mesmo tempo o livro de um homem de sciencia, um geographo, um geologo, um ethnographo; de um homem de pensamento, um philosopho, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe vêr e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contacto do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma commovido até ás lagrimas, em face da dôr humana venha elladas condições fataes do mundo physico, as « seccas » que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos. (VERÍSSIMO, 1904, p.22-23).

Em seu artigo, José Veríssimo indica a utilização da linguagem por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, de três modos diferentes: como a exposição dos “fatos em si”. Modo atribuído à ciência e representado por conhecimentos como a geografia, a geologia e a etnografia. Bem como, a linguagem como relato de seus pensamentos ou interpretações. O que o crítico faz apontando para a filosofia, a sociologia e a história. E, finalmente, a linguagem como a exploração de sentimentos. Razão pela qual o autor é chamado de poeta, romancista e artista por Veríssimo.

A atribuição de diversas facetas ao Euclides da Cunha por José Veríssimo não se dá sem críticas. Embora principalmente enalteça *Os Sertões*, esse último escritor (1904) também aponta vícios na linguagem e no estilo daquele. Muito embora realize as críticas de modo a minimizar tais fragilidades na obra em face da conjunção do “homem de ciência” com o “homem de pensamento” e com o “homem de sentimento”. Ao escrever sobre a falta de simplicidade, em sua concepção a maior virtude de qualquer estilo, na escrita de Euclides da Cunha, Veríssimo finaliza afirmando que esse é um defeito de quase todos os cientistas que fazem literatura.

A censura de Veríssimo aos “modos de dizer” (VERÍSSIMO, 1904, p.23) de Euclides da Cunha é explicada por Dias (2013) a partir da concepção restrita de literatura do primeiro escritor. Para ele, literatura era sinônimo de boas ou belas letras, ou seja, escrito elaborado com os artifícios de invenção e de composição, visando a despertar prazer intelectual no leitor. Assim, por infringirem o zelo com a linguagem requerido às belas letras, os modos de dizer de Euclides da Cunha não

poderiam ser considerados “nem necessários, nem bellos” (VERÍSSIMO, 1904, p.23).

Dias (2013) também faz entender que a tese de Veríssimo é de dupla inscrição, apesar de este crítico destacar três e não duas facetas do autor de *Os Sertões*. Isto ocorre em razão de ser adotado por Veríssimo o critério retórico das belas-letas que não diferenciava o gênero literário e a escrita histórica. Essa não diferenciação por parte dos críticos do começo do século XX entre literatura e história é um dos argumentos utilizados por Lima, C. (2009) para ir contra o reconhecimento da dupla inscrição de *Os Sertões* apesar do posicionamento de Veríssimo. Segundo aquele, uma obra não pode ser simultaneamente historiográfica e literária, pois tal entendimento implicaria em ignorar tanto o trabalho dos antiquários quanto a concepção romântica de literatura.

Contudo, Veríssimo não parece ignorar tais aspectos ao indicar as diversas facetas de Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Quanto à literatura, sua presença é reconhecida pelo crítico através da exploração que Euclides da Cunha faz de sentimentos em sua obra. Veríssimo chega a nomear o autor de *Os Sertões* de romancista, além de artista e poeta, em sua crítica. Quanto à história, o que Veríssimo faz em relação a ela é relacioná-la ao “homem do pensamento”, juntamente com a filosofia e a sociologia. Constatação que não ignora ou desvaloriza o trabalho dos antiquários, como sugerido por Lima, C. (2009), mas que reconhece a liberdade criativa do escritor (liberdade, em algumas épocas, mais rígida). Em sua tese de dupla inscrição de *Os Sertões*, Veríssimo aponta que a história aparece no livro associada aos pensamentos e às interpretações do seu autor, o que vai ao encontro do apontado por White (1994) de que a história possui elementos de ficção, assim como a ficção possui elementos de verossimilhança.

Assim, nem a explicação de Lima, C. (2009) para a impossibilidade de uma obra ser simultaneamente historiográfica e literária, e nem a classificação da história como relato estritamente verídico e da literatura como narrativa ficcional, são argumentos que se sustentam. Apesar de reconhecermos serem distintos o gênero literário e a escrita histórica, a construção de um texto que una literatura e história nos parece absolutamente possível.

Sobre o último argumento, trazemos o que White (1994), no ensaio *O texto como artefato literário*, escreve sobre elementos de ficção na história:

Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante - em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça [...] Considerados como elementos potenciais de uma estória, os acontecimentos históricos são de valor neutro. Se acabam encontrando o seu lugar numa estória que é trágica, cômica, romântica ou irônica (...) isso vai depender da decisão do historiador em configurá-los de acordo com os imperativos de uma estrutura de enredo ou *mythos*, em vez de outra (WHITE, 1994, 100 e 101.)

White aponta para a presença de elementos de ficção na história ao dissertar sobre o modo de composição de uma trama. Faz isso ao alegar que o acontecimento histórico, de valor neutro, é convertido em estória de acordo com a configuração decidida pelo historiador. Elaboração que, segundo o autor, aproxima a narrativa histórica da urdidura do enredo de um romance ou de uma peça. De modo que hoje se reconhece que os fatos históricos são compostos de um estrato profundo de ficcionalização; muito embora, como defendido por Ginzburg (2007), a narrativa historiográfica possua um princípio de realidade que se constitui como evidência da coisa em si.

Com uma linha de raciocínio não muito distante da que levou White (1994) a reconhecer e defender a presença de elementos de ficção na história, Latour e Woolgar (1997) defendem que os fatos científicos são socialmente construídos. Para isso, afirmam existir características literárias no fazer científico. Nas palavras dos autores, isso ocorre em razão especialmente da busca dos cientistas por convencimento e influências de motivos individuais e sociais (extracognitivas) sobre as atividades e escolhas deles.

É preciso endossar que Latour e Woolgar (1997) não negam a “realidade”, mas se posicionam no sentido de afirmar que a ciência não é “pura”, a-histórica ou não-humana. Quanto a isso, eles mesmos afirmam: “longe de nós a idéia de que os fatos - ou a realidade – não existem. Neste ponto, não somos relativistas. Apenas afirmamos que essa ‘exterioridade’ é consequência do trabalho científico, e não sua causa” (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 199).

Já o oposto, a presença de elementos de verossimilhanças na literatura, área tradicionalmente relacionada com ficção em razão da liberdade de criação imaginativa que permite aos seus autores, também ocorre. Northrop Frye (1973), sobre isso, esclarece: apesar de não ser necessariamente envolvida com os mundos do fato e da verdade, a literatura também não se afasta necessariamente de desses



elementos, podendo entrar em todo tipo de relações com eles, do mais ao menos explícito (FRYE, 1973, p.95 - 96). No mesmo sentido, Tuan (2013) destaca o poder da arte literária de “[...] chamar a atenção para áreas de experiência que de outro modo passariam despercebidas” (TUAN, 2013, p.200).

Apesar disso, quando relacionada à verdade e/ou à produção de conhecimento, a literatura ainda é frequentemente tratada com descrédito, diferentemente dos conhecimentos científicos e históricos. Considerando isso, como estratégia metodológica nos distanciamos do critério retórico das belas-letas, supostamente adotado por Veríssimo na construção da tese da dupla inscrição de *Os Sertões*, o qual não diferenciava o gênero literário e a escrita histórica, e entendemos inclusa a história no modo de ver o mundo da ciência apresentado por Fiorin (2008).

Na obra *Em busca do sentido*, Fiorin (2008) escreve: Há duas maneiras de conhecer o mundo. Uma é a da ciência, que vê a realidade como um espaço em que tudo está catalogado e separado. Denotativa e parcial, define e distingue sempre de maneira incompleta (FIORIN, 2008, p.83). A outra é a da literatura que, vinculada ao mundo dos sentimentos, é uma visão com cores intensas e sensações táteis muito vivas. Ela é a atividade humana que “apreende os sentimentos contraditórios que movem os homens” (FIORIN, 2008, p.83).

Considerando tal explicação, entendemos que Euclides da Cunha combinou características dessas “duas maneiras de conhecer o mundo” para representar o sertão, o sertanejo e a guerra de Canudos. Comumente explicada no resultado de uma inclinação literária desde cedo apresentada, de uma formação cientificista recebida na escola militar e de uma experiência marcante em Canudos, o autor de *Os Sertões* utiliza com frequência termos técnico-científicos e recursos literários em sua aparente busca de decifrar e representar com precisão o sertão e o sertanejo, por exemplo, “catalogando” as espécies da flora sertaneja e definindo o homem do sertão através da sua distinção do homem do litoral. Essa combinação de maneiras faz pensar que o autor de *Os Sertões* buscou autoridade perante seus pares revelando (inclusive através da citação a cientistas e teorias) influências do positivismo, determinismo e naturalismo.

Por outro lado, a narrativa da obra em questão é capaz de despertar no leitor “sensações táteis muito vivas”; ao mesmo tempo em que manifesta em “cores intensas” sua sensibilização e admiração acerca do sofrimento e da força do

sertanejo. Nela são percebidos elementos da ciência, da história e da literatura. Assim sendo, o que justifica a tese da dupla inscrição da obra é essa hibridez que ela apresenta e que justifica a forma como a mesma é classificada atualmente.

No entanto, é preciso considerar que a narrativa de *Os Sertões* não traz apenas a abordagem de teorias científicas traduzidas em uma linguagem poética por parte de um observador que esteve *in loco*. Ainda que o próprio Euclides da Cunha tenha estado, por poucos dias, no “cenário” de um acontecimento que existiu, ou seja, a Guerra de Canudos, a obra não se trata de uma pura descrição histórico-geográfica. A tessitura de *Os Sertões* possibilita ao seu leitor “ver” o “mundo” construído narrativamente de uma maneira que não se encaixa comodamente na classificação supracitada de Fiorin (2008). Isso porque, mais do que reunir duas formas de entender o mundo, em muitos momentos, a obra propriamente as funde.

Assim, Euclides da Cunha urdiu um discurso de persuasão que contribuiu de forma relevante para a construção do pensamento social brasileiro acerca do sertão e do sertanejo. Ideias relacionadas à civilização do sertão são apresentadas através de estratégias retóricas que parecem buscar convencer da viabilidade e da proficuidade de modernizar o sertão e civilizar o sertanejo.

Nesse sentido, entendemos a narrativa de *Os Sertões* não só como um discurso híbrido, formado pela presença de elementos científicos, históricos e literários. Mas, principalmente, como um projeto político, civilizacional, instituído pela construção de uma linguagem polifônica em suas diversas dimensões. De modo que, na análise realizada nesta dissertação, não focamos na classificação da obra. Nosso olhar está voltado essencialmente ao texto de *Os Sertões*, “isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra” (BARTHES, 2007, p.16).

## **2.1. A narrativa de Euclides da Cunha**

Em consonância com essa linguagem polifônica, Euclides da Cunha promove em seu texto a interação da razão e da imaginação. Isso é feito ao construir narrativamente na primeira parte de *Os Sertões*, intitulada *A Terra*, e nas outras duas, *O Homem* e *A Luta*, em menores proporções, as paisagens do caminho que supostamente percorreu ao cumprir com a missão de cobrir a Campanha de Canudos e demais territórios que apesar de não ter acessado fisicamente, por terem

servido de cenários à guerra ou a acontecimentos relacionados à ela, lhes teriam sido apresentados por fontes orais e/ou documentais.

Souza (2003) defende a tese de uma “geopoética” em Euclides da Cunha. Isto é, uma poética da terra construída a partir do consórcio entre ciência e arte na narrativa dele. O autor afirma que para o escritor de *Os Sertões* não basta observar a terra com a ótica monocular dos conceitos solidificados, pois nele, “Necessário se torna conciliar dinamicamente a imaginação poética e a observação científica. Se não se dissolve a solidez dos conceitos na fluidez das imagens, não se obtém uma visão genuína da terra” (SOUZA, 2003, p.18).

Essa necessidade de Euclides da Cunha em conjugar ciência e arte, defendida por Souza, parece ser demonstrada em *Os Sertões* logo no início da primeira parte do livro, ao, enquanto defende a unicidade e a grandiosidade do meio físico brasileiro, trazer em um mesmo parágrafo o escritor Sebastião da Rocha Pita e o historiador Henry Thomas Buckle:

A terra sobranceia o oceano, dominante, do fastigio das escarpas; e quem a alcança, como quem vinga a rampa de um majestoso palco, justifica todos os exaggeros descritivos – do gongorismo de Rocha Pitta às extravagancias geniaes de Buckle – que fazem deste paiz região privilegiada, onde a natureza armou a sua mais portentosa officina. (CUNHA, 1914, p.4).

Entendemos que se fundamentando na experiência vivida perante a natureza brasileira, o que é apontado pela expressão “quem a alcança”, e enfatizado através da comparação, que se dá entre a experiência vivida e a superação da rampa que distanciava “um majestoso palco”, onde a natureza seria como este palco ou como um próprio espetáculo nele apresentado, Euclides da Cunha defende ser legítimo ou ao menos compreensível tanto os “exaggeros descritivos do gongorismo de Rocha Pita<sup>4</sup>”, o que demonstra sua relação com a literatura, quanto “às extravagancias geniaes de Buckle<sup>5</sup>”, o que indica sua vinculação à ciência. A referência ao escritor

---

<sup>4</sup> Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), é o autor de *História da América Portuguesa*, publicado em 1730. Sua obra, escrita, conforme Lemos (2000), através de uma retórica barroca, foi considerada a primeira História do Brasil, ou seja, o primeiro relato sobre a maior parte da então colônia portuguesa desde a chegada dos lusitanos, em 1500, até as vésperas de sua publicação, em 1724.

<sup>5</sup> Henry Thomas Buckle (1821-1862), cujo projeto de uma história científica fundamentada numa série de “leis”, entre as quais figura preeminentemente o determinismo do meio sobre o homem, exerce, grande influência no pensamento de Euclides. Para uma compreensão mais completa sobre tal influência, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

Sebastião da Rocha Pita e ao historiador inglês Henry Thomas Buckle sugere que, no entendimento das condições singulares da natureza brasileira, é necessária uma abordagem ao mesmo tempo precisa e sensível. Tais referências nominais acrescidas da mencionada figura de linguagem (comparação) antecipam a maneira como Euclides da Cunha construirá o seu texto, bem como salientam sua intenção em promover uma abordagem concreta e, ao mesmo tempo, poética do sertão.

Souza (2003) destaca a participação de Euclides da Cunha no sertão da Bahia para a construção de sua narrativa. O autor, ao discorrer sobre a conjugação entre ciência e arte em *Os Sertões*, traz a influência das narrativas de viagens do naturalista Alexandre von Humboldt<sup>6</sup>. Ele faz isso ressaltando o procedimento de composição de tal geógrafo que, apesar de tradicionalmente associado à ciência, também promoveu o consórcio da razão e da imaginação. Assim, Souza (2003) defende a sua já mencionada tese da geopoética euclidiana.

A busca por uma “visão genuína da terra”, a influência de Humboldt e da literatura de viagem, o caráter de observador do autor de *Os Sertões* como viajante no sertão da Bahia, a interação entre homem e natureza, a abordagem crítica à realidade social do sertão e do Brasil como um todo, e demais outros argumentos trazidos por Souza (2003) na defesa da geopoética euclidiana, indicam a presença de recursos do naturalismo literário do final do século XIX no estilo narrativo de Euclides da Cunha.

Na construção da proposta naturalista de Émile Zola para a literatura, encontramos uma explicação sobre o movimento:

O naturalismo, nas letras, é igualmente retorno à natureza e ao homem, a observação direta, a anatomia exata, a aceitação e a pintura do que existe. A tarefa foi a mesma tanto para o escritor como para o cientista. Um e outro tiveram de substituir as abstrações por realidades, as fórmulas empíricas por análises rigorosas. Assim, não mais personagens abstratas nas obras, não mais invenções mentirosas, não mais absoluto; porém, personagens reais, a história verdadeira de cada uma, o relativo da vida cotidiana. Tratava-se de recomeçar tudo, de conhecer o homem nas próprias fontes de seu ser. (ZOLA, 1979, p.72)

---

<sup>6</sup> Alexander Humboldt (1769-1859), segundo Lemos (2000), foi considerado um naturalista romântico. Ele foi um notório defensor do Novo Continente, sua experiência na América durou de julho de 1799 a abril de 1804. Em suas andanças anotou, descreveu, mediu e comparou diversos aspectos da natureza americana, notadamente da flora. Suas ideias sobre este continente estão em grande parte alicerçadas naquilo que ele concebia como a pedra-de-toque da ciência: fatos, números e medidas, não apenas especulações e hipóteses. Para uma compreensão mais completa sobre sua influência na obra *Os Sertões*, ver: Lemos Maria Alzira Brum. *O doutor e o jagunço: ciência e cultura em Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

Zola foi autor da obra considerada o marco inicial da estética naturalista, a saber: *Germinal* (1885). Segundo Ventura (2002), ele era uma das leituras preferidas de Euclides da Cunha. Ventura (2002), por sua vez, ao explicar o naturalismo literário, esclarece que o movimento, que recebeu forte influência de teorias científicas, considerava fenômenos sociais para conceber seus romances. Tais obras literárias, por conseguinte, acabaram se tornando instrumento de análise da sociedade e não apenas itens de entretenimento. Assim, na literatura naturalista não ocorreu a idealização da realidade, pois esta era construída a partir de cenários e personagens “reais”, bem como por histórias “verdadeiras”<sup>7</sup>.

Em *Os Sertões*, percebemos a presença de elementos apresentados por Zola. Ao adentrar o sertão nordestino como correspondente do Jornal *O Estado de São Paulo*, para cobrir o desenrolar da Guerra de Canudos, Euclides da Cunha faz uso de diversas teorias científicas e filosóficas, como o determinismo e o evolucionismo. O escritor retorna à natureza e ao homem para explicar a guerra em seu livro. Ao fazê-lo, não se limita a tratar do sertão e do sertanejo, pois, ao mesmo tempo em que se dirige ao interior do Brasil, regressa às origens da terra e, em seguida, às origens da formação étnica do brasileiro.

Nesse sentido, ao que tange ao trato específico do sertão e do sertanejo por Cunha, trazemos um excerto da seção *Um sonho de geólogo* de *Os Sertões* disposto após a afirmação de que há escassez de dados quanto à região sertaneja, que demonstra a abordagem da origem do sertão:

Acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida: o lichen ainda ataca a pedra, fecundando a terra. E lutando tenazmente com o flagellar do clima, uma flora de resistência rara por alli entretece a trama das raízes, obstando, em parte, que as torrentes arrebatem todos os principios exsolvidos — accumulando-os pouco a pouco na conquista da paragem desolada cujos contornos suaviza — sem impedir, comtudo, nos estios longos, as insolações inclementes e as aguas selvagens, degradando o solo. (CUNHA, 1914, p.21)

Essa passagem selecionada, como se observa, acaba “Retornando à natureza e tratando de conhecer o homem nas próprias fontes de seu ser” (ZOLA, 1979, p.93). Ela é uma, dentre várias, que contribui com a construção narrativa da

---

<sup>7</sup> Vale destacar que essa realidade dos cenários e personagens, e essa veracidade da história, consistem em realidade e veracidade de uma obra e não de fatos substanciais.

visão da terra americana como emergida das águas. Ponto de vista que, de forma mais direta, é trazido logo no início da seção mencionada: “Vae-se de bôa sombra com um naturalista algo romantico, imaginando-se que por alli turbilhonaram, largo tempo, na idade terciaria, as vagas e as correntes”. (CUNHA, 1914, p.12).

Fazendo uso da ligação do naturalismo com o cientificismo de Auguste Comte<sup>8</sup>, citado de forma expressa em outro momento de *Os Sertões*, e na crença de que o mundo social poderia ser explicado a partir das forças da natureza, é possível perceber na passagem a presença de uma compreensão evolutiva, através da qual parece ser pensado todo o texto do livro. Essa percepção se dá através do retorno à origem do elemento abordado: a terra. O evolucionismo de Comte postulava a existência de diferentes estágios evolutivos da natureza. Nessa mesma linha de raciocínio, a narrativa de Euclides da Cunha apresenta um período anterior, mais precisamente a idade terciária, em que o sertão do nordeste era mar. Outro dado importante é que, na obra, a natureza funciona como metáfora do homem. Construção que, em alguns momentos, possibilita a leitura do sertanejo como sujeito em fase evolutiva atrasada.

Ainda é possível perceber, mais uma vez, a unção entre imaginação e razão em *Os Sertões*. Além da mobilização de teorias científicas, se tem na urdidura da narrativa termos geológicos, como “insolações” e “agua”, os quais, por sua vez, são acompanhados de adjetivos, como “inclementes” e “selvagens” e constroem como conteúdo: o sertão percebido e revelado como um mar, em outros momentos, extinto.

Corroborando com esse sentido, há o próprio título da seção: *Um sonho de geólogo*. Nele há a presença simultânea da imaginação e de sentimento. Mescla que se configura através da palavra “sonho”, que tem seu significado associado à fantasia e/ou à paixão. Enquanto a ciência e a razão estariam representadas pela

---

<sup>8</sup> Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês. Atribui-se a ele a criação da disciplina Sociologia, bem como a corrente filosófica, política e científica conhecida como Positivismo. Segundo Lemos (2000), “Euclides da Cunha toma emprestado de Comte uma espécie de esquema conceitual e metodológico, o qual, perpassado pela associação entre os espíritos progressista da ciência e moralizante da tradição, se caracteriza pela utilização da natureza como paradigma, pela noção de unidade da humanidade e pela equivalência no texto entre narrador, sociólogo e reformador da humanidade. Este empréstimo seria responsável pela ambiguidade do pensamento social de Euclides” (p.80). Para uma compreensão mais completa sobre tal influência, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

palavra “geólogo”, que se refere ao estudioso da origem, da história, da vida e da estrutura da terra.

Outro ponto valioso da obra consiste no fato de ela ser dividida em três partes: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*. A sequência organizacional sustenta o raciocínio segundo o qual as características do meio físico sertanejo teriam determinado os caracteres do homem do sertão e que isso, mais tarde, teria gerado o conflito em Canudos.

Em consonância com o evolucionismo de Spencer, segundo o qual o processo de evolução é baseado na passagem das formas mais simples as mais complexas, Euclides da Cunha descreve a região como ainda em fase de preparação para a vida. O sertão é caracterizado na narrativa como determinante de um homem ainda em processo de formação intelectual e moral, ou seja, não civilizado. Segundo o escritor, estando a terra em luta tenaz “com o flagellar do clima” e tendo “uma flora de resistencia rara” (CUNHA, 1914, p.21), o sertanejo está em “lucta aberta com o meio” (p.139) e “é, antes de tudo, um forte” (p.114). Na obra, a terra é classificada como “ignota”, desconhecida e o sertanejo é apontado como um mestiço diferente dos demais (p.110).

No entanto, por ser o mestiço diferente dos demais, o escritor deixa de analisá-lo conforme teorias científicas. Elaboraões que, segundo a narrativa, ainda não conseguiam apreendê-lo bem. Em função disso, Euclides da Cunha passa a analisá-lo diretamente a partir de suas próprias experiências no sertão baiano (1914, p.113).

Desse modo, as teorias científicas, apesar de continuarem presentes, são relativizadas pela observação direta na obra. Euclides da Cunha coloca sua experiência, mais do que as teorias científicas, como a base do projeto político civilizacional que constitui a sua narrativa. Tal troca pode ser compreendida a partir do naturalismo literário, movimento encabeçado por Émile Zola (1979), como anteriormente enfatizado, e que propunha a substituição das abstrações por realidades<sup>9</sup>. A permuta das abstrações científicas pelas experiências do próprio autor produz, a nosso ver, o tão discutido efeito de veracidade do texto.

---

<sup>9</sup> Em *Lettre à la Jeunesse* (1879), Émile Zola defende que o cientista é o poeta que substitui as hipóteses da imaginação pelo estudo exato das coisas e dos seres (ZOLA, 2004, p.28). A partir disso, e considerando a defesa feita pelo autor da importância de se utilizar procedimento científico na criação ficcional, entendemos as “abstrações” como as hipóteses criadas pela imaginação e a

Essa substituição das abstrações por realidades está associada à articulação da literatura ficcional ao método científico. Em *Os Sertões*, isso é possível a partir da presença de Euclides da Cunha no sertão baiano, tratada no texto como um método de observação experimental. *Modus operandi* utilizado como instrumento que lhe deu condições de construir a descrição da terra do sertão e, em seguida, realizar a análise do homem sertanejo.

A experiência de Euclides da Cunha começa a ser trazida logo no início da seção *A Terra*, quando escreve sobre o Planalto Central do Brasil e descreve o movimento de contorná-lo em direção ao Norte, fazendo com que o leitor de *Os Sertões* acompanhe os seus passos em direção ao sertão da Bahia e tenha acesso às suas multipercepções sobre o que avista.

As multipercepções de Euclides da Cunha são vazadas ao longo do livro ora pela conjugação, ora pela alternância de uma linguagem objetiva e/ou técnica com a subjetiva e/ou artística. Essas elaborações de linguagem apresentam o sertão, o sertanejo e a guerra às vezes compreendidos pelo autor de maneira mais racionalista, às vezes mais emocionalista e, em outras, não compreendido.

Na passagem a seguir, a variação de percepção ocorre a partir da mobilidade física do autor demonstrada através da utilização dos verbos descer, desatar, derivar, descambar e despir:

O Planalto central do Brazil desce, nos littoraes do Sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas. Assoberba os mares; e desata-se em chapadões nivelados pelos visos das cordilheiras marítimas, distendidas do Rio Grande a Minas. Mas ao derivar para as terras septentrionaes diminue gradualmente de altitude, ao mesmo tempo que descamba para a costa oriental em andares, ou repetidos socalcos, que o despem da primitiva grandeza afastando-o consideravelmente para o interior. De sorte que quem o contorna, seguindo para o norte, observa notaveis mudanças de relevos (CUNHA, 1914, p.3).

Euclides da Cunha personifica o Planalto Central de forma a produzir nele o efeito de movimento que teria realizado enquanto viajava rumo ao sertão. Esse efeito de sentido se dá através do uso dos verbos acima destacados (descer, desatar, derivar, descambar e despir) e da sonoridade trazida por eles ao texto, em razão de se iniciarem com os mesmos fonemas ou, no caso de “derivar”, próximo. O

---

“realidade” como o “estudo exato e direto das coisas e dos seres”. No caso em questão, podemos dizer que esse estudo direto se dá por meio da experiência de Euclides da Cunha no sertão baiano.



efeito também se dá por meio da enumeração de termos geográficos que fazem referência à localização espacial vista, como “litorais do sul”, “chapadões”, “cordilheiras marítimas”, “Rio Grande”, “Minas”, “costa oriental”, “interior”, “norte”, bem como pelo ritmo ditado à passagem através da pontuação nela empregada.

Ainda acerca da percepção, Euclides da Cunha parece levar para a construção de sua narrativa a consciência de que ela pode comprometer e ser comprometida. O escritor anuncia, na nota preliminar de sua obra (CUNHA, 2015), possuir a intenção de narrar a história com sinceridade, o que faz citando o conceito de “narrador sincero” de Taine e explicando que este deve encarar a história como ela merece e querer “sentir-se como bárbaro entre os bárbaros e ancião entre os anciões” (CUNHA, 2015). Cunha, então, assumindo o papel de um narrador sincero e fazendo uso de uma estratégia retórica, flexibiliza seu compromisso com a sinceridade ao condicionar o nível de sua prática à permissão da firmeza de seu coração.

Assim, sobre sua postura narrativa, Euclides da Cunha admite a possibilidade de sua percepção ser comprometedoras ao construir narrativamente a paisagem do sertão “desconhecido” e trazer o clima como um de seus elementos. Trazemos agora o inverso, a possibilidade indicada na narrativa de sua percepção ser comprometida:

O que se segue são vagas conjecturas. Atravessamol-o no preludio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimol-o sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, a demais, por um meio contraposto á serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra. (CUNHA, 1914, p.27)

Euclides da Cunha aponta que sua percepção e, conseqüentemente, sua apresentação do clima do sertão baiano podem não ser tão acertadas. Assim, ele acaba aparentemente exagerando na orientação de que esta deve ser recebida com relatividade. O escritor, além de classificá-las como conjeturas, ainda as adjetiva de vagas. O autor justifica tais imprecisões no fato de sua escrita ser resultado de um único contato seu com o meio, o qual ainda se deu “no preludio de um estio ardente” e, principalmente, em meio às emoções de uma guerra, as quais tolhiam a “serenidade do pensamento”. Euclides da Cunha busca o direito de se afastar da objetividade e da exatidão do naturalismo literário, mas procura manter a confiança dos leitores em seu discurso.

Tal direito lhe permite explorar técnicas retóricas com maior liberdade, de modo a construir seu projeto político civilizacional do sertão e, simultaneamente, tratar com a sinceridade prometida a sua experiência por lá. Essa maleabilidade narrativa se dá especialmente nos eventos que presenciou e que lhe impactaram de uma forma que, dada as devidas proporções, nos termos do que traz Hans Ulrich Gumbrecht (2010) acerca de produção de presença e produção de sentido<sup>10</sup>, aparentemente lhe escapou da dimensão do sentido.

Euclides da Cunha aponta o poder de atuação da atmosfera ou do clima de um lugar sobre o sujeito ao defender a ideia de *Stimmung*. O conceito também se alarga em direção à experiência literária como capaz de tocar o leitor do mesmo modo que o clima, a atmosfera, uma sintonia ou uma desarmonia musical, por exemplo. As descrições promovem, assim, uma mediação entre contextos, ambientes específicos retratados e o leitor. Gumbrecht (2014), ao citar Toni Morrison, ganhadora de um Nobel de literatura, alega que as atmosferas e os estados de espírito são elementos capazes de afetar as mentes.

No excerto transcrito anteriormente, Euclides da Cunha trouxe a sua narrativa a possibilidade de estar mentalmente abalado por dois fatores. Primeiro, pela atmosfera, enquanto condição meteorológica, pois clima e ar são descritos por ele como “estio ardente” e, em outro momento do texto, como “asphyxiadora” (CUNHA, 1914, p.51). Segundo, pelo seu estado de espírito impedido de serenidade de pensamento pelas emoções da guerra. Gumbrecht explica que a sensação interior é algo que não pode ser circunscrito com grande precisão (GUMBRECHT, 2014, p.12). Avaliamos que é isso o que ocorre em grande parte da narrativa de *Os Sertões*, pois os momentos de imprecisão descritiva coincidem principalmente com contextos de explicitado abalo físico e/ou emocional.

Em diversos outros momentos de *Os Sertões*, a narrativa apresenta o clima enquanto “alguma coisa objetiva que está em volta das pessoas e sobre elas exerce uma influência [...]” (GUMBRECHT, 2014, p.12). Da experiência de Euclides da Cunha em meio ao sertão nordestino, o clima é apresentado de modo a servir de

---

<sup>10</sup> Hans Ulrich Gumbrecht (2010) apresenta “Produção de presença” como uma expressão que aponta para todos os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensiva o impacto dos objetos “presentes” sobre corpos humanos. Enquanto a “atribuição de sentidos” está relacionada à interpretação e estruturação das coisas do mundo por meio de uma rede de conceitos histórica ou culturalmente específicos. Para um entendimento mais aprofundado, ver: Gumbrecht, Hans Ulrich. 2010. *Produção de Presença: O que o Sentido Não Consegue Transmitir*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC do Rio.

explicação ao seu suposto estado de espírito tolhido de serenidade de pensamento. As emoções relacionadas à guerra também contribuem para essa perturbação mental do autor, como veremos abaixo:

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ella — braços largamente abertos, face volvida para os ceus, — um soldado descançava.

Descançava... havia tres mezes.

Morrera no assalto de 18 de julho. A coronha da mannlicher estrondada, o cinturão e o bonet jogados a uma banda, e a farda em tiras, diziam que succumbira em lucta corpo a corpo com adversário possante. Cahira, certo, derreando-se á violenta pancada que lhe sulcara a fronte, manchada de uma escara preta. E ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fôra percebido. Não compartira, por isto, a valla commum de menos de um covado de fundo em que eram jogados, formando pela última vez juntos, os companheiros abatidos na batalha. O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lugubre de um fosso repugnante; e deixara-o alli ha tres mezes — braços largamente abertos, rosto voltado para os ceus, para os sóes ardentes, para os luares claros, para as estrellas fulgurantes...

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços physionomicos, de modo a incutir a illusão exacta de um luctador cançado, retemperando-se em tranquillo somno, á sombra daquella arvore bemfazeja. Nem um verme — o mais vulgar dos trágicos analysts da materia — lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exhaustão imperceptivel. Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas suggestivo, a secura extrema dos ares. (CUNHA, 1914, p.30)

Em um misto de narração e descrição, Euclides da Cunha continua a abordar a atmosfera e o clima do sertão baiano e o impacto deles sobre si. A intensa utilização de material figurativo, como os adjetivos “possante” (o adversário), “violenta” (pancada), “ardentes” (os sois), “claros” (os luares) e “fulgurantes” (as estrelas) ressaltam os elementos apontados e facilitam a reconfiguração das imagens pelo leitor. Assim como as comparações: a da situação do soldado com a de “um luctador cansado retemperando-se em tranquillo somno”; bem como a atribuição de características bem precisas ao representado: “fronte manchada de uma escara preta”. Essas são estratégias narrativas que transformam o texto em algo icônico. Elaboração que faz com que, mais do que lida, a cena de seu encontro com um soldado mumificado seja vista e, acrescida de dados da atmosfera e clima, seja sentida pelo leitor.

A imagem construída narrativamente de um soldado morto e não enterrado há mais de três meses é inegavelmente impactante. A descrição do corpo que mumificou e não entrou em estado de putrefação em razão da secura do sertão

justifica o título da seção em que está inserida: *Higrômetros Singulares*. O título não só dá pistas da causa da mumificação do soldado, como também funciona como uma metáfora<sup>11</sup>.

José Luiz Fiorin (2008) explica a metáfora como o “acréscimo de um significado a outro, quando entre eles existe uma relação de semelhança, de intersecção” (FIORIN, 2008, p.71). O autor ainda acrescenta que ela é uma maneira “mais viva de ver as coisas do mundo, privilegiando certos traços semânticos usualmente deixados de lado” (FIORIN, 2008, p.79). No excerto em análise há essas duas formas de apresentação da metáfora.

A primeira metáfora, como já mencionado, é possibilitada logo a partir do título da seção. A utilização dela torna o corpo descrito no texto algo semelhante ao objeto aludido, a saber: o higrômetro. A relação de semelhança entre eles se dá pela aparência do corpo do soldado morto e pela posição em que se encontra no momento da observação. Descrição que traz um corpo murcho, mas não decomposto, com “braços largamente abertos, rosto voltado para os ceus, para os sóes ardentes, para os luars claros, para as estrelas fulgurantes”. Outra passagem textual que promove aproximação de sentidos própria da metáfora é quando o narrador diz que o soldado morto “Era um aparelho revelando de modo absoluto, mas suggestivo, a seccura extrema dos ares”. Ou seja, outra imagem vivaz que faz crer que o higrômetro singular, trazido no título da passagem, é o próprio corpo do soldado estendido no chão. A segunda metáfora está na apresentação do verme como “o mais vulgar dos trágicos analysts da materia”.

A imagem construída narrativamente de forma descritiva e metafórica reforça a ideia de que a atmosfera do sertão da Bahia é árida e seca. A narrativa também intensifica a existência de um clima pesado, amedrontador, dramático e trágico causado pela guerra. Apontando para um conflito cruel, violento e desumano, e para uma preocupação com os problemas sociais, Euclides da Cunha escreve que homens mortos eram abandonados na terra sertaneja, expostos ao sol e privados do acolhimento tardio de seus lares. Forma de tratamento indigna e que fazia desses sujeitos abandonados *higrômetros singulares*. Outra forma ainda mais indigna, em sua concepção, era quando eles eram jogados à “valla commum de menos de um covado de fundo”. Imagem igualmente impactante.

---

<sup>11</sup> Higrômetro é um instrumento utilizado para medir o grau de umidade do ar ou de um gás.

A partir de passagens como essa, percebemos que, seja intencionalmente, como recurso narrativo para a criação de efeitos de sentidos desejados, e/ou despropositadamente, em razão da afetação do autor pelas coisas que supostamente teria presenciado no sertão da Bahia, em *Os Sertões* torna-se viva a ideia trazida por Gumbrecht (2014), de que os estados de espírito e as atmosferas específicas se apresentam como nuances que desafiam o poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar (GUMBRECHT, 2014, p.12).

Esse é um dos elementos presentes na narrativa de Euclides da Cunha que se distancia do ideário cientificista do século XIX, segundo o qual todas as questões poderiam ser respondidas de modo científico, com a impessoalidade, a objetividade e a exatidão da ciência. Concepção que afetava, inclusive, o naturalismo literário, movimento trazido mais acima como possuidor de características apresentadas em *Os Sertões*. Entretanto, o fato é que Euclides da Cunha ainda que, por vezes, aponte justificativas para esse distanciamento, como faz quando discorre sobre a atmosfera do sertão e o efeito dela sobre seu texto, constrói um discurso com elementos que produzem efeito de subjetividade. No entanto, eles são sustentados ou sustentadores de uma experiência pessoal que funciona, assim como a objetividade e exatidão das teorias científicas e do naturalismo literário, como um recurso de convencimento em prol do seu projeto político civilizador do sertão.

Próximo à ideia de Gumbrecht (2014) trazida anteriormente, Ventura (1987) associa as condições climáticas, com as quais se confronta o escritor em países tropicais, ao naturalismo brasileiro. O autor defende que a natureza tropical e o clima quente provocam uma escrita repleta de emoção, nervosidade e sensualismo nos escritores dessa vertente. Ele chega a falar de um estilo tropical da literatura brasileira feita com consciência e sentimento nacional. (VENTURA, 1987).

Assim, os diversos elementos, por vezes, antitéticos, presentes em *Os Sertões*, como os já abordados elementos do naturalismo literário; métodos e teorias científicos; linguagem literária e técnica; efeito de iconicidade e um forte posicionamento político do autor refletem na sua forma, conteúdo e estilo. Essa literatura com sentimento nacional, repleta de emoção, nervosidade e sensualismo, origina-se do compromisso entre caracteres universais e a incorporação de elementos específicos, tais como a tropicalidade e a miscigenação; ao que defende Araripe Junior (1888), ao tratar do estilo nacional. O resultado disso, na narrativa de

Euclides da Cunha, foi a construção de um texto configurador de um projeto político civilizacional e a criação em palavras de um sertão, de um sertanejo e de um conflito detentores de múltiplos sentidos.

## 2.2. A construção imaginária da paisagem sentida e narrada

Nos termos de Schama (1996), entendemos que “a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rocha” (SCHAMA, 1996, p. 17), e que sua dimensão, como explica Santos (1998), é a da percepção, sendo, portanto, o que chega aos sentidos, não só o da visão, uma vez que “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc” (SANTOS, 1998, p.21).

Assim, paisagem é materialidade e é, também, conteúdo social. É formada por objetos que, em razão de o processo perceptivo não ser passivo, podem ser percebidos de diversas maneiras, a depender da localização física, social e discursiva em que está o sujeito. Isto porque “É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos. Afinal a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia” (SCHAMA, 1996, p.17).

Nesse sentido, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha constrói narrativamente a paisagem do sertão baiano dando destaque à secura e à dureza do seu solo. Isso ocorre, por exemplo, quando ele se refere à resistência rara de sua flora (CUNHA, 1914, p.21) e às condições climáticas tão adversas da região. Adversidade figurada, dentre outras, na imagem do cadáver de um soldado mumificado (CUNHA, 1914, p.30). Contudo, mostrando ocupar um outro ponto do mesmo sertão, o autor indica que percebe também uma outra paisagem, de modo a nos fazer “vê-la”:

Galgava o topo da Favella. Volvia em volta o olhar para abranger de um lance o conjunto da terra. - E nada mais divisava recordando-lhe os scenarios contemplados. Tinha na frente a antithese do que vira. Allí estavam os mesmos accidentes e o mesmo chão, em baixo, fundamente revolto, sob o indumento aspero dos pedregaes e caatingas estonadas... Mas a reunião de tantos traços incorrectos e duros — arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocainas, creava-lhe perspectiva inteiramente nova. E quasi comprehendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingenua, acreditassem que << allí era o ceu... >>. (CUNHA, 1914, p.24)

Nota-se que o autor de *Os Sertões* faz uso de elementos capazes de produzir efeito de imparcialidade e, conseqüentemente, credibilidade ao seu texto. Tal elaboração ocorre, por exemplo, com o emprego de verbos e pronomes na terceira pessoa do singular que garantem abordar os fatos e percebê-los de uma maneira “inteiramente nova”. Essa percepção inovadora ocorreria a partir de sua visão sob um ângulo diferente (do “topo da Favella”) dos mesmos elementos (“mesmos accidentes e o mesmo chão”), e construía uma paisagem diferente (“creava-lhe uma perspectiva inteiramente nova”).

Nela, a visão do sujeito, indicado em momento anterior apenas como “viandante”, embora se entenda que este se trata do próprio Euclides da Cunha em expedição naquela terra e essa seja mais uma estratégia de, produzindo objetividade ao texto, fazer com que ele seja entendido como imparcial e verdadeiro, é ampliada por ocorrer a partir de um local mais alto, o “topo da favella”, o que o permitiu ver “de um lance o conjuncto da terra” que, assim, foi percebido de um modo tão diverso dos “scenários contemplados” que em nada a eles fazia lembrar.

Para figurar esse contraste entre paisagens de um mesmo espaço, Euclides da Cunha traz ao texto palavra que representa não só um elemento muito utilizado na construção da forma de *Os Sertões*, como também na do seu conteúdo: a “antítese”. Aqui, esta aparece na explicação de que “aos mesmos accidentes e o mesmo chão” foi criada uma “perspectiva inteiramente nova” pela reunião dos diversos traços do ambiente (“arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocainas”), expressamente classificados de “incorrectos e duros”, a qual foi possível, como já sugerido, em razão da visão ampla do sujeito, capaz de abranger todos os traços do espaço, proporcionada pelo local alto ocupado por ele (o topo da favela).

No entanto, tendo essa passagem como um de seus elementos, outra antítese se forma na narrativa de Euclides da Cunha, as imagens opostas de Canudos como céu e inferno. Dando pistas do poder de construção de sentidos da paisagem, que apesar de não estar descolada da (i)materialidade do território, não significa o aparente (SAQUET, 2013), e da forma negativa com que vê os sertanejos, ao chamá-los de “matutos crendeiros de imaginativa ingênua”, o autor, ao escrever: “E quasi comprehendia que os matutos crendeiros de imaginativa ingenua, acreditassem que << alli era o ceu... >>”, demonstrando-se também

seduzido pela paisagem, se refere à apreensão do que avista como uma imagem do céu.

A imagem apresentada do céu é explicada em seguida através da afirmação de que “todos os serrotes breves e inumeros, projectando-se em plano inferior e estendendo-se, uniformes, pelos quadrantes, davam-lhe a illusão de uma planicie ondulante e grande” (CUNHA, 1914, p.25), e ainda, em um outro momento, “A sua topographia interessante modelava-o ante a imaginação daquellas gentes simples como o primeiro degráo, amplíssimo e alto, para os ceus...” (CUNHA, 1914, p.183). Tal imagem, sugere Euclides da Cunha na última citação trazida, fortalece a espera de salvação eterna dos canudenses ou da crença na construção de um paraíso terrestre. Já a imagem de Canudos como inferno é criada em contraste à primeira a partir da visão do autor apresentada sobre o sertão baiano e sobre a crença dos sertanejos, elaboradas com base em seu referencial cultural:

Os ingenuos contos sertanejos desde muito lhes haviam revelado as estradas fascinadoramente traiçoeiras que levam ao Inferno. Canudos, immunda ante-sala do Paraíso, pobre peristylo dos ceus, devia ser assim mesmo — repugnante, aterrador, horrendo... (CUNHA, 1914, p.197 e 198).

A passagem acima integra a seção intitulada *Estrada para o ceu*. Parte em que o autor descreve, logo em seu início, que a crença do sertanejo na salvação, no paraíso e no inferno não se funda apenas nos mitos bíblicos, mas que o imaginário popular nela também se faz presente através de contos, os quais ele adjectiva de ingênuos. Euclides da Cunha, ironizando a fé dos sertanejos de que Canudos era um caminho para a salvação, acrescenta adjectivos de valor negativo às figuras que a revestem e cria oxímoros como “immunda ante-sala do Paraíso e pobre peristylo dos ceus”. Como se vê, ele apresenta de forma melódica aquela que seria a sua própria percepção de Canudos, sintetizada através dos adjectivos “repugnante”, “aterrador”, “horrendo...”.

O mencionado efeito melódico é criado através dos sinais, travessão e reticências utilizados para iniciar e finalizar a apresentação dos adjectivos sintetizadores de sua percepção acerca de Canudos. As reticências ainda sugerem que essa percepção negativa não se esgota nos adjectivos apresentados.

No mesmo sentido dessa reflexão acerca das diferentes percepções construídas em *Os Sertões* sobre uma única configuração territorial - aqui explicadas



a partir da dimensão da percepção da paisagem sustentada por Santos (1988) e da consequente variação da “visão” desta por um mesmo sujeito a depender da localização dele, e, entre sujeitos, a depender de suas formações culturais e, até mesmo fisiológicas, já que a percepção se relaciona com os sentidos (SANTOS, 1988) -, entendemos o fato de estarmos lidando com paisagens construídas narrativamente a partir da perspectiva de um determinado sujeito, o autor que visa alcançar um público específico, já que, como afirma Bakhtin (2006), não há discurso sem destinatário.

Deste modo, compreendemos que os dados, supostamente recebidos por Euclides da Cunha (seja através de seus próprios sentidos ao cobrir a campanha de Canudos ou dos advindos de testemunhas e estudiosos), foram organizados e valorados por ele conforme suas ideologias, crenças, saberes axiológicos e interesses. Enfim, seus referenciais culturais. E então, mobilizados na construção das paisagens e em todo o texto de *Os Sertões*, como estariam, conforme White (1994), em todo e qualquer texto.

Isso implica que, mesmo sendo as paisagens responsáveis por boa parte do efeito de sentido de realidade produzido em *Os Sertões*, em função de seu caráter predominantemente figurativo, pois “fazer ver, também é fazer crer” (BERTRAND, 2003, p.155), elas também são construções narrativas que se deram conforme as intenções e possibilidades do autor, responsável por suprimir ou subordinar alguns elementos, realçar outros e variar os tons.

Vale endossar que, pelos mesmos motivos acima, reconhecemos que nossas percepções sobre as paisagens construídas na narrativa de Euclides da Cunha se dão de maneira particular. Maneira atravessada por saberes, valores e crenças igualmente idiossincráticas, ainda que sejamos atravessados pela história e pelos discursos socialmente apreendidos.

Porém, o fato de as percepções do autor serem, necessariamente, comprometidas, não implica em prejuízo às nossas reflexões, uma vez que pretendemos, justamente, provocar um deslocamento do olhar, buscando atentar para uma nova percepção acerca das representações de Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Sobre a percepção, Tuan (2012) afirma que esta se configura como “uma atividade, um estender-se para o mundo” (2012 p.14). A partir disso, anunciamos que a nossa pretensão aqui consiste em nos estendermos a um “novo mundo”.

Assim, consideramos a explicação de Saquet (2013) de que espaço e paisagem, apesar de serem diferentes, estão ligados numa relação de ‘aparência-essência’ e que “a paisagem também é distinta da configuração territorial, embora seja uma parte dela, perceptível, visível, através dos sentidos, fotografias e mapas” (SAQUET, 2013, p.141). Consideramos também paisagem como conteúdo social formado por produtos de temporalidades distintas e, desse modo, capaz de exprimir o passado e o movimento da vida ao mesmo tempo em que é alvo de intenções e preocupações econômicas e políticas (SANTOS, 1998). E então, analisamos conjuntamente às paisagens construídas narrativamente por Euclides da Cunha, bem como as configurações territoriais vazadas por meio delas.

Feitas as devidas ressalvas acerca de percepção, intenção e ficção, entendemos que por trás da paisagem construída narrativamente por Euclides da Cunha continua a existir um espaço “real” construído por sujeitos movidos por propósitos, valores e modos de vida, e que, por isso, essas paisagens podem nos dar pistas da relação do sujeito sertanejo com o espaço do Sertão, especialmente de Canudos, ao prefigurarem alguns traços de suas concepções sobre o morar, trabalhar e viver, bem como representarem parte da sua história.

Desse modo, trabalhando em uma perspectiva que problematiza as interações e oposições entre cultura e natureza, voltaremos o nosso olhar principalmente às passagens que figuram Canudos. Analisaremos as paisagens construídas narrativamente no texto de *Os Sertões* e as figurações territoriais vazadas por elas.

Partindo do geral para o específico, a construção narrativa da paisagem de Canudos se dá após a construção narrativa da paisagem do sertão baiano. Obedecendo essa ordem, Canudos é introduzida a partir de um olhar do alto, “do topo da Favella” (Cunha, 1914, p.24), “dentro” de “uma ellipse magestosa de montanhas” (1914, p.25).

A expressão “ellipse magestosa de montanhas” exemplifica o distanciamento assumido pelo autor ao abordar Canudos de uma linguagem técnico-geográfica por vezes usada para representar o sertão como um todo. Por outro lado, também indica, através do adjetivo “majestosa”, o encantamento de observador pela paisagem que supostamente avistou, e sua intenção em desenhar, por meio de suas palavras, uma imagem precisa do espaço em que Canudos está inserido, o que é entendido pelo uso da palavra “elipse”.

Elipse é um termo geométrico para “uma figura num plano em que a soma das distâncias de qualquer de seus pontos a dois pontos fixos (focos) é constante” (DICIONÁRIO AULETE DIGITAL, 2018). Assim, a figura mencionada constrói narrativamente uma paisagem a partir de uma visão panorâmica conquistada do alto da Favela. Nessa visão, o autor traz que um círculo de montanhas é percebido e que de onde ele está se tem a impressão de que a distância entre as montanhas e o seu ponto de observação é igual.

O autor apresenta ainda as montanhas formadoras da “elipse majestosa” que avista, indica suas localizações e características e, assim, produz iconicidade no texto:

A *Canna Brava*, a nordeste, de perfil abaulado e simples; a do *Poço de Cima*, próxima, mais íngreme e alta; a de *Cocorobó*, no levante, ondulando em selladas, dispersa em esporões; as vertentes rectilíneas do *Calumby* ao sul; as grimpas do *Cambaio*, no correr para o poente; e, para o norte, os contornos agitados do *Caypan* —ligam-se e articulam-se no infletir gradual traçando, fechada, a curva desmedida. (CUNHA, 1914, p.25).

Essa riqueza imagético-descritiva faz com que o leitor sinta que também tem uma visão geral de Canudos, como se estivesse diante de um mapa a perceber o espaço que lhe rodeia, formado por diversas montanhas de formas e tamanhos diferentes. Mas que, do ângulo em que Euclides da Cunha as teria avistado, parecem ter o mesmo tamanho e se localizarem com a mesma distância umas das outras, assim como de Canudos. A elipse anunciada é explicada no final da passagem acima transcrita: “ligam-se e articulam-se no infletir gradual traçando, fechada, a curva desmedida”.

A paisagem de Canudos construída narrativamente, e percebida por Euclides da Cunha do alto da Favela, continua a ser figurada na sequência da passagem anteriormente transcrita e é finalizada com a seguinte descrição:

[...] Na planície rugada, embaixo, mal se lobrigavam os pequenos cursos d'água, divagando, serpeantes... Um unico se distinguia, o *Vaza-Barris*. Atravessava-a, torcendo-se em meandros. Presa numa dessas voltas via-se uma depressão maior, circundada de collinas... E atulhando-a, enchendo-a toda de confusos tectos incontáveis, um acervo enorme de casebres... (CUNHA, 1914, p.15)

Fazendo uso mais uma vez de reticências, o autor destaca, não só através do que escreve: “um único, dos pequenos cursos d'água percebidos na planície rugada

destacava-se”, mas também a partir da forma com que faz e da pontuação que emprega. A passagem em questão destaca a presença do rio Vaza-Barris na composição de Canudos. Rio que aparecerá em diversos outros momentos de seu texto.

Imprimindo ritmo entrecortado de pausas à narrativa, as reticências da passagem transcrita, ao suspenderem a descrição, produzem no texto o efeito de que esta está sendo realizada instantaneamente, à medida em que Euclides da Cunha vai percebendo os elementos da paisagem, o que também é sugerido pela dificuldade afirmada por ele, através da palavra “lobrigavam”, de identificar na paisagem, a partir do alto da Favela, os pequenos cursos d`água na planície rugada, até avistar o Vaza-Barris, sobre o qual afirma que atravessava a planície, “torcendo-se em meandros”.

Através da expressão “presa numa dessas voltas via-se uma depressão maior, circundada de collinas...” é indicado que Canudos se localizava à margem do rio Vaza-Barris. Fator que pode explicar o destaque dado ao rio na passagem. Já as reticências dessa expressão, além do já mencionado efeito de instantaneidade entre percepção e descrição, parecem prolongar a paisagem. Elas também podem ser entendidas como indicação de que, além da depressão maior, circundada de Colinas, algo mais era percebido por Euclides da Cunha no momento em que ele se punha como observador do alto da Favela.

Esse algo a mais era os tetos das moradias dos habitantes de Canudos. Descrição que demonstra a sua visão negativa sobre elas. Tais moradias são figuradas na passagem de maneira depreciativa. Tal como notamos em: incontáveis tetos confusos do enorme acervo de casebres que atulhavam a depressão.

O autor encerra a construção narrativa da paisagem, percebida do alto da Favela, se valendo novamente de reticências, as quais funcionam não só como sinal gráfico ou recurso estilístico, mas também como recurso retórico em *Os Sertões*. Aqui, elas sugerem que – embora outro assunto passe a ser abordado na seção seguinte – sobre Canudos há mais do que o apontado acervo enorme de casebres a ser dito, e que a paisagem artificial esboçada deve ser complementada em um momento posterior da narrativa e/ou, por ora, pela imaginação do próprio leitor.

De fato, Euclides da Cunha volta a abordar Canudos em diversos outros momentos de sua narrativa. Centenas de páginas depois, por exemplo, quando não mais tratava d’*A Terra*, e sim d’*O Homem*, o engenheiro/geômetra cede espaço ao

engenheiro/arquiteto, que passa a construir uma paisagem da cidade e de suas edificações.

Antes, porém, como fez ao construir a representação da terra sertaneja e do homem do sertão, Euclides da Cunha retorna aos antecedentes de Canudos. Estratégia, como já dito, que entendemos como recurso do naturalismo e do que Zola (1979) chama de busca pelas fontes do ser. Sobre os antecedentes da cidade, o autor escreve:

Canudos, velha fazenda de gado á beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cincoenta capuabas de pão a pique. Já em 1876, segundo o testemunho de um sacerdote, que alli fora, como tantos outros, e nomeadamente o vigário de Cumbe, em visita espiritual ás gentes de todo despeadas da terra, lá se agglomerava, aggregada á fazenda então ainda florescente, população suspeita e ociosa, "armada até aos dentes" e "cuja ocupação, quasi exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns exquesitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão", de tubos naturalmente fornecidos pelas solanáceas (canudos de pito), vicejantes em grande cópia á beira do rio. Assim, antes da vinda do Conselheiro, já o logarejo obscuro — e o seu nome claramente se explica — tinha, como a maioria dos que jazem desconhecidos pelos nossos sertões, muitos germens da desordem e do crime. Estava, porém, em plena decadência quando lá chegou aquelle em 1893: tejupares em abandono; vasios os pousos; e, no alto de um esporão da Favella, destelhada, reduzida ás paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas... (CUNHA, 1914, p.182)

Corroborando com o entendimento de Santos (1998) sobre paisagem que, para ele, “é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (SANTOS, 1998, p.23), Euclides da Cunha constrói narrativamente uma espécie de paisagem-memória ao apresentar três momentos distintos de Canudos e através deles as transformações pelas quais passou a cidade, dando destaque à conservação da fazenda que lhe constituiu e às mudanças por ela sofrida.

Embora não narre em ordem cronológica os três momentos, seu texto se aproxima de um discurso histórico. Essa proximidade ocorre ao identificá-los por meio do apontamento de datas e por destacar a origem de algumas informações apresentadas como, por exemplo: o testemunho de um sacerdote que ali fora, como tantos outros, nomeadamente o vigário de Cumbe, sacerdote que esteve lá em visita espiritual “ás gentes de todo despeadas da terra”.

O primeiro momento, ou, em razão da ordem em que aparece na narrativa, o mais antigo, é identificado na passagem através do ano 1876. A descrição desse

primeiro momento assume ter sido possível a partir de informações supostamente obtidas por meio do testemunho do vigário do município de Cumbe. Vigário que realizou visita espiritual às, na classificação de Euclides da Cunha, “gentes de todo despeadas da terra” encontradas em Canudos. Cunha traz o local como uma fazenda “ainda florescente”, ou seja, próspera, viva, em desenvolvimento, que tinha a ela agregada uma “população suspeita e ociosa”.

Como se fundamentasse a classificação que faz da população agregada à fazenda como suspeita e ociosa, mas na verdade deixando vaziar seus valores, o autor traz entre aspas aquelas que seriam as palavras do vigário, testemunha ocular da Canudos de 1876: “<< armada até os dentes>>” e “cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns exqu岸itos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão”.

Em seguida, Euclides da Cunha complementa a última afirmação do vigário, entre aspas, com informações que explicariam a atribuição do nome “Canudos” ao local. Constatação que é confirmada no período seguinte através da afirmação dele, entre travessões, de que “o seu nome claramente se explica”. O autor escreve que os canudos de metro de extensão nos quais os cachimbos de barro eram pitados, faziam-se de “tubos naturalmente fornecidos pelas solanaceas”, nome científico de uma espécie de planta com propriedades narcóticas, entre parênteses ele indica o nome popular da planta: “Canudos de pito”. Na sequência dessa explicação, ele informa existirem muitas dessa planta à beira do rio Vaza-Barris.

O rio Vaza-Barris surge na passagem quando o segundo momento de Canudos, identificado através do ano de 1890, é construído narrativamente. É ao introduzi-lo que é dada a informação de que a cidade era uma velha fazenda de gado, localizada geograficamente à beira do rio. A Canudos de 1890 é figurada como “uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de páo a pique”.

Por fim, o terceiro momento, ano de 1893, é marcado pela chegada de Antônio Conselheiro a Canudos. A cidade de Canudos encontrada por ele é construída como um “lugarejo obscuro em plena decadência”. Para a caracterização desse momento, são utilizadas as figuras: teju pares em abandono, pousos vazios e vivenda senhoril em ruínas. Detalhes que se reduzem a comentar as partes exteriores. É este terceiro momento, especialmente em função do uso constante de adjetivos na sua descrição, o mais “visível” pelo leitor da paisagem-memória construída pela passagem.

A forma com que a narrativa é organizada na construção deste último momento possibilita o entendimento de que, para Euclides da Cunha, Canudos era obscuro independentemente da chegada de Antônio Conselheiro, para isso o uso do termo “já” antecedendo a expressão “lugarejo obscuro” que segue “antes da vinda do Conselheiro”. A obscuridade seria na verdade em razão dos muitos germens da desordem e do crime contidos no local, os quais foram apontados na narrativa pelas supostas afirmações do vigário: população “<< armada até aos dentes >>” e cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns exquesitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão”.

Assim, a decadência daquele momento de Canudos dizia respeito não a sua obscuridade, mas principalmente ao abandono daquele local por essa população, classificada, no primeiro momento da cidade, como “suspeita e ociosa”. Essa caracterização se faz com base na afirmação que os tajupares e os pousos estavam em abandono e vazios, mesmo o narrador tendo sugerido de forma discreta, ao afirmar que a maioria dos lugarejos desconhecidos pelos sertões tinham “germens da desordem e do crime”, um abandono e uma responsabilidade do governo por tal situação.

É importante destacar que as figuras utilizadas na construção narrativa dos três momentos compositores da paisagem-memória, das quais destacamos especialmente aquelas que revestem o tema das moradias de Canudos, foram escolhas do autor e consistem em um exercício de poder sobre a percepção acerca da paisagem de Canudos e da construção da memória social desse lugar e do conflito nele ocorrido.

Ressaltamos, por exemplo, a forma como Euclides da Cunha figurou a Canudos de 1876. A fazenda de gado à beira do Vaza-Barris deste momento foi adjetivada de “florescente” e assim, como dito acima, apresentada como próspera, viva, em desenvolvimento. Esse adjetivo em conjunto com a figura da antiga vivenda senhoril em ruínas trazida na Canudos de 1893, no momento da chegada de Antônio Conselheiro, deixa entender também existir na Canudos de 1876, juntamente com a fazenda florescente, uma vivenda senhoril ainda forte, viva e bela.

É interessante perceber a figura de uma vivenda senhoril revestindo as moradas de representantes da elite nordestina, proprietária de uma fazenda de gado florescente no sertão baiano, ser substituída pela figura de uma “tapera de cerca de cinquenta capuabas de páo a pique”. Não só os significados dessas figuras se

contrastam, mas também a origem das palavras que lhe representam. Enquanto a primeira é associada à residência do senhor feudal ou de proprietários de escravos, a segunda, infere-se do texto, utilizada para tratar de uma forma negativa das moradias da “população suspeita e ociosa” agregada à fazenda, é constituída por palavras de origem indígenas.

Aqui, por termos trazido para a análise a classificação da “população como suspeita e ociosa”, merece ser destacada, novamente, a apresentação dela na passagem em que há declarações acerca do modo de vida da população de Canudos (“armada até aos dentes e cuja ocupação, quasi exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns exquesitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão”). Alegações pertencentes, supostamente, a uma testemunha ocular de credibilidade perante a sociedade, um vigário, especialmente se consideramos a época e o poder que a igreja nela possuía. Tal ação pode ser entendida como um recurso utilizado por Euclides da Cunha para manter o efeito de veracidade de seu texto, mesmo quando aborda momentos que não teria presenciado, já que se apresentar como observador é um dos maiores recursos que utiliza para gerar efeito de veracidade à sua narrativa.

A escolha das mencionadas declarações deixa margem para pensar que o vigário disse mais sobre Canudos do que as afirmações apresentadas por Euclides da Cunha. A forma de mobilizá-las também deve ser considerada a partir da atuação do autor. Isto é, precisam ser encaradas como parciais frente as suas percepções e intenções particulares. A partir da sucinta descrição feita pelo vigário, do suposto modo de vida da população local em *Os Sertões*, o autor classifica de forma disfórica os moradores de Canudos. Ele os descreve como suspeitos e ociosos e segue “desenhando” uma imagem de Canudos carregada de preconceitos, muitos dos quais oriundos de sua formação e dos valores sociais compartilhados na época.

Assim, a Canudos de 1890 não é mais figurada como uma fazenda florescente, e sim como uma tapera formada por cerca de cinquenta “capuabas de páo a pique” e classificada como um “logarejo obscuro”.

Destacamos os contrastes apresentados entre “fazenda florescente” versus “logarejo obscuro” e “vivenda senhoril” versus “capuabas de páo a pique”. Nesses usos percebe-se facilmente que os dois primeiros termos: fazenda florescente e vivenda senhoril, relacionados ao primeiro momento de Canudos, tanto por sua origem quanto por seu significado, foram associados ao poderio econômico e àquilo



que se entendia como desenvolvimento civilizacional na época. Os dois termos são valorados euforicamente na narrativa. Já “lugarejo obscuro” e “capuabas de páo a pique”, utilizados na apresentação do segundo momento de Canudos, foram indicados como relacionados ao fracasso, à decadência do lugar e, conseqüentemente, valoram-no disforicamente pelo engenheiro morador da cidade grande.

Enquanto o adjetivo “florescente” indicou que a fazenda estava em vigor, era promissora e estava em desenvolvimento, o adjetivo “obscuro” apontou para um lugar- já classificado como pequeno pela utilização do termo “lugarejo” - sombrio, associado ao crime, assustador e triste. Enquanto o termo “vivenda senhoril”, tido como sinônimo de casa-grande - por fazer referência à residência dos proprietários rurais, indicou algo grande, confortável, sede do poder social, político e econômico -, a palavra tupi “capuabas”, acompanhada do termo “páo a pique” (técnica construtiva antiga de paredes através do entrelaçamento de madeiras e vigas amarradas entre si por cipós) apontou para casas mal construídas, habitações rústicas, de um só cômodo - representantes da miséria, selvageria, e ausência de progresso.

Fizemos tais observações para que se tenha em mente durante todo o desenvolver desta reflexão que, nas passagens já analisadas, assim como em todas as outras, as paisagens de Canudos e dos diversos outros territórios, assim como dos espaços trazidos na obra, foram construídas narrativamente por Euclides da Cunha, quem se apropriou das informações a que teve acesso - seja através do que leu, ouviu, testemunhou e/ou sentiu - e as compartilhou, após exercer o seu domínio sobre elas, ou seja, selecioná-las, moldá-las e valorá-las, conforme suas formações e intenções.

### 2.2.1. As dimensões do território de Canudos vazadas pela paisagem construída narrativamente

Considerando as ideias apresentadas de que espaço e paisagem estão ligados numa relação de aparência-essência (SAQUET, 2013) e ainda, que ao mesmo tempo em que são alvo de intenções e preocupações, as paisagens são capazes de exprimir o passado e o movimento da vida (SANTOS, 1998), sem a pretensão de delimitar concepções, nos desafiamos a ultrapassar as paisagens

construídas narrativamente na passagem explorada no tópico anterior com o objetivo de analisar as configurações territoriais vazadas por elas e seus sentidos.

Para isso, entendemos, nos termos de Saquet (2009), que apesar de ser necessário diferenciar espaço e território, é fundamental reconhecer antes que essas categorias não se separam e que, portanto, elas não podem ser trabalhadas separadamente. “O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território” (SAQUET, 2009, p.83).

Segundo Saquet (2009), a forma de diferenciar espaço e território deve ser uma escolha metodológica do pesquisador. Para Raffestin (1993), por exemplo, o espaço é substrato, palco preexistente, apoio ao território. Enquanto este último se relaciona com o poder, seja ele político, econômico ou cultural. O território, portanto, é formado através da dominação e transformação do espaço pela ação humana (RAFFESTIN, 1993). Seguindo nessa perspectiva, afirma:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p.159).

Assim, com base nessa perspectiva consideramos território enquanto produção a partir do espaço. Ou seja, como uma categoria que considera as relações e as territorializações envolvidas em tal produção. Conseqüentemente, a sua inscrição se dá em um campo de poder. Para observar isso, retomamos os três momentos de Canudos compositores da paisagem-memória construída na passagem de *Os Sertões* transcrita no tópico anterior. O objetivo desse intento é analisar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) ocorridos em Canudos e trazidos na obra. Isto é, os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-descontinuidades) sociais e territoriais neles envolvidos (SAQUET 2009).

No primeiro momento, identificado pela data de 1876, em síntese, Canudos é apresentada como uma fazenda florescente que tinha a ela agregada uma “população suspeita e ociosa”. Assim, considerando que a fazenda consiste no resultado de uma ação do homem sobre o espaço através da técnica, podemos perceber a Canudos de 1876 como um espaço territorializado. Entendemos que a

utilização do adjetivo “florescente” é uma indicação de que essa fazenda estava em desenvolvimento próspero. Ou seja, a partir dessa caracterização é possível perceber, em outras palavras, um território no qual a dominação (material) se evidencia pelo poder econômico.

Por outro lado, a utilização do advérbio “ainda” antecedendo o adjetivo “florescente”, atribuído à fazenda, empresta um sentido de efemeridade à situação. A menção à existência de uma população suspeita e ociosa a ela agregada e o uso do advérbio “já” iniciando tal afirmação indicam o enfraquecimento do poder do(s) proprietário(s) da fazenda. É válido destacar que, em outros momentos da narrativa, o poder dos fazendeiros dos sertões é trazido:

[...] o fazendeiro dos sertões vive no littoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas. Os vaqueiros são-lhes servos submissos. (CUNHA, 1914, p.122)

Assim, mesmo que não tenha perdurado, considerando a configuração da relação apresentada do(s) proprietário(s) da fazenda com aquele território, temos nessa passagem, com base na explicação de Raffestin (1993), uma relação de produção bem delineada, o que confirma o caráter econômico do poder possuído por ele(s). Poder a partir do qual havia se desenvolvido, ou se desenvolveria em breve, um poder também político.

No segundo momento, ano de 1890, a figura da “fazenda florescente” não mais aparece na paisagem construída narrativamente em *Os sertões*. Canudos, apresentada como “velha fazenda de gado” (CUNHA, 1914, p.182), é figurada como uma “tapera de cerca de cinquenta capuabas de páo a pique”.

Embora não seja indicado de maneira expressa a quem pertenciam as “capuabas de páo a pique”, a expressão “lugarejo obscuro” e a afirmação de que nele existiam “muitos germens da desordem e do crime” nos reporta à população local, classificada como “suspeita e ociosa” no primeiro momento de Canudos. Isso, somado ao significado da palavra tapera associado ao abandono e às ruínas, sugere a alteração do domínio daquele território por meio de um processo de desterritorialização dos proprietários da fazenda, outrora descrita como florescente, e de (re)territorialização dela pela população residente nas “capuabas de páo a pique”.

As “capuabas de páo a pique” representam uma das ações pelas quais se deu o processo de territorialização do espaço por aqueles que se tornaram os detentores do poder sobre aquele território. Essa impressão se dá, especialmente, pela indicação de que elas eram em cerca de cinquenta. Descrição que sugere que, caso já existissem no primeiro momento de Canudos, eram em menor quantidade. Vale ressaltar que, antes disso, a população local viveu um processo de desterritorialização de um outro local, por diversos possíveis motivos.

Sobre a substituição da figura de uma “fazenda florescente” para uma “tapera de cerca de cinquenta capuabas de páo a pique” é preciso considerar que os sujeitos detentores do poder sobre o território, no primeiro momento de Canudos, o exercia com finalidade diversa da dos sujeitos detentores do poder nesse segundo momento. A narrativa faz crer que a relação de produção do(s) proprietário(s) da fazenda provavelmente foi substituída pela dos moradores das “capuabas de páo a pique” pela caracterização do território. Como explica Haesbaert (2004), os territórios devem ser distinguidos de acordo com os sujeitos que os constroem, já que as razões de domínio do espaço variam conforme a sociedade ou a cultura, o grupo ou até mesmo o indivíduo que os ocupa. Para o autor, a territorialidade “está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p.3).

No entanto, por agora, nos importa considerar de forma mais detida o terceiro momento da paisagem-memória, sintetizado na afirmação de que “Estava, porém, em plena decadência quando lá chegou aquele [Antônio Conselheiro] em 1893: tejuhares em abandono; vazios os pousos; e, no alto de um esporão da Favela, destelhada, reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas...” (CUNHA, 1914, p.182), o que indica um novo processo de desterritorialização de seus habitantes.

Assim, concluímos que, no momento em que Antônio Conselheiro percebe e se apropria de Canudos, ocorre a reterritorialização de um novo grupo naquele território, formado pelo Conselheiro e pelos seus seguidores. Conforme a narrativa de Euclides da Cunha, naquele momento, em Canudos não havia mais o exercício de poder econômico ou político por um determinado grupo, o caráter funcional daquele território não mais prevalecia, embora presente o seu caráter simbólico nas lembranças evocadas pelos destroços.

A passagem analisada continua carregada de adjetivos e fazendo uso de figuras de linguagem. Nela, é anunciada a “revivescência” de Canudos construindo narrativamente a paisagem de nova transformação pela qual passa o território com a chegada de Antônio Conselheiro:

Data daquelle anno a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento ephemero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmudar-se, ampliando-se, em pouco tempo, na Troya de taipa dos jagunços. Era o logar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a acção do governo maldicto. A sua topographia interessante modelava-o ante a imaginação daquellas gentes simples como o primeiro degrao, amplíssimo e alto, para os ceus... (CUNHA, 1914, p. 182 -183)

O território, anteriormente revestido pela figura de uma “tapera”, por Euclides da Cunha, é descrito, na passagem em questão, como um “aldeamento ephemero dos matutos vadios”. Ou seja, o escritor emprega figuras que retratam lugares pequenos e não desenvolvidos e, por assim se apresentarem, caracterizam um ponto de vista disfórico a partir da visão de Euclides da Cunha. Nesse momento, Canudos é figurada a partir do sonoro oxímoro “Troya de taipa” [dos jagunços].

Embora evidenciada a qualidade negativa do território e de seus moradores por Euclides da Cunha, com a utilização de expressões tais quais “Troya de taipa”, é reconhecida e destacada também a força de Canudos. Ao associar Canudos à Tróia, Euclides da Cunha faz mais do que caracterizá-la como cidade, ele constrói sua imagem associando-a a uma cidade lendária. Válido ressaltar que, assim como Tróia, Canudos foi cenário de uma grande guerra, um lugar de difícil acesso que consistiu em verdadeira fortaleza para um povo, é objeto de diversos mistérios, segredos e mitos. No entanto, a expressão “Troya de taipas de jagunços”, indica que, diferentemente de Tróia, Canudos não é símbolo de riqueza, desenvolvimento e civilização, mas sim de rusticidade, selvageria e incivilidade.

Em *Os Sertões*, Canudos é construída por contrastes. Esses contrastes se dão através da diversidade de percepções que teria tido Euclides da Cunha ao visitar a cidade. Percepções que se dão através do “ângulo” com que apreende a cidade, como ocorre no oxímoro “Troya de taipas”, e/ou através do destaque que o autor por vezes concede àquela que seria a percepção dos próprios moradores da cidade. Estratégia a qual se utiliza, com certa ironia, na passagem em análise.

Nela, os “germens da desordem e do crime”, mencionados nos primeiros momentos de Canudos, são retomados através da classificação de seus moradores

como “matutos vadios e jagunços”. Ao mesmo tempo, é destacada a fé dos sertanejos de que estavam em um lugar sagrado através da menção à antiga igreja e à imaginação gerada através da topografia de Canudos, a de estarem “no primeiro degrau, amplíssimo e alto, para os céus...”. Euclides da Cunha, se afastando das formulações diretas ou óbvias em favor dos sentidos velados e sugeridos, como possibilita a ironia (FRYE, 1973), escreve: “Era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito”.

De todo modo, o que agora nos interessa é que, através dessa passagem, e a partir da chegada de Antônio Conselheiro, Canudos é construída como o território que foi “cenário” do conflito entre seus moradores e militares. Isso ocorre através da presença dos elementos “Dominação” e “Poder” apontando para a transformação de Canudos em um território pelos e para os sertanejos.

A dominação do território é indicada pela linguagem do texto, como através do substantivo “revivescência” e da expressão “crescimento rápido”. Além da afirmação de que houve ampliação do “aldeamento efêmero”, tornado “Troya de taipas dos jagunços”. Já a titularidade do território é atribuída aos sertanejos não só pelo complemento “dos jagunços” à expressão “Troya de taipas”, mas também pela afirmação de que “A sua topographia interessante o modelava ante a imaginação daquellas gentes simples” (CUNHA, 1914, p. 183).

O poder exercido pelos sertanejos sobre Canudos é apontado em toda a passagem e demonstrado em sua forma mais direta através da afirmação, como já destacado, coberta de ironia, de que naquele lugar sagrado, cingido de montanhas, não penetraria a ação do governo maldito.

Entendendo Canudos como território, trazemos a dimensão figurativa e sensível desse conceito a partir de Fontanille (2014) para defender que, nos termos em que escreve Euclides da Cunha, podemos compreender que a topografia de Canudos, classificada por ele como interessante, fortaleceu a legitimidade da sua apropriação e do exercício do poder sobre ela pelos sertanejos (fortemente apegados à ideia de salvação dos céus em razão do sofrimento a que estavam sujeitos pela seca do sertão), ao imaginá-la como um degrau para os céus. Essa projeção ocorre porque, segundo Fontanille, a dimensão figurativa e sensível do território, apreendida na sua especificidade observável através da sensibilidade e experiência de seus ocupantes, projeta nas figuras do mundo natural as respostas

do território às expectativas e às necessidades de seus ocupantes (FONTANILLE, 2014, p.12).

Outra dimensão do território é modal e actancial. Dimensão explicada por Fontanille (2014) como o domínio do espaço controlado por um actante, nesse caso os sertanejos. Fontanille explica que esse controle só vale se reconhecido no exterior e que as relações entre actante e território obedecem também a uma dinâmica de ajustamento.

Na narrativa de Euclides da Cunha há diversos momentos que apontam para o reconhecimento do domínio dos sertanejos sobre Canudos. É possível dizer que a guerra de Canudos não teria acontecido caso esse domínio não fosse reconhecido pelo governo. A título de exemplo, mencionamos a partida de missionários de Canudos diante da manifestação de seus moradores visando tal fim. (CUNHA, 1914, p.213)

Quanto ao ajustamento entre território e actante, o mesmo também é apontado em diversas passagens de *Os Sertões*, como quando se tem a afirmação de que o umbuzeiro, a árvore sagrada do sertão, reparte sua energia com o sertanejo e “alimenta-o e mitiga-lhe a sede” (CUNHA, 1914, p.47). Bem como quando é narrada a criação, pelos sertanejos, de muros de pedra seca em lagoas, as quais são caracterizadas como “imperfeita cópia das barragens romanas romanescas na Tunisia” (CUNHA, 1914, p.14).

Apesar da passagem analisada, como visto, deixar vaziar o processo de (re)territorialização de Antônio Conselheiro e seus seguidores em Canudos, o mesmo não chega a ser narrado por ela, razão pela qual trazemos:

Ao clarear da manhã entregavam-se á azafama da construcção dos casebres. Estes, a princípio apinhando-se próximos á depressão em que se erigia a primitiva igreja, e descendo desnivelados ao vize das encostas breves até ao rio, começaram a salpintar, esparsos, o terreno rugado, mais longe.

Construcções ligeiras, distantes do nucleo compacto da casaria, pareciam obedecer ao traçado de um plano de defesa. Sucediam-se escalonadas, ladeando os caminhos.

Marginavam o de Geremoabo, erectas numa e outra margem do Vaza-Barris, para jusante, até Trabubú e o ribeirão de Macambira. Pontilhavam o do Rosário, transpondo o rio e contornando a Favella. Espalhavam-se pelos cerros que se succediam inumeros seguindo o rumo de Uauá. Inscriptas em cercas impenetráveis de gravatás, plantados na borda de um fosso envolvente, cada uma era, do mesmo passo, um lar e um reducto. Dispunham-se formando linhas irregulares de baluartes. (CUNHA, 1914, p.187 e 188)

Percebemos o imbricamento entre paisagem e território trazido no início da análise através de Saquet (2013) e suas concepções acerca de ambos. Bem como neste tópico, de forma indireta por Fontanille (2014), ao tratar da dimensão figurativa e sensível do território. Ao apresentar, de forma sucinta na passagem transcrita, parte do processo de (re)territorialização de Antônio Conselheiro e seus seguidores em Canudos, Euclides da Cunha representa também a paisagem daquele momento de transformação do território, de (re)construção material (funcional) do território de acordo com seus novos moradores.

Nos focando na relação de dominação do homem sobre o espaço, percebemos que o processo de uma nova transformação do espaço, que já havia sido territorializado através da técnica, a partir da relação de dominação sociedade-espaço, é demonstrado logo no início da passagem, quando Euclides da Cunha, conjugando verbos no pretérito imperfeito, e assim, marcando a ação como rotineira no passado, relata haver em Canudos construção dos casebres pelos sertanejos ao clarear da manhã.

Ao afirmar que, a princípio, os casebres eram apinhados “próximos à depressão em que se erigia a primitiva igreja”, a narrativa de Euclides da Cunha vai ao encontro da afirmação de Santos (1988) acerca de serem as paisagens capazes de exprimir o passado e o movimento da vida. Segundo Saquet (2013), o movimento está no território como componente, determinante e resultado. Entretanto, a continuidade é um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica histórica, geográfica e territorial. Assim, não sendo o velho eliminado, mas permanecendo parcialmente, no novo (SAQUET, 2013), a primitiva igreja se caracteriza como o elemento da continuidade dada na mudança sofrida por Canudos.

Tidos como condição necessária para as relações de dominação do homem sobre o espaço, os limites territoriais, cuja função primeira, segundo dispõe Fontanille (2014) ao discorrer sobre a dimensão espacial do território, é a de pôr em relação um interior e um exterior, são definidos na passagem em análise por elementos naturais como o rio Vaza-Barris e o ribeirão de Macambira, mas também pelo próprio homem – sertanejo, o qual produz “cercas impenetráveis de gravatás”. Essa atuação do homem na definição de limites, em conjunto com as edificações das moradias, tanto na definição da arquitetura quanto na escolha do local exato em que seriam erguidas, corresponde a mais um exemplo de exercício de poder e de



dominação do homem sobre o espaço, transformando-o no seu território de Canudos.

Nessa mesma passagem, o narrador demonstra começar a ter uma nova visão sobre aquilo que, em um momento anterior da obra, havia chamado de “baralhamento caótico de casebres” (CUNHA, 1914, p. 184). Ao analisar a organização das construções das casas em Canudos, ele não chega a afirmar que seja, talvez por prudência diante do seu acesso limitado àquele território, por subestimar os sertanejos a quem via como “retrógrados” (CUNHA, 1914, p.111) ou ainda por um terceiro motivo, mas, considera a possibilidade de ter existido na forma com que ela se deu, obediência ao traçado em um plano de defesa. Um pouco adiante, ainda na mesma passagem, o autor vai além, ao definir as moradias como, além de lar, reduto.

Essa dupla conceituação (lar e reduto) nos permite perceber mais do que o já demonstrado caráter material do território de Canudos, sintetizado na palavra “*reducto*”. Acrescida da palavra “lar”, a dupla conceituação nos permite perceber também na Canudos construída narrativamente por Euclides da Cunha, o caráter imaterial e simbólico do território, por meio da ideia de lugar. Lugar aqui entendido na perspectiva de Tuan (2012), como espaço de significação e, mais do que isso, de afeto.

Associamos a concepção de lugar defendida por Tuan (2013), quando reportada a um espaço, à dimensão subjetal e enunciativa do território trazida por Fontanille (2014), segundo a qual “o território torna-se, [...] o suporte de projeção de uma identidade cultural e de um pertencimento simbólico”. (FONTANILLE, 2014, p.13). No caso em questão, Canudos, ao ser revestida pela figura “lar”, passa a ser entendida como símbolo de abrigo e segurança afetiva.

Ao pensarmos nessa dimensão subjetal que a categoria lugar trouxe ao território de Canudos através da figura de um lar, somos remetidos a analisar o modo como os sertanejos lhe deram significado. Para pensarmos em tal aspecto trazemos mais uma passagem da obra *Os Sertões*:

Ora, por estas veredas, prendendo, no se ligarem a outras trilhas, o povoado nascente ao fundo dos sertões do Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe — chegavam sucessivas caravanas de fieis. Vinham de todos os pontos, carregando os haveres todos; e, transpostas as últimas voltas do caminho, quando divisavam o campanario humilde da antiga Capella, caíam genuflexos sobre o chão asperrimo. Estava atingido o termo da romagem.

Estavam salvos da pavorosa hecatombe, que vaticinavam as profecias do evangelizador. Pisavam, afinal, a terra da promessa — Chanaan sagrada, que o Bom-Jesus isolara do resto do mundo por uma cintura de serras. Chegavam, estropeados da jornada longa, mas felizes. (CUNHA, 1914, p. 187).

Como se viu, nessa passagem se fazem presentes alguns elementos que deixam vaziar as experiências de Euclides da Cunha e os valores por elas criados, como por exemplo, a ironia com que é narrada a esperança depositada pelos sertanejos em Canudos, chamada na passagem de “Canaã sagrada, que o Bom Jesus isolara do resto do mundo por uma cintura de serras...”. A passagem em questão também faz com que consigamos perceber elementos que fazem referência às experiências dos sertanejos e o resultado delas em seu modo de vida.

Nela é retratado, por exemplo, o processo de (des/re)territorialização que teriam passado os sertanejos que chegavam à Canudos. Esse processo, segundo a narrativa de Euclides da Cunha, seria motivado pela busca da salvação e justificado na “religiosidade ingênua dos matuto” (CUNHA, 1914, p.253). Essa motivação era fortalecida pela dependência dos sertanejos em relação à terra e o sofrimento a que estavam condenados pela sua *secura*.

Assim, a partir da concepção de Tuan (2013) de que o lugar assume um núcleo de valor “construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais, e a paisagem” (TUAN, 2013, p. 07), *Os Sertões* sinaliza, através da representação que faz da relação do sertanejo com o território de Canudos, em razão sobretudo, do seu significado e das práticas religiosas ali vivenciadas, que, aquele território pode ser considerado mais do que um reduto para os Canudenses, era o seu lar, o seu lugar. Daí o motivo de, apesar da exaustão, os sertanejos “Chega[rem], estropeados da jornada longa, mas felizes”.

Dessa passagem, destacamos a configuração na Canudos construída narrativamente por Euclides da Cunha da dimensão subjetal e enunciativa, acima explicada. Bem como da dimensão hermenêutica do território, tratada por Fontanille (2014) como sua caracterização enquanto domínio “onde se desenvolve um processo de transformação semiótica, no curso do qual o território se torna ao mesmo tempo o produto de um trabalho coletivo de doação de sentido, e um suporte para a conservação da memória desse trabalho”. (FONTANILLE, 2014, p.13).

Essas dimensões aparecem na afirmação de que quando os sertanejos venciam as últimas voltas do caminho, e então conseguiam avistar o “campanário humilde da antiga capella”, se debruçavam de joelhos no chão seco, áspero e duro de Canudos. O ato praticado pelos sertanejos ao avistarem a igreja, indica que, conforme a narrativa de Euclides da Cunha, ela consistiu em um traço durável inscrito naquele território. Traço que não só testemunhou a transformação realizada naquele espaço, mas que era dotado de sentido para aquele povo, assim caracterizando a dimensão hermenêutica do território de Canudos.

O mesmo ato, ao representar o agradecimento dos sertanejos ao divino, uma comemoração pessoal e entrega ao lugar logo que avistavam um de seus elementos, indica a existência de uma relação de pertencimento simbólico entre aqueles sertanejos e Canudos, o que configura em dimensão subjetal e enunciativa do território de acordo com Fontanille (2014). Isso indica que o vínculo dos sertanejos para com aquele local era mais afetivo do que racional ou objetivo, tanto que se dá antes de Canudos ser experienciada por eles. Segundo Tuan (2013), a identidade do lugar pode ser alcançada pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos. Segundo o autor, “Lugares muito queridos não são necessariamente visíveis” (TUAN, 2013, p.217).

Assim, para aqueles sertanejos, Canudos significava muito mais que um território, na dimensão material do termo. Para eles, segundo a narrativa de Euclides da Cunha, Canudos era a materialização de sua esperança em uma nova vida ou em uma vida melhor. Por conseguinte, Canudos era o seu lugar, território (i)material, construído por e para um homem forjado pela terra: o sertanejo.

### 3. O SERTANEJO DE CANUDOS: DO PENSAMENTO À LINGUAGEM DE EUCLIDES DA CUNHA

Na segunda parte de seu livro, intitulada *O Homem*, Euclides da Cunha faz, mais uma vez, uso de um recurso tido como característico do naturalismo literário: o retorno à origem do elemento sobre o qual se escreve. Recurso já abordado no capítulo anterior. Assim, antes de tratar especificamente dos habitantes de Canudos, ele discorre sobre a formação do povo brasileiro como um todo.

A razão de tal feito pode ser explicada na mobilização intencional, pelo autor, de teorias e técnicas em voga na época. Faz isso como modo de construir o que defendemos ser seu projeto civilizador do sertão: o próprio texto *Os Sertões*. Nos termos de Hansen (2013)<sup>12</sup>, entendemos esse recurso como um exercício retórico elaborado a partir da corrente do determinismo que traz a história da evolução dos povos a partir de sua evolução étnica.

Nesse sentido, temos na nota preliminar da obra, a afirmação do autor de que tentou “esboçar [...] os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, 2015, p.17). Após uma aparente tentativa de se desculpar antecipadamente pela qualidade de tal esboço, que qualifica como pálido “[...] ante o olhar de futuros historiadores” (CUNHA, 2015, p.17), o escritor ainda faz um apontamento daqueles que seriam os motivos que o levaram a fazer tal esboço:

E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tomam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. (CUNHA, 2015, p.17-18)

Como comumente era feito nas produções intelectuais acerca do povo do interior do Brasil no final do século XIX e primeira metade do século XX, Euclides da Cunha associa a figura do sertanejo com a barbárie, o primitivismo e a não

<sup>12</sup> Hansen (2013) entende o termo retórica como adjetivo e, portanto, não como algo unitário, fechado e acabado, como um objeto positivo que apenas espera reconhecimento. Por retórica, compreende todo e qualquer enunciado produzido intencionalmente para atingir a eficácia do discurso, independente de ‘ornamental’, ‘artificial’, ‘falso’ ou ‘verdadeiro’. Para ele, “É a arte de falar bem, não de falar o Bem ou a verdade”. In: HANSEN, João Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. Matraca, Rio de Janeiro, v.20, n.33, jul/dez. 2013. p.11-46.

civilização. Para isso, constrói um paralelo com o homem do litoral, associado ao progresso e à vida civilizada. Nesse sentido, compreendendo a história como uma luta de raças onde a derrota do mais fraco é inevitável, ele declara acreditar no provável fim daquilo que ele categoriza como “sub-raças sertanejas do Brasil” e apresenta essa crença como motivação para registrar características dos sertanejos.

Através da expressão “vicissitudes históricas” a ideia de mudanças constantes na sociedade é apontada e como se fosse resultado, ou, propriamente consistisse em uma delas, alguns parágrafos depois, em coerência com as teses de Gumplowicz<sup>13</sup>, de quem se declarou discípulo, Euclides da Cunha, entendendo como uma verdade implacável a ideia de que a civilização haveria de superar a barbárie, afirma que a civilização chegará aos sertões. Isso, somado a afirmação de que a civilização faz exigências crescentes, às quais os sertanejos, por se encontrarem em deplorável situação mental eram incompatíveis, explica o tratamento dado pelo autor ao sertanejo como figura em extinção.

Assim, Considerando o conceito moderno de civilização desenvolvido no século XVIII, como “um Estado realizado, que se podia contrastar com a ‘barbárie’, mas também um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso” (WILLIAMS, 1979, p.19), considerando ainda que o olhar de Euclides da Cunha é o de um engenheiro militar republicano, temos que o autor de *Os Sertões* compreende civilização como desenvolvimento e progresso intelectual e material, entendendo que é quando estes chegarem ao sertão que, em razão da situação mental do sertanejo, incapaz de acompanhá-los por ser permanentemente deplorável, provavelmente, a “sub-raça sertaneja” desaparecerá.

Euclides da Cunha ainda soma às “exigências crescentes da civilização à concorrência material intensiva das correntes migratórias”, sugerindo uma espécie de “darwinismo social”<sup>14</sup>. Além disso, traz como o primeiro dos argumentos que

---

<sup>13</sup> Segundo Lemos (2000), Ludwig Gumplowicz (1838-1909), parte da ideia de que a história humana se desenvolve da mesma maneira que qualquer processo natural: obedecendo leis precisas, invariáveis e cumprindo-as com invencível necessidade. Mas que, raça, não seria um conceito físico e sim histórico, grupo social. Lemos (2000), afirma que Euclides da Cunha, quem em uma carta escrita à Araripe Jr. se apresenta como discípulo de Gumplowicz, dele recebeu a lição de conflito, que perpassa as relações entre as raças, ser humano e natureza, civilização e barbárie. Para uma compreensão mais completa sobre sua influência na obra de Euclides da Cunha, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

<sup>14</sup> Perspectiva segundo a qual a seleção natural funciona ou deveria funcionar na sociedade da mesma forma que funciona na natureza. Ou seja, para a aparição dos socialmente aptos, assim como

compõem a sua justificativa a ideia de que a “sub-raça sertaneja” desaparecerá, uma vez que há uma “instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados” nos sertanejos. Soma de fatores que ganha um sentido negativo, embora ele não especifique do que se tratam os tais complexos de fatores.

Através da maneira que constrói sua narrativa, onde o tópico seguinte parece decorrer do anterior - presença do determinismo na obra, percebido com clareza na sua estruturação em três partes, sendo a primeira intitulada *A Terra*, a segunda *O Homem* e a terceira *A Luta* -, é possível entender que para Euclides da Cunha, a apresentação da formação do povo brasileiro a partir dos “três elementos étnicos” que lhe constituem e considerando a diversidade de reações de cada um deles diante das diferentes atuações das condições históricas e das características variadas dos territórios brasileiros que ocupam, é fator importante para a construção do que ele chama de “esboço dos traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”.

O “esboço” realizado por Euclides da Cunha, dos “traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” e a sua dissertação sobre a formação do povo brasileiro como um todo, importa por fornecer valiosas pistas de como ele percebe o morador de Canudos. Concepção bem marcada quando o escritor afirma que o sertanejo se encontra em situação mental deplorável e quando o classifica como [jagunço] destemeroso, [tabaréu] ingênuo e [caipira] simplório, descrições presentes na motivação central da obra apresentada pelo próprio Euclides da Cunha em nota preliminar para a realização do mencionado esboço.

Contudo, não se trata apenas da classificação formal desses tipos, mas do modo como são caracterizados. Euclides da Cunha não só acreditava que a civilização chegaria aos sertões, como o seu próprio discurso continha interesse civilizacional.

Ao discorrer sobre a noção de civilização surgida no século XVIII, Williams (1979), além do já apresentado anteriormente, traz a ideia, previamente conhecida na época, da civilização como sendo a absorção dos homens por uma organização social. Conforme o autor, a noção de civilizar “baseava-se em *civis* e *civitas*, e seu

---

ocorre para o aparecimento dos biologicamente aptos, para os quais a luta pela existência é pré-condição.

âmbito se expressava no adjetivo ‘civil’, indicando ordenado, educado e cortês” (WILLIAMS, 1979, p.19).

Assim, ao compararmos as características atribuídas ao sertanejo em *Os Sertões*: “destemeroso, ingênuo e simplório” com os atributos relacionados ao homem civilizado segundo Williams (1979): ordenado, educado e cortês, entendemos as três palavras usadas para adjetivar o sertanejo por Cunha como signos carregados de significados que remetem, de um lado, ao pensamento social brasileiro e de outro lado ao conjunto simbólico de ideias que contrastam com as características atribuídas ao homem civilizado.

Euclides da Cunha demonstra coerência com a visão que o litoral possuía do sertanejo. Contudo, ao qualificá-lo como “destemeroso, ingênuo e simplório”, ele parece ter escolhido para essa qualificação adjetivos que apontam uma grande distância do sertanejo em relação ao homem civilizado: ordenado, educado e cortês. Mas não exatamente uma oposição entre eles. Ingenuidade e simplicidade não podem ser entendidas como características que impossibilitam a “civilização” do sertanejo, apesar de apontarem dificuldade para a sua realização. Mas, a conjugação delas com coragem pode ser entendida como incentivo a essa mesma tarefa e como mais um dos argumentos favoráveis à tese defendida por Euclides da Cunha, segundo a qual o sertanejo é o cerne da nacionalidade, afinal ele “É um retrógrado; não é um degenerado” (CUNHA, 1914, p.111).

Quanto a agenda civilizatória na escrita de Euclides da Cunha, vale considerar que ele lançou mão de teorias, além de técnicas e discussões em torno de questões políticas. Recursos que não foram mobilizados estrategicamente somente para um exercício retórico do autor visando construir seu projeto civilizacional, como já afirmado. Mas, como veículos que conduziram o caminho teórico e social que impulsionou Euclides da Cunha a pensar em tal projeto. Em outras palavras, é lícito reconhecer que outras vozes transpassam seu discurso. Sobre esse fenômeno, nos ensina Bakhtin (1997):

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos. (BAKHTIN, 1997, p. 314)

Euclides da Cunha era engenheiro, formado em ciências físicas e naturais, era militar, jornalista e defensor dos ideais republicanos, conhecedor, portanto, de discussões políticas, científicas e filosóficas elaboradas na Europa. Além disso, como discorre Echevarría (2011), ele escrevia para um público urbano que compartilhava de sua confiança na ciência, em um período em que o discurso científico ocupava um posto hegemônico. Esse ambiente levava, além de políticos, intelectuais das mais diversas searas, dentre eles os literatos, a dedicarem-se a encontrar o caminho a ser percorrido pela sociedade brasileira que, com a implantação do regime republicano, almejava o progresso e a construção da identidade nacional. Esses fatores se fazem presentes na tessitura de sua narrativa.

Com base nisso, entendemos que o número considerável de referências em *Os Sertões* - incluindo nomes como Peter Wilhelm Lund<sup>15</sup>, Rocha Pita, Charles Frederick Hartt<sup>16</sup>, Henry Thomas Buckle, Gumplowicz, Van Humboldt, Morton<sup>17</sup> Trajano de Moura<sup>18</sup>, Broca<sup>19</sup>, Nina Rodrigues<sup>20</sup>, - revela não, ou ao menos não só, a

---

<sup>15</sup> Peter W. Lund (1801-1880), naturalista dinamarquês, é considerado o pai da paleontologia e arqueologia no Brasil. É destacado no artigo *D'Os Sertões como obra Historiográfica: as referências presentes na obra Os Sertões*, de Francisco José Alves. Artigo no qual se analisa as referências de Euclides da Cunha na produção de *Os Sertões*.

<sup>16</sup> Charles Frederick Hartt, naturalista canadense nascido em Fredericton, New Brunswick, considerado autor da primeira obra rigorosamente científica sobre a geografia do Brasil: *Geology and Physical Geography of Brazil* (1870). Realizou trabalhos sobre o litoral, do Rio de Janeiro à Bahia, recolheu ampla coleção geológica e tornou-se autoridade em história natural da América do Sul. Mencionando a citação a Hartt, Francisco José Alves analisa no artigo *D'Os Sertões como obra Historiográfica as referências presentes em Os Sertões*.

<sup>17</sup> Samuel Morton (1799-1851), cientista norte-americano, procurou, no âmbito do poligenismo e por meio das relações entre tamanho e forma anatômica das populações indígenas americanas em relação às demais populações, encontrar um lugar mais alto na hierarquia das raças para as populações americanas. Sobre sua influência na obra *Os Sertões*, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

<sup>18</sup> Júlio Trajano de Moura foi um etnólogo brasileiro, autor de *Do Homem Americano* (1889). Segundo Lemos (2000), Trajano de Moura procurava encontrar um lugar mais alto na hierarquia das raças às populações americanas.

<sup>19</sup> Paul Broca (1824-1880), cientista, médico, anatomista e antropólogo francês, dedicou-se ao estudo das raças. Foi um dos criadores da antropologia física com a publicação de Instruções craniológicas e craniométricas da Sociedade de Antropologia de Paris. Sobre a influência de sua obra em *Os Sertões*, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

<sup>20</sup> Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), pioneiro nos estudos sobre cultura negra no país, apesar de adotar uma perspectiva racista, nacionalista e cientificista em seu livro *Os africanos no Brasil*, traz o estudo do negro como necessário para a compreensão da formação racial da população brasileira. É considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e atuou nas pesquisas sobre Canudos desenvolvidas na Faculdade de Medicina de Salvador quanto ao caráter de uma "psicose coletiva" do movimento. Sobre sua obra, ver a tese de Doutorado de Mariza Corrêa, *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, Universidade de São Paulo, 1986. Sobre a influência de sua obra em *Os Sertões*, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e



profundidade e a amplitude das leituras de seu autor, como apontado por Echevarría (2011), mas deixa também entrever muitas das vozes que formam seu discurso.

Como se notou, consideramos os objetivos apresentados e/ou vazados por Euclides da Cunha em sua narrativa. Assim como os elementos que a compõem; caso, por exemplo, da polifonia. Entendemos, do mesmo modo que Ventura (1991), que Euclides da Cunha fazia parte da geração de autores que “Procuraram converter a palavra em ação, transformar o mundo pela força redentora do discurso” (VENTURA, 1991, p.166). É por isso que, neste capítulo, buscamos refletir sobre como é formado e tecido o discurso de Euclides da Cunha acerca do sertanejo. Ou seja, como são manejados os elementos estilísticos e como é realizada a elaboração dos sentidos políticos, criadores de significados mais profundos do que as ideias explícitas que defende sobre o sertão, o sertanejo e a própria campanha de Canudos.

### **3.1. A influência da ciência na compreensão do brasileiro por Euclides da Cunha**

Euclides da Cunha inicia a segunda parte de *Os Sertões, O Homem*, tratando da formação do povo brasileiro. Faz isso em uma seção intitulada *Complexidade do problema etnológico no Brasil*. Assim que começa a desenvolver a temática, o autor se posiciona no sentido de que a ciência ainda não foi capaz de desvendar a *gênese das raças mestiças do Brasil*, mas de, apenas, delineá-la. Como sugere a combinação das palavras “complexidade” e “etnológico” no título da seção, nela, Euclides da Cunha demonstra ter seu pensamento transpassado por diversas teorias científicas.

A presença de diferentes teorias científicas na formação do pensamento de Euclides da Cunha, em grande parte divergentes umas das outras, podem explicar, além da maneira com que aborda a temática do sertanejo, algumas das ambiguidades de sua narrativa, inclusive no uso do conceito “raça”.

Para compreender alguns posicionamentos presentes em *Os Sertões*, importa assimilar que, como discorre Lemos (2000), os republicanos brasileiros se

embasavam amplamente nas teorias desenvolvidas na Europa e que, no fim do século XIX, boa parte delas propunham a associação entre moral e ciência, aspecto que levou com que a expressão raça incorporasse índices diversos como língua, religião e costumes. Assim sendo, “O conceito de raça serve aos republicanos brasileiros tanto para identificar a diversidade nacional como para, 'cientificamente', hierarquizá-la” (LEMOS, 2000, p.20).

Tendo isso em mente, voltamos para o texto *Os Sertões*, onde Euclides da Cunha, um dos escritores que, conforme Ventura (1991, p.72), por meio do engajamento intelectual, procurou intervir nas transformações históricas, discorre sobre os três elementos étnicos que formam as *raças mestiças do Brasil*, índio, negro e branco, e as influências mútuas, em graus variáveis, de cada um deles nessa formação. O primeiro elemento a ser abordado é o indígena, o qual recebe especial destaque quando comparado às abordagens realizadas dos demais elementos.

O autor inicia a abordagem acerca do elemento indígena enaltecendo as investigações antropológicas brasileiras logo após afirmar que a ciência ainda não foi capaz de desvendar a gênese das raças mestiças do Brasil, criando um contraste entre o desempenho das pesquisas que investigam o índio brasileiro e das que buscam a compreensão da composição e do desenvolvimento das raças mestiças brasileiras. Isso pode ser justificado por uma eventual maior complexidade (termo trazido logo no título da seção) do percurso exigido por essas últimas em face do exigido pelas primeiras e pela qualidade das investigações realizadas até o momento por cada uma dessas duas linhas, mas também pela adoção ou não, de um posicionamento pessoal de Euclides da Cunha sobre os temas.

Levantamos essa hipótese em razão de, em meio a uma defesa do autoctonismo das raças americanas, o autor exaltar os métodos e resultados alcançados sobre a pré-história indígena e, apontando nomes como os de Wilhelm Lund, Morton, Frederico Hartt e Trajano de Moura<sup>21</sup> acompanhados de elogios, gerar ao texto efeito de pessoalidade por expressar sua própria avaliação acerca dos pesquisadores.

---

<sup>21</sup> Em 1889, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Trajano de Moura apresentou uma tese onde, examinando as proposições na época em voga sobre o poligenismo, defendeu que os povos americanos formavam uma espécie nativa ímpar – o *hommoamericannus*. Sobre a influência de seus estudos na obra *Os Sertões*, ver Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

Por outro lado, esses elogios também podem ser entendidos como indício de que ali existe a defesa de uma tese euclidiana que vai no sentido de afirmar que “‘parece’ definitivamente firmado” (CUNHA, 1914, p.65) o autoctonismo americano. Afirmação que se dá em um enunciado que também evidencia a existência de ideias contrárias. Pois, o escritor também menciona que o autoctonismo das raças americanas contraria o pensar dos construtores da ponte Alêutica, para os quais houve um desligamento humano do que chama de “grande viveiro da Ásia Central” (CUNHA, 1914, p.65). O escritor faz isso ao mesmo tempo em que discorre sobre trabalhos que apontam a América como um centro de criação.

Quanto à palavra “parecer”, merece destaque as finalidades múltiplas que podem ser atribuídas a sua presença. O seu uso supõe a colocação no texto de uma “dúvida razoável” acerca da consolidação do autoctonismo das raças americanas frente às teorias que lhes são contrárias, como também aproxima-se do uso retórico da prova, ou melhor, da sustentação por Euclides da Cunha de seus argumentos no que concerne à formação do povo brasileiro e do sertanejo.

Esse entendimento se dá em razão da reivindicação do autoctonismo do homem americano abrir espaço para que se busque aos habitantes da América um lugar mais alto na hierarquia das raças da época, apesar de reforçar as diferenças entre as *raças* a partir dos conceitos oriundos da classificação animal. Isso, vai ao encontro do que trouxemos acima: o conceito de raça era utilizado pelos republicanos para hierarquizar cientificamente a diversidade humana.

Essa tendência hierarquizante é capaz de explicar o posicionamento de Euclides da Cunha, sobretudo porque ele aponta em sua obra acreditar que as raças originais, “puras”, são superiores. Nessa raça originária e pura, ele inclui o antigo homem americano. Faz isso, por exemplo, ao escrever “Erige-se autonomo entre as raças o ‘homo americanus’” (CUNHA, 1914, p.65). Afirmação que o leva a concluir que os indígenas seriam “[...] typos evanescentes de velhas raças autochtones da nossa terra” (CUNHA, 1914, p.66).

Euclides da Cunha, portanto, sustenta seus argumentos a partir de elementos que aproximam-se do uso retórico da prova. Destacamos que a finalização de sua abordagem acerca do elemento indígena ocorre com a afirmação de que está esclarecida a preliminar de sua origem e com a declaração de que “as investigações convergiram para a definição da sua *psychologia* especial; e enfeixaram-se, ainda, em algumas conclusões seguras” (CUNHA, 1914, p.66).

A utilização dos verbos “esclarecer”, “convergir”, “definir”, “enfeixar” e “concluir”, especialmente por serem combinados com os termos *investigações* e *seguras*, é capaz de gerar efeito de veracidade ao discurso de Euclides da Cunha. Essa utilização acaba por reforçar a concepção de que o uso da palavra “parece”, no início dessa mesma abordagem, se deu também como estratégia retórica para a construção da defesa de sua tese quanto à formação do povo brasileiro e, especialmente, do sertanejo.

Fortalecendo esse entendimento, Ventura (1996) escreve que o autor de *Os Sertões* “imaginou o sertanejo como o resultado da confluência entre a bravura indígena e a ousadia dos bandeirantes paulistas, que penetraram pelos rios Tietê e São Francisco rumo ao interior, expandindo o território da colônia portuguesa nos séculos XVII e XVIII” (VENTURA, 1996, p.15). Preocupado em encontrar uma unidade racial brasileira, ele seguiu teorias sobre uma suposta origem autóctone do homem americano, pouco aceitas à época, mas que lhe permitiram criar uma “imagem grandiosa do homem do sertão como ser autêntico, enraizado no solo, com uma evolução autônoma assegurada pelo isolamento geográfico. Chamou assim o sertanejo de ‘rocha viva’ da nacionalidade, base sobre a qual se poderia criar o brasileiro do futuro” (VENTURA, 1996, p.15).

Quanto à essa concepção de Euclides da Cunha acerca da origem autóctone do homem americano, da tese que este urdi sobre a evolução do sertanejo a partir dela e dos elementos narrativos que utiliza para construí-las, a princípio, não há em seu próprio texto elementos que as inviabilizem, pois, conforme Ginzburg (2002), o saber não é um “dado” a ser recolhido, mas uma construção, uma elaboração, a qual não é incompatível com a retórica como prova e nem com o chamado “princípio de realidade<sup>22</sup>”.

Ainda é válido destacar que Ginzburg (2002) defende a existência de uma relação inédita entre prova e retórica. Segundo o autor, esta última não se limita aos usos instrumentais da dissimulação ou do convencimento. Medeiros (2017) explica que, segundo o teórico, “para além do caráter de persuasão da retórica, ela significava para a narrativa, especialmente a histórica, um conjunto de

---

<sup>22</sup> Sem negar a dimensão subjetiva da escrita da História, elemento construtivo que é comum tanto às narrativas ficcionais quanto às narrativas históricas, em seu livro *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício* (2007), Ginzburg defende que essa dimensão não afeta a relação estreita da história com a realidade. Pois seu conhecimento é baseado em evidências, registros ou testemunhos. Modo de proceder que se constitui como indício da coisa em si, o chamado princípio da realidade.

procedimentos de prova que, mesmo não validando uma verdade única e primordial, sustentava o discurso do historiador” (MEDEIROS, 2017, p.21).

Deste modo, ainda que existam entendimentos diversos acerca da origem do homem americano e visões distintas quanto ao sertanejo, a forma com que Euclides da Cunha tece sua narrativa é capaz de sustentar a ideia de um autoctonismo americano e a caracterização do sertanejo como cerne da nacionalidade.

Quanto ao branco e ao negro, os outros dois elementos étnicos compositores das raças mestiças brasileiras, ambos são destacados como alienígenas por Euclides da Cunha e foram tratados de forma bem menos enfática. Talvez porque as investigações sobre eles, como afirmado no próprio texto *Os Sertões*, não tenham se dado na mesma intensidade que as sobre o indígena. Quanto ao negro, mais especificamente, é possível ainda que isso tenha se dado por ter influência reduzida na composição do mestiço sertanejo, segundo a narrativa de Cunha. Toda a análise do autor acerca das raças mestiças brasileiras objetiva alcançar a compreensão do sertanejo e este foi gerado, conforme a obra, através do cruzamento entre índios e bandeirantes. Portanto, a ênfase narrativa é dada nos indígenas e brancos como origens étnicas do sertanejo.

No entanto, fazendo referência ao racismo, tal como entendemos hoje, Euclides da Cunha afirma que o negro é “até neste ponto [em pesquisas] o nosso eterno desprotegido” (CUNHA, 1914, p.66), o que surge como a explicação mais imediata acerca da brevidade de sua própria análise sobre ele. Trazendo para o seu texto Nina Rodrigues, o autor afirma que somente recentemente, e através dele, foram analisadas a religiosidade do negro. É importante salientar que Raimundo Nina Rodrigues foi um pesquisador respeitado que, em razão das temáticas raça e racismo, desenvolveu pesquisas que contribuíram significativamente na diferenciação das “realidades mentais” da população mestiça em relação às da “elite”.

A remissão ao Nina Rodrigues fortalece o projeto civilizacional do sertão de Euclides da Cunha. Isso em razão de ambos os pesquisadores terem demonstrado, frente aos conflitos sociais presentes no país, a preocupação com a sua manutenção nos rumos do progresso, este entendido nos moldes culturais e institucionais da civilização europeia, ainda que ambos buscassem por uma identidade nacional. A partir dessa busca foi que procuraram interpretar e ordenar a realidade, além de elaborar projetos de intervenção social.

Euclides da Cunha defende que, independentemente de a qual grupo étnico pertencessem, os negros que vieram para o Brasil, por terem se originado do *homo after*, certamente trouxeram as características mais relevantes dele, as quais estavam relacionadas à força e ferocidade, uma vez que estes eram atributos exigidos pela seleção natural que o “filho das paragens aduistras” (CUNHA, 1914, p.66) enfrentou. Assim, ao falar do *homo after*, reforça o que já havia demonstrado ao dispor sobre o *homo americanus*, a sua adesão ao poligenismo, teoria segundo a qual às diferentes raças correspondem distintas origens e dá como certo a presença de atributos relacionados à força e ferocidade na composição do negro formador das raças mestiças do Brasil.

Já sobre o branco, o discurso é ainda mais sucinto. Apesar disso, vem carregado de significados. Em primeiro lugar, merece destaque a engenhosidade de sua composição. O autor inicia o parágrafo acerca da descendência branca do sertanejo após tratar expressamente do elemento negro que, a princípio, parece só lhe anteceder. Entretanto, enquanto o parágrafo sobre o elemento negro é finalizado com as palavras ferocidade e força para caracterizá-lo, a abordagem acerca do elemento branco se dá com a apresentação do português como “factor aristocratico de nossa ‘gens’” (CUNHA, 1914, p.66) e segue apontando-o como liame “á vibrátil estructura intellectual do celta” (CUNHA, 1914, p.66).

Assim, um contraste é construído entre negro e branco por Euclides da Cunha. Sendo o primeiro ligado a não evolução e o segundo, à civilização ou ao desenvolvimento. Isso se dá uma vez que ferocidade está associada à selvageria, enquanto aristocracia se relaciona com a nobreza e também porque força física era, constantemente, difundida como oposição à inteligência.

*Gens* é um substantivo latino que significava em Roma uma instituição. Isto é, “O conjunto de famílias que se encontravam ligadas politicamente a uma autoridade em comum, o *Pater Gentis*. Usavam um nome em comum por se julgar descendentes de um antepassado comum” (SENSAGENT, 2018). Sua utilização logo na passagem que trata do português, o “colonizador” do povo brasileiro, reforça a ideia de que este é civilizado e desenvolvido. O uso também sugere que o branco ocupa um lugar superior na hierarquia das raças e dá pistas de que Euclides da Cunha destinava sua obra a leitores com alto grau de instrução formal. Isso porque uma ação racional da técnica retórica promove a conveniência do discurso em

relação à matéria tratada e também às pessoas que o ouvem. Fenômeno que, segundo Hansen (2013), é chamado de decoro.

Euclides da Cunha conclui a apresentação individualizada do indígena, do negro e do branco. A partir daí, o autor passa a escrever na primeira pessoa do plural demonstrando se incluir na comunidade científica. Cunha alega que os três elementos são conhecidos, nos termos em que apresentou. Por meio de sua escrita, ele mostra acreditar na influência do meio físico e das condições históricas na formação da raça mestiça brasileira. Cunha afirma que esses dois fatores, embora o primeiro de forma imperfeita, foram importantes para a formação do mestiço.

Por meio de posturas como essa, o autor reforça o seu autorreconhecimento como homem da ciência. Faz isso ao utilizar termos técnicos como “variáveis” e “fórmula”, por exemplo. Neste ínterim, Euclides da Cunha afirma que conhecer os três elementos etnológicos, assim como o meio físico diferenciado e as condições históricas, não é o suficiente para compreender as raças mestiças brasileiras. Isso porque, nas palavras dele, necessário seria conhecer:

todas as alternativas e todas as phases intermedias desse entrelaçamento de typos antropológicos de graós dispares nos attributos physicos e psychicos, sob os influxos de um meio variavel, capaz de diversos climas, tendo discordantes aspectos e oppostas condições de vida. (CUNHA, 1914, p.66)

Ainda nessa passagem, utilizando-se da primeira pessoa do plural, o autor finaliza com a afirmação de que: “pouco nos temos avantajado” (CUNHA, 1914, p.67). Alegação que demonstra, de maneira flagrante, a sua insatisfação em relação às teorias científicas da época. Postura sua que sugere que muita coisa precisava ainda ser feita.

No mesmo sentido, o autor explica que, por pressupor uma combinação binária, a lei antropológica de Broca<sup>23</sup> seria ineficiente para compreender a formação do povo brasileiro, composta por três fatores diversos. Lei, de acordo com Lemos (2000), que se utiliza de critérios puramente aritméticos para determinar as ‘afinidades’ de cruzamento entre raças. Por não dizer quais os agentes que podem

---

<sup>23</sup> Lemos (2000) explica a menção em *Os Sertões* à Lei Antropológica de Broca a partir da oposição que Euclides da Cunha realiza em relação aos critérios puramente aritméticos estabelecidos pela Lei para determinar “as afinidades” de cruzamento entre as diversas raças. Para uma compreensão mais completa sobre a influência de Gumpowicz na obra, ver: Lemos Maria Alzira Brum. O doutor e o jagunço: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

atenuar o influxo da raça mais numerosa ou mais forte, assim como as causas que a extinguem ou a atenuam, Euclides da Cunha defende que essa lei deve servir apenas como orientação na indagação da verdade.

Dando sinais de não pertencer ao grupo de estudiosos mais conservador do final do século XIX e início do XX, Euclides da Cunha demonstra compreender que as regras científicas sofrem interferências de dados objetivos. Assim como, que elas devem ser modificadas a partir desses dados. No caso em questão, depreende-se que alguns de tais dados seriam, na concepção de Cunha: o meio físico e as condições históricas.

Contudo, ao fazer uso, mais uma vez, de estratégias retóricas, Euclides da Cunha constrói uma espécie de raciocínio lógico-matemático ignorando esses dados. Insubmisso ao conhecimento de existirem interferências provocadas por eles, o autor considera apenas os três elementos constituintes “de nossa raça” e suas capacidades próprias e supostamente intactas. Em síntese, Cunha apresenta um discurso verossímil e defende que na combinação ternária não seria possível gerar um produto único. Ainda que não existissem fatores externos interferindo nas características de cada elemento. Nas palavras dele:

“[...] Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam número igual de subformações – substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em n'a mestiçagem embaralhada onde se destacam com productos mais característicos o mulato, o mameluco ou curiboca e o cafuz. As sédes iniciais das indagações deslocam-se apenas mais perturbadas, graças a reacções que não exprimem uma redução, mas um desdobramento. E o estudo destas subcategorias substitui o das raças elementares agravando-o e dificultando-o, desde que se considere que aquelas comportam, por sua vez, inúmeras modalidades consoante as dosagens variáveis do sangue” [CUNHA, 1914, p.68 ].

Assim, Euclides da Cunha traz que o tipo abstrato de brasileiro buscado só pode surgir de um complexo entrelaçamento. Entrelaçamento complexo em razão de sua composição ternária. É preciso endossar, entretanto, que o autor chega a essa conclusão mesmo ignorando as influências dos fatores externos.

Em seguida, o autor conclui que o tipo abstrato de brasileiro buscado seria o pardo. Raça resultante do cruzamento do mulato (descendente de negros e brancos), curibocas (descendente de branco com índio) e do cafuz (descendente de negros e índios). Conclusão a qual Euclides da Cunha chega acrescentando a



palavra “teoricamente”. Termo que merece destaque por sinalizar a sua descrença em tal assertiva e em razão da discussão que a antecede.

Reforçando a sua descrença na conclusão a que se chega pela aplicação da lei antropológica de Broca ao caso brasileiro, Euclides da Cunha retoma em seu discurso os fatores variáveis. Dessa vez, portanto, ele acrescenta às condições históricas e o meio físico diferenciados. Para o autor, a maior densidade com que as três raças teriam se cruzado, nos vários pontos do país, e a interferência de outros povos, seja através de armas ou imigração, faz com que “[...] a realidade daquela formação é[seja] altamente duvidosa, senão absurda”. (CUNHA, 1914, p.68).

Ainda escrevendo na primeira pessoa do plural, Euclides da Cunha se coloca como membro da sociedade para a qual escreve. Dessa vez, não mais como da comunidade científica. Impressão que se confirma pelo uso que o autor faz da expressão “nossos antropólogos”. A partir disso, Cunha passa a emitir duras críticas a eles, muito em função da disparidade de entendimentos acerca das raças mestiças brasileiras. O escritor admite, contudo, que essa disparidade se dá em razão da complexidade do caso. Tal ponderação, entretanto, não impede que, em seguida, ele acuse tais cientistas de negligência e excesso de subjetivismo.

Essa negligência, conforme o autor, se dava em razão da complexidade das condições em que se desenvolveram as raças mestiças brasileiras. Entretanto, ainda de acordo com Cunha, os antropólogos brasileiros se davam a liberdade de não as considerarem em suas pesquisas, dando grande destaque as “capacidades étnicas” (CUNHA, 1914, p.69). Destaque que, em suas palavras, acabava “[...] determinando a irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de phantasias, sobre ousadas, estereis” (CUNHA, 1914, p.69).

Mesmo com o peso das expressões “meia-ciência”, “extravagar de fantasias” e “estéreis”, Euclides da Cunha segue: “Há como que um excesso de subjectivismo no animo dos que entre nós, nos ultimos tempos, cogitam de cousas tão sérias com uma volubilidade algo escandalosa, attentas as proporções do assumpto” (CUNHA, 1914, p.69). O autor complementa sua crítica acusando os cientistas mais atuais de ignorarem as variáveis trazidas pelas circunstâncias mesológica e histórica. De acordo com ele, os cientistas “jogavam”, “entrelaçavam” e “fundiam” as três raças conforme seus caprichos. Nesses termos, o autor constrói um discurso capaz de produzir em seu leitor a crença de que esse assunto é tratado de forma séria por ele.

Depois disso, as críticas seguem dirigidas, embora de maneira abstrata, aos grupos que defendem a superioridade de cada uma das etnias (branco, índio e negro) na composição das raças mestiças brasileiras. Ao grupo que se posiciona pela prevalência do 'elemento branco', Euclides da Cunha associa o estabelecimento, com autoridade discutível, de uma função secundária do meio físico. O autor decreta a quase completa extinção do silvícola, bem como a influência cada vez menor do africano depois da abolição do tráfico de escravos. De forma que, para ele, prevalece o branco, por ser mais forte e mais numeroso. Raça para a qual tendem o mulato e o caboclo, uma vez que as características do negro e do índio estavam cada vez mais atenuadas.

Aos que se posicionam pela prevalência maior do africano, o autor tece considerações no sentido de que exageram. Exagero realizado no entendimento do fator terra e na capacidade que atribuem ao negro de resistir em muitos pontos à absorção da raça superior. Euclides da Cunha assevera que, por este grupo, o mulato é proclamado o tipo mais característico de nossa subcategoria étnica.

Sobre os que defendem a influência maior do indígena, Euclides da Cunha declara terem cometido devaneios ainda maiores. O autor classifica como fantasiosa a ideia da centralidade indígena. Para isso, cita com escárnio a metrificação e as rimas da poesia de Gonçalves Dias<sup>24</sup>. Por fim, Cunha finaliza tal argumentação alegando que esses devaneios "invadem a sciencia na vibração rythimica dos versos de Gonçalves Dias" (CUNHA, 1914, p.69).

Passagens como a destacada no parágrafo acima, fazem com que reconheçamos a inegável presença de um viés poético no texto de *Os Sertões*. Reconhecimento necessário, inclusive, diante da ideia de seu próprio autor de que "o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano" (CUNHA, 1902, apud GALVÃO, 1997, p.143.). A surpreendente menção ao ritmo e aos versos de Gonçalves Dias na

---

<sup>24</sup> Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), poeta, professor, crítico de história e etnólogo. Sua obra poética, lírica ou épica, enquadrou-se na temática "americana". Isto é, de incorporação dos assuntos e paisagens brasileiros na literatura nacional. Sua produção se voltava, em grande parte, para a terra natal e buscava nossa independência em relação a Portugal. Ao lado da natureza local, o poeta recorreu aos temas em torno do indígena, o homem americano primitivo, tomado como o protótipo de brasileiro. Ele desenvolveu, junto com José de Alencar, o movimento do Indianismo na ficção brasileira. Para aprofundamento sobre sua obra, acessar site da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/academicos/goncalves-dias/biografia>.

construção de sua dura crítica é capaz de provocar uma série de questionamentos acerca das visões e pretensões de Euclides da Cunha.

Tendo em vista a menção negativa ao escritor Gonçalves Dias e também as críticas que Euclides da Cunha fez às teorias científicas, diversos questionamentos acerca das suas posturas, visões e pretensões podem ser assim feitos: O que faz o autor de *Os Sertões* defender a legitimidade de seu discurso em face ao de outros cientistas e/ou artistas da época? Seu discurso poderia alinhar ciência e arte e permanecer legítimo e o dos demais não?

Ainda que não se possa eleger uma resposta, entre as diversas possíveis a tais questionamentos, como “verídica” e/ou única, achamos relevante fazê-los. Ao refletir sobre a construção da narrativa de Euclides da Cunha, entendemos importante considerar que ele, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, se apresenta como um “escritor por acidente” (CUNHA, 1906). Postura instigante no entendimento de sua obra. É preciso endossar que o autor em questão também é considerado, frequentemente, como um cientista que faz literatura (VERÍSSIMO, 1904). Ou seja, um escritor voltado para as questões sociais e políticas e que entende possível fazer ciência com uma roupagem literária (VENTURA, 1991).

Assim, Euclides da Cunha compreende e faz uso, na construção de seu projeto político civilizacional, de teorias científicas. Teorias as quais lhes foram apresentadas, em grande parte, na escola militar. Abreu (1988), ao discorrer sobre a formação do autor de *Os Sertões*, afirma que o cientificismo foi utilizado enquanto elemento constitutivo da identidade social da sua geração na escola militar. Grupo que compartilhava de um sentimento de superioridade intelectual. Assim, acredita-se que Euclides da Cunha partiu para Canudos com uma visão já construída, a partir da ciência, acerca do que encontraria em sua expedição.

No entanto, nem o sertão, nem os mestiços sertanejos e ainda, como veremos no capítulo seguinte, nem Canudos se encaixaram perfeitamente na forma pré-estabelecida pela “ciência” que o autor levou em sua viagem ao sertão baiano. Tanto que ele se refere ao território construído por esses mestiços ora por “cidade” (CUNHA, 1914, p.395), ora por “povoado” (CUNHA, 1914, p.184). Essas imprecisões e algumas avaliações depreciativas presentes na obra fazem pensar que o autor não se indagava sobre a dependência de seus próprios juízos ou preconceitos de homem do litoral (LIMA, C., 1997, p.196). Euclides da Cunha realmente buscou a

“verdade científica”, muitos estudiosos de sua obra são unânimes em afirmar isso. No entanto, ao buscar defender suas concepções, em diversas vezes contraditórias, ele fez da “ciência” também um mecanismo manipulável (LIMA, C., 1997, p.121).

Entendemos que essa manipulação não se restringiu à maneira com que fez uso de concepções científicas, mas que também esteve presente na mobilização de elementos poéticos e retóricos. Inclusive na formulação de duras críticas à cientistas e teorias que se afastassem, ainda que apenas em um ponto específico, do que defendia. Euclides da Cunha construiu sua narrativa fazendo dialogar teorias incompatíveis e selecionando informações que melhor servissem para validar suas ideias. Para isso, teceu seu texto com o uso de recursos linguísticos capazes de convencer o leitor, seja ao levá-lo à conclusões lógicas ou alcançando-o a partir do emocional.

Nos voltamos para a pretensão de Euclides da Cunha de alcançar esse convencimento de seu leitor, seja através da lógica ou da emoção. Isso porque acreditamos ser possível refletir de forma um pouco mais específica, embora sucintamente, a associação que ele estabelece entre devaneios científicos e as metrificações e rimas de Gonçalves Dias.

Não fizemos uma análise comparativa entre as escritas de Gonçalves Dias e de Euclides da Cunha. Entretanto, sabemos que as duas possuem elementos artísticos. Ao que tange o âmbito artístico, é lícito ressaltar que, na obra *Estilo Tropical*, Ventura (1991) traz que este último fazia parte dos escritores que intervinham no espaço público, enquanto o primeiro viveu “à sombra da coroa, sob o manto do mecenato” (VENTURA, 1991, p.72).

Como mencionado anteriormente, Euclides da Cunha realiza uma crítica acerca da formação étnica do brasileiro e faz menção, nela, ao Gonçalves Dias. Realiza isso quando discute acerca do mestiço brasileiro e em diversas passagens em que tece sobre o sertanejo, por exemplo. Em tal estratégia, o primeiro escritor lança mão de elementos artísticos. No entanto, considerando esse perfil comprometido com as questões sociais, entendemos que a maneira com que tais passagens são construídas não se dá apenas por uma opção de estilo do autor. Ao atingir as emoções do leitor, entendemos que o escritor também busca alcançar a sua adesão às concepções defendidas no seu texto. *Modus operandi* que acaba por nos reportar, mais uma vez, à retórica.

Ao trazermos a retórica para essa discussão, esclarecemos, aportados em Medeiros (2017), que trabalhamos com a compreensão de que, diferentemente do proposto por Aristóteles e Ginzburg, retórica e poética não são dimensões excludentes. Essa não exclusão ocorre, inclusive, a ponto de Euclides da Cunha poder conjugá-las. Dito isso, e entendendo que são grandes as chances de Cunha ter conhecido a obra de Aristóteles, transcrevemos uma passagem do livro *Retórica* do filósofo grego. Passagem que pode explicar o posicionamento do autor de *Os Sertões* na utilização do nome de Gonçalves Dias. Menção que faz para elaborar uma crítica às teorias científicas que defendem a prevalência do elemento indígena na formação da raça mestiça brasileira:

A forma da expressão não deve ser métrica nem desprovida de ritmo. De facto, a primeira não é persuasiva, pois parece artificial, e, ao mesmo tempo, desvia a atenção do ouvinte, pois fá-lo prestar atenção a elemento idêntico, quando a este regressar.

[...] Por isso, é necessário que o discurso seja rítmico, mas não métrico: neste caso, resultaria num poema. O ritmo, porém, não deve ser totalmente exato, e isto resultará se o for apenas até certo ponto. (ARISTÓTELES, 2005, 259.)

Como se vê acima, métrica e ritmos são recursos associados, por Aristóteles, à persuasão. Entretanto, o primeiro é visto de forma negativa; o segundo, como necessário, porém respeitados certos parâmetros. Válido ressaltar que os dois elementos apontados pelo filósofo são trazidos, de forma expressa, na crítica realizada por Euclides da Cunha em relação ao trabalho de Gonçalves Dias. O texto de Euclides da Cunha também tem ritmo e, segundo Almeida (1946), métrica. Entretanto, são recursos utilizados de uma maneira que não caracterizam sua obra como poema. Conforme a passagem acima transcrita, o problema da presença da métrica no texto é justamente a sua transformação em poema, segundo Aristóteles. A partir dessas evidências, podemos supor que, ao citar os versos de Gonçalves Dias, Euclides da Cunha se refere especificamente aos poemas desse escritor, e não necessariamente às suas demais obras. Por isso a utilização do termo “versos” em sua crítica.

Desse modo, a desaprovação do autor de *Os Sertões* pode ser atribuída não à presença de elementos artísticos em textos que se pretendem científicos, mas sim à organização desses elementos de um modo a não construir persuasão.

Concepção que pode ser apreendida a partir da passagem de Aristóteles acima transcrita. Fenômeno que, nas palavras do filósofo grego, não ocorre nos poemas.

Assim, temos persuasão como palavra-chave para entender as contradições presentes em *Os Sertões* e os diversos elementos mobilizados na construção de seu texto. Euclides da Cunha buscava compreender qual era o tipo racial brasileiro para construir sobre ele um discurso acerca da identidade nacional. A análise, ainda que superficial, de diversos posicionamentos científicos acerca da mestiçagem brasileira, ocorre para possibilitar Euclides da Cunha apresentar uma tese. O objetivo central dela, portanto, seria persuadir seu leitor a aderi-la. Impressão fortalecida nos últimos parágrafos da seção do livro em análise. Parte na qual o autor diz acreditar que a variedade de conclusões científicas apresentadas acerca do mestiço brasileiro e a existência de outras tantas ocorrem em razão dos cientistas buscarem um tipo étnico único, quando, no entanto, existem muitos.

Euclides da Cunha conclui defendendo um posicionamento novo, diferente de tudo o que apresentou como sustentado pela ciência acerca do tema. Ou seja, ele defende a diversidade de tipos étnicos brasileiros. Desse modo, se posiciona no sentido de que no Brasil não existe unidade de raça e ainda diz que há possibilidade de esta nunca existir. Isso porque o brasileiro teria se predestinado a formar uma raça histórica em um futuro remoto. Raça a qual talvez não chegue, já que, trazendo o *darwinismo social* para a discussão, o autor assevera: “[...] A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados á civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura” (CUNHA, 1914, p.70).

Tudo isso nos faz retomar a hipótese, levantada no início dessa análise, de que o destaque dado por ele às pesquisas relacionadas ao elemento indígena não se deu por acaso. Essa ênfase pode ter ocorrido em razão de que, entre elas, existiam teorias que caminhavam no mesmo sentido de seus ideais. Ao passo que, a afirmação de que a ciência ainda não foi capaz de desvendar a gênese das raças mestiças do Brasil pode ter se dado por conta de a maioria das teorias sobre o assunto divergirem do que ele acreditava, ou passou a acreditar após visitar Canudos. Estas seriam estratégias de persuasão lançadas ao texto como argumentos em prol do seu ideal civilizador. Tudo porque o autor concebe que, para o Brasil, a identidade nacional seria atingida pela civilização do sertão e que o

sertanejo é o cerne da nacionalidade brasileira porque é uma raça forte, embora, ainda atrasada.

Vale destacar que, apesar da forma com que a obra *Os Sertões* foi estruturada e também de como a análise da mesma é organizada neste trabalho, o livro foi publicado cinco anos após a guerra de Canudos. Existe, inclusive, uma declaração de Euclides da Cunha, em nota preliminar presente em algumas de suas edições, de que, por isso, a ela foi dada outra feição. A nós, é valioso considerar que muitos dos conhecimentos científicos e históricos do autor demonstrados na obra podem ter sido adquiridos posteriormente a sua passagem por Canudos. Isso em razão de uma curiosidade despertada a partir dela, de modo que a sua assimilação já tenha sido direcionada pela experiência vivida. Essa é uma hipótese que considera que muitos de seus conhecimentos prévios podem ter sido revistos a partir dessa mesma experiência. Assim, é possível que um mesmo tema pudesse ter sido tratado por ele de forma diversa, caso isso tivesse ocorrido antes da expedição. Pois, como dito pelo próprio Euclides da Cunha, todas as leis modificam-se à pressão dos dados objetivos (CUNHA, 1914, p.67).

### **3.2. Entre a ciência e a experiência**

Ainda defendendo seu projeto político civilizacional do sertão e a construção de uma identidade nacional, Euclides da Cunha prossegue com a mobilização e “manipulação” de teorias científicas. Após concluir pela diversidade de raças brasileiras, o autor passa a construir um paralelo entre o mestiço do litoral e o mestiço do Norte. Isto é, o sertanejo. Faz isso considerando as diferentes atuações das condições históricas nos diferentes territórios, as disparidades climáticas suportadas pelas raças e a maior ou menor densidade com que estas se cruzaram nos vários pontos do país. Elementos que o escritor já havia apontado como influenciadores da constituição das raças mestiças no Brasil.

A nós, que pretendemos tratar da representação que Euclides da Cunha constrói do sertanejo de Canudos, interessa a conclusão desse paralelo, inserido em meio ao resumo que ele apresenta acerca das terras circundantes a Canudos:

[...] De sorte que, hoje, quem atravessa aqueles logares observa uma uniformidade notável entre os que os povoam: feições e estaturas variando

ligeiramente em torno de um modelo unico, dando a impressão de um typo anthropologico invariavel, logo ao primeiro lance de vistas disticnto do mestiço proteiforme do littoral. Porque emquanto este patenteia todos os cambiantes da cõr e se erige ainda indefinido, segundo o predomínio variavel dos seus agentes formadores, e homem do sertão parece feito por um molde unico, revelando quasi os mesmos caracteres phisicos, a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredo e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura athletica, e os mesmos caracteres moraes traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vicios, e nas mesmas virtudes. A uniformidade, sob estes varios aspectos, é impressionadora. (CUNHA, 1914, p.107)

Nesse excerto, o “mestiço proteiforme do litoral” é apresentado como resultado natural de toda a complexidade da formação étnica brasileira anteriormente tratada. Termo que pegamos emprestado do título da primeira seção da parte *O Homem de Os Sertões*; entendendo, no caso em questão, a complexidade da diversidade de elementos intervenientes na formação do mestiço brasileiro. Na passagem em análise, ela é sinalizada através da menção expressa ao “predomínio variavel dos seus agentes formadores” e das afirmações de que ele é patenteador de “todos os cambiantes da cõr e erigido ainda indefinido”.

Como ressaltamos, o mestiço do litoral é apresentado como “proteiforme” pelo autor. O que ocorre a partir de conhecimentos científicos e históricos mobilizados ao longo do texto de *Os Sertões*. Mobilização realizada especialmente a partir da segunda parte do livro, possibilitando a criação de efeito de veracidade, por sugerir que tal fato pode ser comprovado por quem visitar a região. Por outro lado, Euclides da Cunha faz uso de signos relacionados ao sentido humano “visão”, como o verbo “observar”, e a expressão “ao primeiro lance de vista”, para atribuir uniformidade ao mestiço sertanejo. Uniformidade tanto em relação aos seus atributos físicos quanto as suas características morais. De modo que se tem “a impressão de um tipo anthropologico invariavel”.

Assim, diferenciando o mestiço do sertão do mestiço do litoral e, sobretudo, afirmando que a uniformidade do primeiro dá “a impressão de um typo anthropologico invariavel”, Euclides da Cunha introduz a ideia de que o sertanejo é uma exceção dos mestiços. Ou seja, um sujeito destoante das teorias científicas vigentes, tanto que qualifica a sua defendida uniformidade como “impressionadora”.

O autor continua a fazer uso em seu discurso da técnica retórica da verossimilhança. Faz isso ao mobilizar expressamente referenciais evolucionistas e científicistas, por exemplo. É válido destacar, novamente, que realiza tal proeza através de uma linguagem cuidadosamente trabalhada. Euclides da Cunha afirma



que “ante às conclusões do evolucionismo”, em geral, a mestiçagem é negativa. Ele toma o mestiço como “quasi sempre, um desequilibrado”, um “decahido, sem a energia physica dos ascendentes selvagens, sem a altitude intellectual dos ancestraes superiores”. E, ainda, detentores de espíritos “feridos pela fatalidade das leis biologicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida” (Cunha, 1914, p.109), que vão da incapacidade intelectual à fragilidade física.

O autor explica que são “inviolaveis as leis do desenvolvimento das especies”, de modo que o fato do mestiço não ter participado da “seleção natural das espécies”, não ter lutado, não o torna “uma integração de esforços” e sim “alguma cousa de dispersivo e dissolvente” (Cunha, 1914, p.109).

A partir disso, como se para demostrar quão prejudicial é a mestiçagem, ele deixa vaziar sua posição favorável ao processo de colonização dos indígenas. O autor, ainda, reforça o que já havia apontado ao discorrer sobre o português, enquanto tratava da formação étnica brasileira, a saber: sua crença na ocupação pelo branco de um lugar superior na hierarquia das raças. A partir daí, Euclides da Cunha compara o indígena ao africano, raças que, apesar de puras, ele entende como inferiores, tal como o mestiço. O que podemos ver abaixo:

E se toda a subtileza dos missionsarios tem sido impotente para affeiçoar o espirito do selvagem ás mais simples concepções de um estado mental superior; se não há esforços que consigam do africano, entregue á solitudine dos melhores mestres, o approximar-se sequer do nível intellectual médio do indo-europeu – porque todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança -, como compreender-se a normalidade do typo anthropologico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão oppostas? (CUNHA, 1914, p.109 e 110).

Em tal questionamento, o escritor afirma que “todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança”. Como já havia declarado, o autor alega novamente que, diferentemente das demais raças, o mestiço “não luctou” por sua preservação, de modo que não praticou esforços, por isso ele é “alguma coisa de dispersivo e dissolvente” (CUNHA, 1914, p.109). A ideia da não integração dos esforços das raças que formaram o mestiço, faz crer que Euclides da Cunha pensasse na evolução deles ou, mais do que isso, na civilização do sertão. Percepção que depreendemos da crítica que o escritor realiza aos desempenhos do indígena e do africano frente à atuação do branco. Para ele, “ás mais simples concepções de um estado mental superior” e a

aproximação de um “nível intellectual médio do indo-europeu” melhoraria o desempenho tanto do indígena quanto do africano. Com isso, Cunha aparentemente constrói um raciocínio lógico para fazer seu leitor deduzir que seres que reúnam tendências tão opostas não podem sair-se melhor que as raças puras.

Esse posicionamento, no entanto, é formulado com base na ciência e demais pensamentos hegemônicos da época. Distanciando-se de tal base e incorporando a experiência vivida em Canudos, a qual acarretou transformações em muitas das suas concepções, Euclides da Cunha retoma a defesa do que diz ser mostrado pela observação. Ele afirma que “o sertanejo do Norte se difere dos demais mestiços: tem atenuado esse antagonismo de tendencias e uma quasi fixidez nos caracteres physiologicos do typo emergente” (CUNHA, 1914, p.110).

Há, portanto, modificações na estrutura de sentimentos de Euclides da Cunha. Fator que o levou a insistir na defesa do sertanejo como um mestiço diferente do mestiço do litoral. Exemplo disso é quando ele afirma, de forma mais firme, que o mostrado pela observação cuidadosa do sertanejo do Norte é a “contra-prova frizante” (CUNHA, 1914, p.110) do que discorreu baseado em teorias científicas sobre a mestiçagem. O que nos faz entender que, segundo ele, mais importante do que ser a contraprova que contraria à ideia em voga acerca do mestiço é a prova de um observador que advoga em prol da civilização do sertão, da unificação do Brasil e da construção de uma identidade nacional.

A narrativa de *Os Sertões* vai ao encontro da explicação de Williams (1979) quanto à tensão imediatamente vivida e articulada em novas figuras semânticas. Reorganização ocorrida na aparição de uma nova estrutura de sentimento dentro de uma mesma classe. Pois, Euclides da Cunha, apesar de contrariar as teorias em voga ao apontar o sertanejo como uma exceção à regra, quando diz que o mestiço é um desequilibrado, ele não as nega. Pelo contrário, ele constrói argumentos para defender os pontos de sua tese conforme elementos dessas mesmas teorias.

Assim, ele explica, por exemplo, que os sertanejos são “rudes patricios” (CUNHA, 1914, p.111). Faz isso de modo a defender, com a união desses dois signos, que ele é tão brasileiro quanto o mestiço do litoral, mas que vive em um nível de evolução social inferior. Entretanto, como mestiço, o sertanejo não estaria imune às leis do desenvolvimento das espécies. Portanto, à luta entre as raças e “o abandono em que jazeram teve função benéfica” (Cunha, 1914, p.111). Função benéfica porque, na visão do autor, a mestiçagem compreende a inevitável luta entre

as raças e o extermínio da raça inferior, mas ao invés de pela guerra, pela civilização. Assim, os sertanejos estando abandonados, foram libertos “da adaptação penosíssima a um estadio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados” (CUNHA, 1914, p.111).

Desse modo, Euclides da Cunha defende o equilíbrio do sertanejo alegando que possui o que ele chama de “tendências civilisadoras” (CUNHA, 1914, p.111). Tendências transmitidas pelo “fator étnico preeminente” do branco. Entretanto, de acordo com ele, a civilização não foi imposta ao sertanejo, pois a fusão que lhe constituiu “operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores” (CUNHA, 1914, p.111). Feita essa observação, o autor introduz aos poucos o seu projeto civilizador do sertão. Promove isso não só ao defender que o sertanejo possui tendências civilisadoras, mas também ao criticar, de forma sutil e ainda indireta, o governo. A crítica que faz diz respeito ao isolamento dos sertanejos a um abandono. Substantivo que sugere responsabilidade a alguém por tal situação. Por meio dessas estratégias e através do uso do termo “patrícios”, Cunha busca promover uma aceitação do sertanejo como detentor de certa semelhança com o sujeito do litoral, tendo em vista que são naturais da mesma pátria. Faz essa defesa ao mesmo tempo em que combina à “patrícios” o adjetivo “rudes”. Tal caracterização reforça a superioridade daqueles. Atribuição de superioridade que entendemos, inclusive, como forma de evitar ferir a vaidade deles (e a sua própria) e, assim, comprometer a aceitação de seu projeto civilizatório.

Euclides da Cunha continua a defender a situação especial do sertanejo comparando-o ao mestiço do litoral. Ele afirma que as suas formações foram distintas, “senão pelos elementos, pelas condições do meio” (CUNHA, 1914, p.111). Nesse sentido, o escritor ressalta também a intimidade do sertanejo com o meio físico a que está inserido. Essa intimidade é retratada em diversos outros momentos de *Os Sertões*, com o intuito de demonstrar sua intensidade. Transcrevemos abaixo um deles:

Todas aquellas arvores são para elle velhas companheiras. Conhece-as todas. Nasceram juntos; cresceram irmãmente; cresceram atravez das mesmas difficuldades, luctando com as mesmas agruras, socios dos mesmos dias remansados (CUNHA, 1914, p.244).

Ao que tange essa relação íntima entre sertão e sertanejo retratada na passagem, ela é atribuída no texto também à participação do indígena na constituição desse mestiço. Sobre a importância do fator ambiente, Euclides da Cunha, como se se reportasse ao peso que teve na guerra entre militares e canudenses, ainda diz que o sertão, ao invés de “deprimir” o organismo do sertanejo (como teria feito com o dos soldados), o “enrija”. O autor faz isso de modo que parece que, como em outras passagens, sua obra obedece a um planejamento arquitetônico. Ainda mais quando a atuação do espaço do sertão na guerra é intensamente abordada na terceira parte de sua obra, intitulada *A Luta*.

Após dar esse destaque à intimidade do sertanejo com o espaço do sertão, Euclides da Cunha, ainda a partir do evolucionismo, traz que na índole e nos costumes dos sertanejos são refletidos apenas os atributos das outras raças que lhe formam (negro e branco). Raças mais condizentes com a sua fase social. Fase, segundo ele, ainda principiante, na qual o sertanejo se mantém estagnado e fixo, assim como suas companheiras árvores em relação ao tempo e ao espaço. A partir dessa alegação, o escritor defende que o sertanejo “é um retrogrado; não é um degenerado” (CUNHA, 1914, p.111) e inicia com mais veemência a defesa de seu projeto civilizador e a ideia de que a partir do sertanejo, cerne da nacionalidade brasileira, poderá ser construída a identidade nacional:

E' um retrogrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes historicas o libertaram, na phase delicadissima da sua formação, das exigencias desproporcionadas de uma cultura de emprestimo, prepararam-no para a conquistar um dia.

A sua evolução psychica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um typo physicamente constituído e forte. Aquella raça cruzada surge autonoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela propria combinação, todos os attributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, póde alcançar a vida civilisada por isto mesmo que não a attingiu de repente. (CUNHA, 1914, p.111-112)

Aqui são apresentados os principais argumentos de Euclides da Cunha. O primeiro deles é o de que as condições históricas, ao isolarem o sertanejo, teriam o protegido de ser pressionado por uma “cultura de emprestimo”. Isolamento que o favoreceu por não fazê-lo sofrer uma evolução para a qual ainda não estaria pronto. Esse argumento serve de base para o segundo. Argumento sustentado na ideia de que o retardo da evolução psíquica do sertanejo teria dado a ele condições de se constituir fisicamente e forte. Realizando um contraste com a “cultura de

emprestimo”, Euclides da Cunha traz que o sertanejo surgiu de forma autônoma e original a partir da transformação dos atributos herdados das raças que lhe formaram. Herança que, segundo Cunha, lhe possibilita alcançar à vida civilizada e ser o cerne da identidade nacional.

Embora não tenha se dado de forma direta, podemos perceber nessa passagem críticas ao mestiço do litoral. A expressão “cultura de emprestimo” deixa vaziar o caráter nacionalista de Euclides da Cunha. Ela dá indícios de que, em sua concepção, a influência de outros países no litoral brasileiro desvaloriza a cultura ali formada. Cultura que acaba por não ser original. Crítica confirmada através da classificação realizada do sertanejo como raça autônoma e original. Adjetivos que servem, mais uma vez, para defendê-lo como cerne da nacionalidade brasileira.

No mesmo sentido, Euclides da Cunha, comparando litoral e sertão, ainda critica a organização das cidades do litoral. Organização na qual, segundo ele, funções “altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento” (CUNHA, 1914, p.112). Tal caracterização do litoral contrasta-se com a do sertão. Lugar no qual, de acordo com o autor, a “integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta [...] capaz de evoluir, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos” (CUNHA, 1914, p.112).

Percebe-se que, após comparar os sujeitos: mestiço do sertão e mestiço do litoral, Euclides da Cunha passa a avaliar seus territórios. Apesar de não trazer a palavra cidade ao tratar do sertão, é curiosa a atribuição da qualidade “do litoral” ao território cidade que o contrasta. Tal paralelo funciona como se o autor pudesse dizer mais do que seu texto literal entrega ao leitor. Sobretudo por trazer o sertão como potência de um território mais desenvolvido que a cidade do litoral quando fala, por exemplo, de uma capacidade dele de acomodar “novos e mais altos destinos”. Por ora, consideraremos o texto desse excerto apenas como mais um dos argumentos de Euclides da Cunha para defender seu projeto de civilização do sertão. No entanto, entendemos que ele significa mais do que isso. Por conseguinte, no capítulo que segue, nos valeremos deste e de demais momentos da obra para abordarmos a percepção do autor sobre o sertão e a indicação, em sua narrativa, de Canudos como cidade.

Assim, retomando a discussão em questão neste tópico, destacamos por fim, que em mais um exercício retórico Euclides da Cunha utiliza a primeira pessoa do

plural. Estratégia através da qual ele ganha proximidade do seu leitor. O autor anuncia também que será deixado este “divagar pouco atrahente” (CUNHA, 1914, p.112), como se buscasse evitar uma postura defensiva perante os valores da época tão destoantes de suas ideias. O escritor segue explicando que novos argumentos serão apresentados, no entanto, ainda buscando conquistar a confiança de seu leitor, afirma que a apresentação destes será de forma despretenciosa, “evitando os garbosos neologismos ethnologicos” (CUNHA, 1914, p.112).

Ao se comprometer a evitar “os garbosos neologismos etnológicos”, Euclides da Cunha inicia uma nova seção de críticas às teorias científicas que tratam da mestiçagem. Para criticá-las afirma que são “phantasias psychicogeometricas, que hoje se exaggeram num quasi materialismo philosophico, medindo o angulo facial, ou traçando a norma verticalis dos jagunços” (CUNHA, 1914, p.112).

Sem adentrarmos no mérito da qualidade das metodologias e dos resultados da ciência a que ele se refere, entendemos essas suas últimas críticas como exercício retórico. Recurso ao qual se utiliza para alcançar um certo distanciamento do seu leitor em relação às ideias que possam fragilizar as teses que defende em *Os Sertões*. Entendemos que ele faz uso dessa estratégia para fortalecer o seu ponto de vista. Euclides da Cunha, portanto, almeja conquistar a confiança de seu leitor e, para isso, propositalmente sustenta sua autoridade de observador de forma implícita. Faz isso ao mesmo tempo em que se põe como membro do grupo a que também pertence seu leitor e ao, desnecessariamente, frisar que marchava ao lado dos militares:

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou illusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aquelles desconhecidos singulares, que alli estão — abandonados — ha três seculos. (CUNHA, 1914, p.113)

Ao se comprometer a reproduzir intactas todas as impressões que teve na expedição a Canudos, Euclides da Cunha defende a superioridade do fato sobre a ciência. Nesse sentido Lima, C. (1997), ao tratar sobre o que chama de “dúvida na conveniência científica” de Euclides da Cunha, escreve: “O fato é o comprovador supremo. Quando o cálculo oscila, o fato confirma o andamento a emprestar ao

relato. O fato é assim um fora da ciência que, estranhamente, tira as dúvidas sobre a eficácia da ciência” (LIMA, C., 1997, p.122).

É válido frisar que discordamos da rejeição do caráter ficcional de *Os Sertões* empreendida por Lima, C. (1997). Bem como não concordamos com a sua afirmação de que Euclides da Cunha faz da ciência um campo de absoluta autoridade e destina à literatura um lugar de apenas ornato no texto. Entretanto, fazemos uso do que Lima, C. escreve sobre a relação de Euclides da Cunha com o “fato” e a ciência, para defender que ele utiliza sua ida à Canudos, o que teria lhe proporcionado acesso aos “fatos”, para legitimar seu discurso. Para nós, Euclides da Cunha constrói sua narrativa no sentido de afirmar que a ciência se mostrava insuficiente, e até mesmo falha, na compreensão do sertanejo; mas que o fato, acessado por ele por meio da sua própria experiência, seria incontestável.

De todo modo, a experiência vivida em Canudos trouxe novos significados, valores e concepções a Euclides da Cunha acerca dos sertanejos. A partir da narrativa de *Os Sertões*, entendemos que foram essas mudanças que o impulsionaram a defender o sertanejo como cerne da nacionalidade brasileira. Williams (1979) dispõe que “a ideia de uma estrutura de sentimento pode estar especificamente relacionada com a evidência de formas e convenções – figuras semânticas –” (WILLIAMS, 1979, p.135) e ainda que “na arte e literatura essas estão com frequência entre os primeiros indícios de que uma nova estrutura se está formando” (WILLIAMS, 1979, p.135). Em atenção a essas ideias, consideramos que os elementos artísticos na obra de Euclides da Cunha podem ser pistas da formação, ou ao menos, da pretensão do autor por essa nova “estrutura”. Nesse sentido, valiosa se faz a forma como o sertanejo encontrado, e não mais só conhecido teoricamente, é representado. Representação que passaremos a analisar.

Para isso, tomamos um momento de *Os Sertões* que entendemos como ideia-força<sup>25</sup> da obra que o autor mobiliza para figurar os canudenses. Figuração realizada

---

<sup>25</sup> Expressão mobilizada por Abraham Magendzo (2009), segundo esse autor as ideias-força “Estão fortemente enraizadas no tempo histórico, entendido como criação, como produção de diferenças e diversidades, como transformação, como movimento, em definitiva, como um processo”. Tomamos aqui ideia-força no sentido de uma representação de algo por meio do pensamento, expresso retoricamente, com vistas a uma proposição. Ou seja, representação construída intelectualmente e dotada de uma intencionalidade que produza ação, no caso de Euclides da Cunha, o anseio de civilizar o sertão. Nesse sentido o enraizamento no tempo histórico das representações do atavismo do sertanejo e a oposição entre litoral civilizado e sertão “bárbaro” são mobilizados por Euclides da Cunha por meio de metáforas que enunciam um desejo civilizador. MAGENDZO, Abraham.

a partir de representações antitéticas que compõem, a um só tempo, o seu olhar científico e sua alma literária. Tal ideia-força está contida, não por acaso, na parte dois de Os Sertões intitulada *O Homem*.

Em grande medida, essa ideia-força sintetiza sua percepção do sertanejo como um ser paradoxal, e é vazada na obra pela alegoria *Hércules-Quasímodo*. Problematizamos a estrutura de sentido/sentimento que orienta Euclides da Cunha a construir narrativamente uma atmosfera capaz de fazer com que seu leitor não apenas compreenda os significados contidos em sua narrativa, mas que ele possa construir estratégias interpretativas acerca do universo narrado; além de que produza presença, ou seja, traga o sertão e o sertanejo para diante do leitor, de modo a impactá-lo. Nesse caso, para Euclides da Cunha, seu leitor seria capaz de interpretar ou “presenciar”<sup>26</sup> o universo narrado, caso ele, criador-autor, conseguisse construir artifícios literários capazes de integrar um discurso científico aos instrumentos estéticos.

As estruturas de sentido/sentimento agenciam os modos pelos quais uma determinada presença literária se constitui como ideia-força. Isto é, como uma determinada presença literária se constitui como uma ideia capaz de produzir efeitos estéticos e socioculturais. Segundo Raymond Williams essa estrutura se constitui de:

Elementos característicos de impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não dos sentimentos em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal qual como sentido e de sentimento tal qual como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engendradas e em tensão. (WILLIAMS, 1979, p. 134)

Construída por Williams, essa noção permite compreender que sentimentos e pensamentos não se opõem, ao contrário, se complementam ao construir a consciência prática de uma determinada época. No caso de Euclides da Cunha, essa estrutura atua de duas formas e em dois momentos. Na primeira forma e

---

Pensamiento e ideas-fuerza en la educación en derechos humanos en Iberoamerica Santiago (Chile). OIE-Chile; CREALC-UNESCO, 2009.

<sup>26</sup> “Presenciar” deve ser entendido nos termos em que Gumbrecht (2010) escreve sobre presença. Isto é, como uma afetação pelas coisas do mundo não mediada pelo conceito, pelo pensamento ou pela cultura, mas pela conjugação dos sentidos. Para um melhor entendimento, ver: Gumbrecht, Hans Ulrich. 2010. *Produção de Presença: O que o Sentido Não Consegue Transmitir*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC do Rio.



momento se trata da posição do autor em relação à sociedade científica de sua época. Posição esta que dá o tom de objetividade em seu texto e forja alguns dos sentidos de seu discurso. A forma assumida, nesse caso, é a das descrições e da expressividade dos campos científicos, caso da geologia e da geografia. Na segunda forma e momento se trata da escrita de *Os Sertões* que, nessa circunstância, evoca a condição humana do autor conduzindo-o à posição de criador. Criar, nesse caso, de um lado mobiliza os impulsos criativos e afetivos de Euclides da Cunha e, de outro lado, dá forma aos efeitos estéticos da obra.

Em outras palavras, o mundo imaginado de *Os Sertões* mobiliza, de um lado, padrões, valores, percepções e experiências estéticas e, de outro lado, agenciam expectativas interpretativas do social e da ciência. Entretanto, ambas as dimensões estão interligadas pela estrutura metafórica da obra. O modo como mobilizamos a noção de estrutura de sentido/sentimento, nesta dissertação, não se resume à compreensão da dinâmica da construção da obra e de seus sentidos. Isso porque é possível interpretá-la “metodologicamente [como] uma hipótese cultural derivada na prática da tentativa de compreender esses elementos e suas ligações, numa geração ou período, [pois esses elementos são] a verdadeira fonte das categorias especializadoras do ‘estético’, das ‘artes’ e da ‘literatura imaginativa” (WILLIAMS, 1979, p. 135).

As estruturas de sentido/sentimento que surgem em *Os Sertões* expressam-se na obra em uma atmosfera que agencia as imagens, os tons e as nuances da paisagem e do meio natural, arquitetam uma vividez para o sentir e o pensar, mas quase sem tornar evidentes esses artifícios de linguagem. Tomemos, nesse ponto, as proposições de Hans Ulrich Gumbrecht (2014), assumindo que os estados de espírito e as atmosferas específicas se apresentam como nuances que “desafiam o poder de discernimento e de descrição, bem como o poder da linguagem para as captar” (GUMBRECHT, 2014, p.12), ou seja, capazes de captar e de representar os sentimentos e as relações que traduzem a interpretação do enredo. Assim como, as oscilações dos efeitos de presença, inclusive, de outras coisas do mundo além da atmosfera, que invadem os efeitos de sentido do narrado (GUMBRECHT, 2010).

Como analisado no capítulo I, o naturalismo literário, a prevalência da natureza, a volta do olhar para o homem, os efeitos de iconicidade e um forte posicionamento político do autor aparecem na forma, no conteúdo e no estilo da obra de Euclides da Cunha. Elementos que se manifestam seja intencionalmente,

como recursos para a criação dos efeitos de sentidos desejados e/ou genuinamente, em razão da afetação dele pela experiência vivida no sertão da Bahia. Ou, dito de outra forma, pela ambientação atmosférica ou, ainda, como um processo resultante tanto de um posicionamento consciente quanto inconsciente do autor. Componentes que intervêm na mesma medida, devido à estrutura de sentido/sentimento na qual estão imersos. Portanto, os consideramos na análise do sertanejo construído narrativamente por Euclides da Cunha.

### 3.2.1. A representação do sertanejo de Canudos por Euclides da Cunha

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1914, p.114). Essa é a primeira afirmação de Euclides da Cunha em *Os Sertões* após ter se comprometido a reproduzir, intactas, todas as impressões que teve ao se deparar com o sertanejo. Provavelmente a frase mais conhecida da obra. Taxativa, enfática, sonora e, nitidamente, literária, essa frase evidencia a forma com que o autor pretende apresentar aos seus leitores o mestiço. Mestiço que não só se configura como exceção às determinações científicas, mas que, principalmente, seria “o cerne da nossa nacionalidade” (CUNHA, 1914, p.218).

Culler (1999) explica que o sentido, em geral, o se baseia na diferença. É lançando mão dessa estratégia que Euclides da Cunha realiza, narrativamente, comparações entre o mestiço do sertão e o mestiço do litoral. De acordo com o autor, o sertanejo “Não tem o rachitismo exhaustivo dos mestiços neurasthenicos do littoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário” (CUNHA, 1914, p.114). Tal caracterização possibilita ao leitor inferir que o mesmo não ocorre com o mestiço do litoral, uma vez que ao sertanejo: “Falta-lhe a plástica impecavel, o desempenho, a estrutura correctissima das organizações athleticas” (1914, p.114).

Essa linguagem poética, no entanto, não elimina a presença da ciência na composição da representação do sertanejo. Euclides da Cunha, em conformidade com os princípios positivistas, busca decifrar a natureza do sertanejo, sua fisionomia, crença, valores, psicologia e modos de vida. Contudo, ele também sinaliza para a influência de obras literárias na construção de *Os Sertões*. E é assim, conjugando ciência e literatura que ele forja o seu estilo, o qual, nos termos de

Schneider (2013), “[...] não é verniz, mas um modo de pensar, na medida em que a linguagem não é uma variável neutra” (SCHNEIDER, 2013, p.81).

Ao considerarmos na leitura de *Os Sertões*, a formação científica, social e cultural do autor, bem como, às concepções narradas a partir dessa formação acerca do sertão, do sertanejo e da guerra que recebeu como missão cobrir e às concepções emergentes, quase antitéticas àquelas, elaboradas a partir da experiência da expedição à Canudos e vazadas na obra de modo a revelar o seu posicionamento político combativo, entendemos que a narrativa traduz o desejo de Euclides da Cunha de capturar e retratar a essência do sertão, do sertanejo e da guerra de Canudos. Para isso, o estilo da narrativa de Euclides da Cunha emprega teorias científicas, termos técnicos, afirmações contraditórias, paradoxos, metáforas, antíteses, ironias, ritmos e demais elementos da linguagem literária. Faz isso ao mesmo tempo em que revela o conflito de sentimentos, pensamentos e posicionamentos vivenciados pelo próprio Euclides da Cunha.

A partir dessa perspectiva, trazemos o que o autor escreve sobre a fisionomia e o comportamento dos sertanejos:

E’ desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo, reflecte no aspecto a fealdade typica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quasi gingante e sinuoso, apparenta a translação de membros desarticulados. Aggrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicencia que lhe dá um character de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavallo, se soffreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cae logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sella. Caminhando, mesmo a passo rapido, não traça trajectory rectilinea e firme. Avança celeremente, num bambolear caracteristico, de que parecem ser o traço geometrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cae logo — cae é o termo — de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilibrio instavel, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. (CUNHA, 1914, p.114 e 115)

Essa caracterização do sertanejo quanto a sua fisionomia e ao seu comportamento segue depois a afirmação de que ele “é um forte”. A descrição continua com a declaração de que lhe falta a “estrutura corretíssima das organizações atléticas”. Portanto, o que Euclides da Cunha realiza nessa passagem é uma construção da tessitura de uma apresentação antitética do sertanejo, que pode ser sintetizada na criada figura do “Hércules-Quasímodo”.

Antes de passarmos a analisar a forma e o conteúdo dessa figura, merece destaque dois fatores revelados a partir de sua composição: o primeiro é que, em razão dos conhecimentos que mobiliza para criá-la, o autor de *Os Sertões* evidencia a potência de seu arsenal cultural. Arsenal composto, além de, como já dito, conhecimentos científicos, por uma formação literária marcada. O segundo é que, pelo mesmo motivo, mas na perspectiva dos saberes necessários para entendê-la, a figura sinaliza, mais uma vez, que o público para o qual o livro se destina é com alto grau de instrução.

Como alegoria do sertanejo, a figura do “Hércules-Quasímodo” também consiste em uma figura de linguagem, o oxímoro. Caracterização que se dá a partir da combinação de atributos tidos, ao menos em um primeiro olhar, como opostos ao herói da mitologia grega e ao do célebre personagem de Victor Hugo. Ao conjugarmos a força sobre-humana de Hércules, filho de um deus, que também é belo, com a fisionomia disforme, grotesca do Quasímodo, que tem sua força física, como a de todo humano, limitada, chegamos a imagem do sertanejo. Imagem que apesar de forte, “reflecte no aspecto a fealdade typica dos fracos” (CUNHA, 1914, p.114).

Na análise individualizada de cada uma das personagens formadoras da figura Hércules-Quasímodo, temos como semelhança entre o sertanejo de Euclides da Cunha e o Quasímodo de Victor Hugo, a fealdade, como também a excepcionalidade. Anteriormente, destacamos que a afirmação de oposição das características do Hércules e do Quasímodo se dava com a ressalva de ser feita em um primeiro olhar. Aprofundando esse mesmo olhar, percebemos que, apesar de persistirem diferenças entre as personagens, como a aparência física (sendo o primeiro tido como belo e o segundo, como monstruoso), entre elas também existem semelhanças. Como é o caso da força, por exemplo. Principal característica do sertanejo que, segundo o próprio Cunha, é “antes de tudo, um forte”. E é justamente na força que se configura a excepcionalidade tanto do sertanejo quanto do Quasímodo.

A força, conforme Knust (2012), assim como a beleza, está relacionada à harmonia. Na narrativa de *Os Sertões*, tanto o sertanejo quanto o Quasímodo, apesar de apresentarem aparência física desarmônica, são fortes, física e moralmente. A força física do primeiro, ressaltada em diversos momentos do livro, pode ser sintetizada na coragem e no vigor com que os canudenses lutaram por seu

território. Especialmente seus últimos defensores, que não se renderam (CUNHA, 1914, p.611). Já a do segundo, na forma com que ele defendeu a catedral de Notre-Dame, seu lar, quando populares tentaram invadi-la. Assim, ambos são exceções de força na desarmonia, sendo a do sertanejo explicada na mestiçagem.

Outra característica compartilhada pelo personagem Quasímodo e o sertanejo de Canudos, construído narrativamente por Euclides da Cunha, é a distância existente entre eles e o movimento da vida em sua volta. Quasímodo perdeu a audição em razão do alto som do sino da catedral que ele tocava. O que tornou a sua comunicação com a sociedade parisiense, que já lhe excluía pela sua fealdade, ainda mais difícil. Já o mestiço do sertão, por se encontrar em um estágio evolutivo atrasado (CUNHA, 1914, p.111), era incapaz de, por exemplo, compreender a recém instaurada república. De acordo com Euclides da Cunha, “o jagunço é tão inapto para apprehender a fôrma republicana como a monarchico-constitucional. Ambas lhe são abstracções inacessíveis” (CUNHA, 1914, p.204).

Apesar dessa dificuldade de comunicação, ambos são fiéis e honestos. A fidelidade e honestidade do Quasímodo se mostra pela sua obediência ao padre Cláudio Frollo, que lhe criou dentro da igreja, e pelo cuidado e proteção que dedica à cigana Esmeralda. Já a do sertanejo, além da lealdade a Antônio Conselheiro possuída pelos Canudenses, há a honestidade com que os vaqueiros cuidam da propriedade de seu patrão. Ou seja, eles fazem a distribuição do que lhes é de direito conforme o acordado e ainda devolvem os animais perdidos pertencentes a outras fazendas (CUNHA, 1914, p.122).

Na passagem transcrita, a figura do Hércules-Quasímodo é antecipada por uma afirmação composta de uma sequência de três termos. Termos com conceitos abstratos colocados como características do sertanejo: “É desgracioso, desengonçado, torto” (CUNHA, 1914, p. 114). Caracterização imediatamente seguida por uma explicação também realizada a partir de termos com alto grau de abstração: “reflecte no aspecto a fealdade typica dos fracos” (CUNHA, 1914, p.114). Em seguida, como se para explicar em que consistia essa aparente fraqueza dos sertanejos afirmada por termos abstratos, construções com grau de figuratividade mais intenso são realizadas. Apresentação feita de modo a reproduzir no leitor uma percepção sensível do representado. Assim, no final da leitura do parágrafo, o leitor já consegue “ver” a figura icônica do sertanejo. Sertanejo caído “de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equiíbrio instavel, em que todo o seu

corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares” (CUNHA, 1914, p.115).

Além do efeito de iconicidade da passagem, merece destaque a valorização estética que o seu texto recebe pela forma com que é urdido. Já na primeira afirmação, temos acesso as primeiras “notas” de seu ritmo: “É desgracioso, desengonçado, torto” (CUNHA, 1914, p.114). O efeito estético dessa construção, por exemplo, se dá a partir da utilização de alguns recursos como: dois adjetivos que possuem mais do que significados próximos, possuem também sons semelhantes e pela quebra da sonoridade produzida por eles através da inclusão, sem o conector “e”, de um terceiro adjetivo. Adjetivo mais curto e formado em seu início por fonema distante dos dois anteriores, mas finalizado por um de sonoridade próxima. Essa elaboração imprime ritmo à passagem.

O aspecto estético do texto também é estabelecido, dentre outros recursos, por meio de uma marcação rigorosa de pausas através dos sinais de pontuação: vírgulas, ponto-e-vírgulas, pontos e travessões. Pontuações distribuídas ao longo do extenso parágrafo, de modo a quebrar sua monotonia. Outro recurso estético ao qual lança mão é a repetição do verbo cair. Especialmente na segunda vez em que é mobilizado em uma expressão apresentada entre travessões. Estratégia que intensifica ainda mais a ênfase já dada à frase por meio da sua repetição.

O parágrafo é finalizado com a valoração, por meio de mais uma antítese, da simplicidade do sertanejo “a um tempo ridícula e adorável” (CUNHA, 1914, p.115). Vê-se que, pela combinação desses adjetivos, naturalmente opostos “ridícula” e “adorável”, é reforçada a figura do Hércules-Quasímodo e a contradição permanente na representação do mestiço do sertão. Contradição que se explicita porque as características atribuídas ao sertanejo eram excessivamente paradoxais e porque as interpretações de Euclides da Cunha acerca das teorias científicas caminhavam em direções opostas a sua própria experiência no sertão.

Apesar de ser na passagem analisada que se inscreve a alegoria Hércules-Quasímodo, nela o sertanejo é representado predominantemente de uma maneira negativa. O autor de *Os sertões* descreve sua fealdade, sua postura abatida, seu andar desengonçado e sua fadiga permanente. Características que poderiam ser atribuídas ao lado “Quasímodo” do mestiço sertanejo.

Na sequência, porém, é trazida a sua transformação em “Hércules”.

Entretanto, toda esta apparencia de cansaço illude. Nada é mais surprehendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquella organisação combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o apparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadeiar das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Impertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os effeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréo canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobraimento surprehendente de força e agilidade extraordinarias. (CUNHA, 1914, p.115)

A representação da transformação do Quasímodo em Hércules é iniciada por uma frase isolada capaz de resumir toda uma reflexão ou descrição promovida em longa passagem do texto que a segue. Esse recurso, muito frequente em *Os Sertões*, é chamado por Corrêa (1978) de frase-síntese. No caso em questão, a frase “Entretanto, toda esta apparencia de cansaço illude” (CUNHA, 1914, p.115) funciona como uma espécie de fechamento da apresentação do caráter Quasímodo do sertanejo. Fechamento que funciona como abertura para a representação do seu caráter Hércules. A frase tem, pois, a funcionalidade narrativa de uma “ideia-força”.

Antes de fechar a análise dessa figura, no entanto, trazemos mais uma semelhança entre o sertanejo de Canudos e Hércules: a oposição entre os modos de vida dos dois em face da sociedade em que viveram. Knust (2012) explica que a “figura heroica de Héracles é problemática para o contexto da pólis, onde não há lugar nem para a força bruta, exterior por princípio ‘a natureza das questões políticas, nem para a grandeza excessiva” (KNUST, 2012, p.101). No mesmo sentido, Euclides da Cunha se posiciona acerca do sertanejo que se encontra em estágio evolutivo atrasado em face das exigências da civilização. Ou seja, na concepção do autor: ou ele progride, ou desaparece (CUNHA, 1914).

Assim, fechada a análise da figura do Hércules-Quasímodo, em ato contínuo, Euclides da Cunha reforça a sua autoridade de observador na representação do sertanejo. Faz isso ao conjugar o verbo “ver”, através do termo “surprehendedor”, e ainda declarar ter sido impactado por tal visão. O autor explica, em um parágrafo quase tão longo quanto o que traz o caráter Quasímodo do sertanejo, que a transformação do sertanejo ocorre sempre que um incidente lhe “exige energias adormecidas”. Nessa passagem, ele é trazido como “tabaréo canhestro” e figurado

com “aspecto dominador de um titã acobreado e potente”. Caracterização que o aproxima de Hércules.

Euclides da Cunha realiza uma descrição acerca da aparência “typica dos fracos” atribuída ao sertanejo antes da transmutação. A narrativa prossegue e é retratada uma mudança não só de comportamento, mas também de fisionomia do sertanejo, de maneira que se diferem a força do sertanejo, enquanto Quasímodo, da força do sertanejo, enquanto Hércules. Assim: a cabeça é firmada alta sobre os ombros, o olhar torna-se forte e desassombrado e os efeitos na aparência de um relaxamento excessivo dos órgãos são corrigidos. O impacto de tal transfiguração sobre Euclides da Cunha é reforçado nas suas palavras finais, onde mais uma vez ele se declara surpreendido. Surpresa agora pelo desdobramento de força e agilidade do sertanejo. Virtudes ainda qualificadas como “extraordinárias” por ele (CUNHA, 1914, p.115).

Ainda tratando da transmutação do sertanejo, diante de algum incidente que necessitou de suas forças até então adormecidas, é trazida a reação do sertanejo diante da dispersão do gado:

Collado ao dorso deste, confundindo-se com elle, graças á pressão dos jarretes firmes, realisa a criação bizarra de um centauro bronco: emergindo inopinadamente nas clareiras; mergulhando nas macegas altas; saltando vallos e ipueiras; vingando comoros alçados; rompendo, célere, pelos espinheiraes mordentes; precipitando-se, á toda brida, no largo dos taboleiros . . . (CUNHA, 1914, p.116)

A forma com que essa passagem é pontuada determina o ritmo da leitura e, em conjunto com as palavras que lhe constituem, orienta sua sonoridade. O uso de diversos verbos no gerúndio: “emergindo”, “mergulhando”, “saltando”, “vingando”, “rompendo” (CUNHA, 1914, p.116) causam efeito de movimento e continuação à ação narrada. A série de adjetivos, com dimensões de signos descritivos: “altas” (atribuído às macegas), “célere” (atribuído ao rompimento pelos espinheirais) e “mordentes” (atribuído aos espinheirais), possibilitam ao leitor criar uma imagem visual do narrado. Desse modo, o Euclides da Cunha potencializa seu poder de persuasão, ao possibilitar ao leitor “assistir” a perseguição do gado pelo sertanejo, todos os movimentos daquele “steep-chase” (CUNHA, 1914, p.116) e a transformação do vaqueiro preguiçoso (CUNHA, 1914, p.115) em “cavalleiro robusto” (CUNHA, 1914, p.116).



Ao lançar mão de recursos estéticos, o autor em questão se mostra capaz de evocar imagens sensoriais. Por exemplo, nessa mesma passagem em que compara, narrando a perseguição do gado disperso, a harmonia entre homem e cavalo à figura do centauro. Ou seja, uma criatura mitológica grega com cabeça, braços e dorsos humanos e com corpo e pernas de cavalo. Assim, o autor constrói uma significativa imagem. Além disso, essa insistência no uso de figuras mitológicas para representar o sertanejo, que também é apresentado como Hércules e titã, por escolha pessoal e estilística de Euclides da Cunha, pode ser entendida como elemento de figuração do mistério que cerca esse mestiço. Mestiço que tanto se destoa das leis científicas quanto de sua própria aparência. Para nós, essas estratégias criativas seriam um meio de defender sua tese<sup>27</sup>, aparentemente tão frágil diante dos conhecimentos e linguagens próprios da ciência.

Outro fator desse excerto que merece ser destacado é a exteriorização sem disfarces dos juízos de valor do autor. Provavelmente isso ocorre em razão da autoridade que julga ter por narrar a partir de sua experiência no sertão baiano. Assim, adjetiva de bizarra a criação do já abordado centauro e o define como áspero e tosco através do adjetivo “bronco”. Esse último, no entanto, pode ser entendido pela pequenez e fragilidade do cavalo anunciadas logo em seguida. Apesar da passagem em análise tratar da transmutação do sertanejo diante de algum incidente. Incidente que necessitou de suas forças, até então adormecidas. O foco do autor, contudo, ainda permanece na força desse mestiço. Assim, entendemos que tal figuração imagética antropozoomórfica do centauro pode ser compreendida como uma representação que evoca a relação íntima do sertanejo com a natureza, a partir de sua lida com os animais.

Euclides da Cunha parecia buscar decifrar a essência do mestiço do sertão e ainda defendê-lo como cerne da nacionalidade brasileira. Para isso, o analisa sob diversos critérios. A sua relação com a natureza é um deles. Nessa passagem temos a harmonia entre sertanejo e cavalo na perseguição do gado disperso, o que entendemos como mobilização pelo primeiro da natureza a seu favor. Embora existam outras no mesmo sentido, especialmente que abordam a luta entre sertanejos e soldados, que abordaremos adiante, na figuração em tela prevalece o

---

<sup>27</sup> Tese sobre a “formação das raças brasileiras” onde o Euclides da Cunha combate vários cientistas de sua época defendendo o mestiço sertanejo como uma raça emergente. Emergente em função do seu isolamento. Sertanejo que, para ele, depois de “civilizado”, seria o brasileiro por excelência.

afirmado: “o homem dos sertões [...], mais do que qualquer outro, está em função imediata da terra” (CUNHA, 1914, p.141).

É nesse sentido que, após representar o gaúcho, já o contrastando com o jagunço, Euclides da Cunha faz uso de antíteses e narra as terras sertanejas em tom trágico. O vaqueiro é inserido nessa atmosfera de maneira a sugerir essa dependência do mestiço do sertão em relação à terra:

O vaqueiro, porém, criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias — tendo sobre a cabeça, como ameaça perenne, o sul, arrastando de envolta, no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças. Atravessou a mocidade numa intercadência de catastrophes. Fez-se homem, quasi sem ter sido criança. Salteou-o, logo, intercalando-lhe agruras nas horas festivas da infancia, o espantinho das seccas no sertão. Cedo encarou a existencia pela sua face tormentosa. E' um condemnadoá vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem treguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergencia de todas as energias. Fez-se forte, esperto, resignado e pratico. (CUNHA, 1914, p.118)

A antítese aqui não se faz presente apenas se considerarmos essa passagem em conjunto com a que lhe antecede, a representação do gaúcho. Como evidenciado pelos termos “porém” e “condições opostas”, trazidos na primeira linha, a sua construção, como ocorre com grande frequência no texto *Os Sertões*, se deu a partir do narrado sobre o gaúcho. Sujeito que, segundo ele, “desperta para a vida amando a natureza deslumbrante que o aviventa; e passa pela vida, aventureiro, jovial, diserto, valente e fanfarrão, despreoccupado, tendo o trabalho como uma diversão”. (CUNHA, 1914, p.117). Enquanto o sertanejo tem o sol como ameaça perene e “cedo encarou a existencia pela sua face tormentosa [...] compreendeu-se envolvido em combate sem treguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergencia de todas as energias”. (CUNHA, 1914, p.118). O jogo antitético dos contrastes também é mobilizado para figurar as condições adversas de vida que formaram esse tão “paradoxal” sertanejo: “horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias” (CUNHA, 1914, p.118). Condições para as quais a natureza é fator determinante e a seca, a chave.

De modo poético, o vaqueiro é apresentado a partir da sua infância e mocidade. Ou melhor, da sua passagem por elas sem muito vivenciá-las, em razão dos “períodos sucessivos de devastações e desgraças” trazidos pela seca. Fugacidade que, se tratando da mocidade, é vazada pelo verbo “atravessou”

(CUNHA, 1914, p.118) e, se tratando da infância, é afirmada de forma direta: “Fez-se homem, quasi sem ter sido criança” (CUNHA, 1914, p.118).

Entretanto, rompendo as figurações poéticas da situação do sertanejo, o autor, de forma curta e direta, lança o que parece ser seu próprio julgamento: “É um condenado á vida” (CUNHA, 1914, p.118). Cunha, voltando a fazer uso das frases-sínteses, demonstra admiração pelo que se tornou aquele sujeito nascido e formado em condições tão adversas. O escritor afirma, em tom categórico: “Fez-se forte, esperto, resignado e pratico” (CUNHA, 1914, p.118). Tal julgamento evidencia a parcela da estrutura de sentido/sentimento mais vinculada ao seu pensamento científico. Em outro momento, valorando positivamente o sertanejo, Euclides da Cunha afirma que a seca não o apavora e escreve sobre as experiências realizadas por esse mestiço. Experiências com o objetivo de prever a chegada da chuva. Aqui, o homem da ciência demonstra, mais uma vez, seu encanto pelo “não civilizado” sertanejo. Encanto demonstrado após ele descrever o funcionamento da experiência e ressaltar o seu caráter supersticioso. Entretanto, valora-a como “belíssima e aceitável”. Valoração que, apesar de feita com ressalvas, é gerada justamente a partir de seus conhecimentos científicos.

Ainda tratando da seca, a narrativa euclidiana se apropria da religiosidade do sertanejo para construir suas figurações. Isso porque traz em sua narrativa a ideia de que, por ter consciência de sua dependência e fraqueza em relação à terra seca e quase sempre árida, mais forte se torna o seu apego e apelo ao divino. Tal religiosidade é outro tema que recebe atenção constante na obra de Euclides da Cunha. Especialmente a partir da participação de Antônio Conselheiro e de suas práticas religiosas. Tanto que muitos estudiosos sintetizam a explicação da resistência apresentada pelos sertanejos na guerra travada contra os militares por meio da crença. Crença que os sertanejos nutriam de que Canudos era a terra da promessa e de que, por isso, morrer defendendo-a lhes garantiria a salvação da alma.

No entanto, para nós, neste momento, a fim de compreendermos o sertanejo representado por Euclides da Cunha, mais do que sobre os efeitos da religiosidade sertaneja ou sobre suas práticas, interessa refletir acerca da percepção apresentada pelo autor de *Os Sertões* sobre ela:

Insulado deste modo no paiz que o não conhece, em lucta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinaria, nomade ou mal fixo á terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade organica para se afeiçãoar á situação mais alta.

O círculo estreito da actividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psychico. Está na phase religiosa de um monotheismo incomprehendido, eivado de mysticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do indio e do africano. E' o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo credulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma analyse destas revelaria a fusão de estadiosemocionaesdistinctos.

A sua religião é como elle — mestiça. (CUNHA, 1914, p.139)

Voltamos a perceber os referenciais científicos no texto de Euclides da Cunha. Ou melhor, percebemos o retorno de alguns argumentos anteriormente construídos para defender cientificamente o reconhecimento do sertanejo como um mestiço diferente dos outros: retrógrado, não um degenerado (CUNHA, 1914, p.111). Euclides da Cunha promove, assim, um amálgama entre a orientação científica então vigente sobre a formação das raças e uma compreensão da religiosidade. Olhar que, longe centrar-se na alteridade ou na compreensão da cultura sertaneja, tem a função principal de sustentar sua proposta civilizadora que aponta sempre um *dever* para o mestiço. Mestiço que, caso não se efetive por meio de sua civilização, será aniquilado.

É possível inferir que Euclides da Cunha parte da ideia da aniquilação pela guerra, já conhecida no momento de sua escrita, para “ajustar” sua tese sobre as raças. Precisamos ressaltar que, segundo ele, a falta de contato com uma “cultura de empréstimo” (CUNHA, 1914, p.112) teria proporcionado aos sertanejos condições de se constituírem fisicamente e forte, o que possibilita alcançarem a vida autenticamente civilizada no futuro. A plasmagem entre homem, natureza e cultura se completa à medida que Cunha narra o abandono em que vive o sertanejo: “Insulado deste modo no país, que o não conhece” (CUNHA, 1914, p.139).

Agora, no entanto, sem anular o caráter benéfico de tal isolamento, é explorado o caráter “negativo”, na visão do autor, de tal fator na evolução do sertanejo. Sujeito que, também em relação ao meio adverso em que vive, não tem, se tratando de religião, “por bem dizer, ainda capacidade orgânica de se afeiçãoar a situação mais alta” (CUNHA, 1914, p.139). E mais uma vez Euclides da Cunha mobiliza uma frase síntese que resume toda sua “explicação científica”: “A sua religião é como ele – mestiça” (CUNHA, 1914, p.139).

Desse modo, com base nos parâmetros da sociedade em que está inserido, o autor julga negativamente a religião do sertanejo. Mas, mobilizando a noção científica concernente à mestiçagem, se posiciona no sentido de que tal característica do sertanejo é apenas uma fase, o que fica sinalizado pela presença da palavra “ainda”, e mesmo toda a frase, retornando ao presente, em que afirma não ter o sertanejo capacidade orgânica para se afeiçoar à situação mais alta do que a que se encontra. São figurações de um eterno *devir*. Assim, sutilmente critica o país por não conhecer o sertanejo, o que, em nosso entendimento, funciona como argumento retórico de Euclides da Cunha em defesa do seu projeto de civilizar o sertão e do reconhecimento do sertanejo que “É um retrogrado; não é um degenerado” (CUNHA, 1914, p.111) como cerne da nacionalidade brasileira. Defende que tanto o sertanejo quanto sua luta devem ser re-conhecidos.

Ao defender em *Os Sertões* o re-conhecimento do sertanejo e de sua luta, Euclides da Cunha também possibilita o re-conhecimento de Canudos. Território construído por esse mestiço “forte” e “de fé ingênua” forjado pela terra. Território percebido pelo engenheiro do litoral como, dentre outros, “tapera colossal” (CUNHA, 1914, p.184), “*urbs* monstruoso” (CUNHA, 1914, p.184), “*civitas* sinistra do erro” (CUNHA, 1914, p.184) e, finalmente, “mysteriosa cidade sertaneja” (CUNHA, ano, p.395). Na verdade, entendemos, com base na narrativa de Euclides da Cunha, que é a partir deste território, sobretudo tendo como diretriz tais denominações, que muito do sertanejo é revelado e sua luta compreendida, razão pela qual buscaremos refletir sobre ele guiados por essas denominações e demais elementos que apontam para a percepção pelo autor de Canudos como uma cidade.

#### 4. A LUTA: ENTRE O SERTÃO E O LITORAL

Segundo Amado (1995), nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, “sertão” se constituía como uma categoria essencial para as construções historiográficas que possuíam como tema a nação brasileira. Entranhada na história brasileira, essa categoria tem significados importantes e variados. Os quais não são apenas mobilizados na obra de Euclides da Cunha, mas, em parte, também consolidados por meio dela.

Desde cedo, “sertão” constituiu-se através do pensamento social como uma categoria de entendimento do Brasil. Inicialmente na condição de colônia portuguesa e depois do século XIX, como nação (AMADO, 1995, p.146). No período da independência, em síntese, “sertão” ou “certão”, palavras utilizadas tanto no singular quanto no plural, como explica Amado (1995), consistia no Brasil, em noção carregada de significados, como “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral de natureza ainda indomada, habitada por índios e animais. Assim como, terras sobre as quais as autoridades leigas e religiosas detinham informações insuficientes e pouco controle. Sobre isso, nos fala Amado:

Nesse sentido, ‘sertão’ foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vazios, desconhecidos, longínquos e pouco habitados – acrescentados de outros semelhantes aos primeiros e derivados deles, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira. (AMADO, 1995, p.148)

Assim, conforme essa autora (1995), no Brasil colônia, “sertão” designava qualquer espaço amplo, desconhecido, longínquo, desabitado ou pouco habitado, tal como usado em Portugal. Mas, o termo também adquiriu significado novo, específico, vinculado ao ponto de observação do sujeito que utilizava tal categoria, geralmente um colonizador. Amado explica que, em detrimento dos colonizadores concentrarem as atividades econômicas mais significativas, construiram núcleos urbanos importantes e instalaram instituições no litoral do Brasil, este tenha sido o ponto de observação privilegiado por muito tempo. De modo que, a ideia de sertão foi constituída, no país, a partir do seu contraponto ao litoral.

Dessa forma, “sertão” e “litoral” se constituíram no Brasil um em função do outro. São assim, categorias complementares e opostas. O sertão, como visto, não era só o espaço do interior da colônia, mas também o desconhecido, perigoso, dominado pela natureza bruta e habitado por bárbaros e hereges. Ele era, portanto, o lugar onde não havia chegado a civilização e a cultura. Ao passo que o litoral, como explica Lima, T. (2009), “[...] não significava apenas a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização” (LIMA, 2009, p.115). Ele era, assim, o espaço conhecido, delimitado e ainda que também habitado por índios e negros, dominado pelos brancos.

Deste modo, não apenas “sertão”, mas também “litoral” foi transformado em categoria constantemente mobilizada na construção de entendimentos da nação brasileira. Especialmente no que tange a discussão da dualidade entre as duas categorias. A narrativa de Euclides da Cunha é um exemplo disso. Na base de *Os Sertões* está presente a oposição litoral/sertão, civilização/barbárie, cultura/natureza. Dualidade realizada não só de maneira implícita, pelo fato de seu autor, homem do litoral, experienciar, presenciar e escrever sobre o sertão, mas também pela forma como essa se deu. Isto é, com a mobilização expressa de elementos do “litoral” para interpretar, perceber e construir narrativamente o “sertão”.

No “sertão” de Euclides da Cunha conseguimos perceber a diversidade e a amplitude de definições atribuídas ao termo e até contradições existentes entre elas. Assim, logo no início da obra, ao narrar a viagem ao sertão baiano que teria realizado para cobrir a guerra de Canudos, o autor escreve: “E o facies daquelle sertão inhospito vai-se esboçando, lenta e impressionadoramente...” (CUNHA, 1914, p.13). Tal construção, através da afirmação de que durante o percurso para Monte Santo, o sertão se esboçava lentamente, indica a utilização da categoria “sertão” como um lugar longínquo e que, por isso, se revelava aos poucos. Já a afirmação de que esse esboço se dava de forma impressionante, acusa para o uso de “sertão” como um espaço desconhecido, e que, portanto, causava surpresa e impressionava. A sua adjetivação como inóspito, ou seja, a sua classificação como local que apresenta más condições de vida, por sua vez, aponta, na visão de um homem do litoral, para um espaço onde a natureza ainda é indomada pelo homem. Ou seja, a primeira vez em que escreve o termo “sertão” em seu livro, Euclides da Cunha o faz mobilizando os mesmos sentidos atribuídos a essa categoria durante o Brasil colônia.

Na verdade, o papel de colonizador é assumido em diversas vezes pelo autor em seu livro, assim como atribuído aos militares da campanha de Canudos. Na nota preliminar da obra isso fica evidente quando, como se realizasse um desabafo ao introduzir o que chama de denúncia de um crime, o escritor afirma:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica — o tempo. (CUNHA, 2015, p.19)

Apresentando a campanha de Canudos como um possível primeiro ato em prol da civilização do sertão, no excerto em análise, o autor aponta não ser a guerra o caminho ideal para o alcance desse projeto em que acreditava e somaria forças através de seu livro. Euclides da Cunha explica não diminuir o papel de colonizadores assumido pelos homens do litoral em ação no sertão mesmo o fato de pertencerem a uma mesma nação que os sertanejos.

Para sustentar esse papel de colonizadores assumido pelos homens do litoral, ele alega a ausência no Brasil de uma identidade nacional e a influência de ideais e até a utilização de instrumentos europeus pelos homens “civilizados” do país, o que lhe leva a concluir: “tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes”, e assim, indicar o desconhecimento por parte dos brasileiros de sua própria história, cultura e identidade. Também reforça a utilização da categoria “sertão” com o mesmo significado utilizado durante o Brasil colonial e antecipa a ideia desenvolvida ao longo das centenas de páginas de *Os Sertões* e que fundamenta o seu projeto civilizador: o sertanejo “E” um retrógrado ; não é um degenerado” (CUNHA, 1914, p.111).

Ainda nesse sentido, o autor qualifica o sertão como “adusto” (p.15) e “ignoto” (p.21). E, coerentemente a afirmação de Amado (1995) quanto ao tratamento do sertão no período da independência como “terras sem fé, lei ou rei”, Euclides da Cunha constrói narrativamente um sertão em que se percebe pouca influência da igreja católica enquanto instituição e pouca atuação por parte do Estado.

Como elementos dessa construção narrativa, destacamos o episódio em que Antônio Conselheiro, ao se revoltar contra a cobrança de impostos em Bom



Conselho, “Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as taboas numa fogueira, no largo. Levantou a voz sobre o <<auto-de-fé>>, que a fraqueza das auctoridades não impedira, e prérgou abertamente a insurreição contra as leis” (CUNHA, 1914, p.180). E, tratando especificamente de Canudos, destacamos a sua apresentação como um “logar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a acção do governo maldicto” (CUNHA, 1914, p.182). Além do episódio em que os moradores de Canudos, desagradados pelo conteúdo das pregações realizadas pelos últimos missionários da igreja católica que chegaram à cidade antes da guerra, expulsaram seus representantes (CUNHA, 1914, p.213).

A insuficiência de informações sobre o sertão também é um outro aspecto explorado na construção narrativa do sertão por Euclides da Cunha. Exemplo disso é a afirmação: “De sorte que sempre evitado, aquelle sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo” (CUNHA, 1914, p.27). Bem como, a abordagem que se dá na narrativa à atuação dos militares e do governo na Campanha de Canudos. Segundo Cunha, os militares partiam para Canudos “[...] sem recursos indispensáveis a uma travessia de 200 kiilometros [saindo de Uauá], em terreno agro e despovoado” (CUNHA, 1914, p. 228), fardados de forma indevida para marchas na caatinga (CUNHA, 1914, p.379) e com armamentos que sobrecarregavam sua musculatura, tornando ainda mais dificultosa essa marcha (CUNHA, 1914, p.378).

Já o governo agia, segundo ele, “[...] desdenhando os antecedentes da questão, o governo da Bahia não lhe deu a importância merecida” (CUNHA, 1914, p.225):

“[...] affirmou <<serem mais que sufficientes as medidas tomadas para debellar e extinguir o grupo de fanáticos e não haver necessidade de reforçar a força federal para tal diligência, pois as medidas tomadas pelo commandante do districto significavam mais prevenção que receio>>; e additava <<não ser tão numeroso o grupo de Antonio Conselheiro, indo pouco além de quinhentos homens, etc>> (CUNHA, 1914, p.246).

O resultado dessa negligência oficial foi uma fuga com imagem de derrota já na primeira expedição (CUNHA, 1914, p.235).

Ademais, explorando a influência do ponto de observação do enunciador da palavra “sertão”, outros sentidos são dados à categoria no desenvolver da obra.

Significados específicos vinculados, em alguns momentos, ao ponto de observação dos sertanejos de Canudos e, em outros, ao ponto de observação de Euclides da Cunha enquanto testemunha ocular. Isto é, homem do litoral que tem pontos de observações alternados à medida em que experiencia e presencia aquele território até então por ele desconhecido.

O sertão é descrito de forma diversa àquele primeiro local apresentado como impróprio à vida (CUNHA, 1914, p.47) ainda na primeira parte do livro. Parte em que Euclides da Cunha constrói o cenário em que se desenrolou a campanha de Canudos e o trajeto que o teria conduzido até lá. Ao escrever sobre a chegada das chuvas no sertão, o autor o aponta como “um paraizo” (p.48): “[...] um valle fértil. E um pomar vastissimo, sem dono” (CUNHA, 1914, p.51).

Essa descrição positiva, no entanto, não perdura. Ao construir narrativamente sua experiência no sertão, a dos militares ou a dos próprios sertanejos a partir de seu olhar de homem do litoral, Euclides da Cunha volta a lhe atribuir adjetivos negativos, como “asperrimo” (CUNHA, 1914, p.255), “lugubres” (CUNHA, 1914 p.484) e “maninho e bruto” (CUNHA, 1914, p.484). Ou seja, adjetivos que carregam sentidos opostos à ideia de paraíso e vida trazida acima.

No entanto, ao construir narrativamente o sertão a partir do olhar dos sertanejos, especialmente Canudos, ele o apresenta como o lugar de uma vida melhor, volta a ser, portanto, um paraíso na narrativa, apesar da seca. A partir do que seria a visão deles, o sertão é então apresentado através de sua topografia como a própria imagem do céu: “A sua topographia interessante modelava-o ante a imaginação daquellas gentes simples como oprimeiro degráo, amplíssimo e alto, para os ceus...” (CUNHA, 1914, p.183).

Euclides da Cunha, contrastando essa imagem concebida pelos sertanejos acerca de Canudos, apresenta sua visão sobre esse mesmo lugar através da figura do inferno. No entanto, como se antecipasse uma compreensão, ainda que não sólida, adquirida a partir do que presencia e experiencia no sertão baiano, quanto ao que aquele lugar representava para os sertanejos, apesar de emitir diversas críticas ao seu aspecto e aos modos de vida dos canudenses, escreve: “E quasi comprehendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingenua, acreditassem que << alli era o ceu... >>. (CUNHA, 1914, p.24).

Assim, ao demonstrar compreender, ou ainda quando aponta não compreender, ao esboçar perceber o que o sertão de Canudos significava para os

sertanejos, Euclides da Cunha constrói em seu livro o “sertão”, especialmente de Canudos, como um espaço do outro. Um espaço, por excelência, da alteridade, como ocorria para o colonizador, conforme Amado (1995). Pois, ao fazer uso daquelas que seriam suas próprias percepções, sobre o espaço que experienciava e presenciava pela primeira vez, na construção narrativa do sertão, Euclides da Cunha o aponta como o território do sertanejo. Mas, quem era esse sertanejo? Quem era esse outro detentor do sertão “[...] senão o próprio eu invertido, deformado, estilizado?” (AMADO, 1995, p.5).

Indo ao encontro desse entendimento, já na nota preliminar de *Os Sertões*, temos que os mestiços do sertão e os mestiços do litoral são filhos do mesmo solo. Apesar disso, Euclides da Cunha constrói um a partir das diferenças que aponta em relação ao outro, sejam elas físicas ou culturais. Estas diferenças são justificadas na sua narrativa, dentre outras, pelo processo de povoamento distinto a que teriam passado litoral e sertão e que teria resultado em um mestiço proteiforme no litoral e um uniforme no sertão (CUNHA, 1914, p.107); e pelas exigências desproporcionais que uma “cultura de empréstimo” realizava sobre o primeiro, enquanto o último permanecia isolado (CUNHA, 1914, p.107).

O sertão era considerado “terra sem fé, sem rei ou lei” porque no litoral as cidades possuíam órgãos aos quais, mesmo sendo mal constituídos, se impunham funções altamente complexas (CUNHA, 1914, p.107). A civilização de empréstimo iludia e copiava tudo o que de melhor existia nos códigos orgânicos de outras nações (CUNHA, 1914, p.189), a igreja católica se mostrava forte enquanto instituição e havia uma organização intelectual e política, embora imperfeita ou incompreendida (CUNHA, 1914, p.291).

Apesar disso, pela narrativa de Euclides da Cunha, a guerra de Canudos e os episódios que se desprenderam dela “Revelou que pouco nos avantajávamos aos rudes patricios retardatarios” (CUNHA, 1914, p.363). Para fazer tal afirmação, o escritor descreve a prática de atos que classifica como de selvageria pelos sertanejos e, objetivando “fixar, de relance, símiles que se emparelham na mesma selvaticidade” (CUNHA, 1914, p.362), escreve aquela que teria sido a reação dos civilizados homens do litoral ao terem conhecimento da derrota da terceira expedição e da morte de Moreira César, fatos que eram divulgados nos jornais vinculando a ideia de que “A Republica estava em perigo; era preciso salvar a Republica. Era este o grito dominante sobre o abalo geral...” (CUNHA, 1914, p.360):

<<Já era tarde e a excitação do povo augmentava na proporção de sua massa sempre crescente; assim nesta indignação lembraram-se dos jornaes monarchistas, e todos por um, em um ímpeto de desabafo, foram ás redacções e typographias dos jornaes *Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*, e, apesar de ter a polícia corrido para evitar qualquer assalto a esses jornaes, não chegou a tempo de evital-o, pois a multidão aos gritos de viva a Republica e á memória de Floriano Peixoto invadiu aquelles estabelecimentos e destruiu-os por completo, queimando tudo. >>  
 << Então começaram a quebrar e inutilisar tudo quanto encontraram, atirando, depois, os objectos, livros, papeis, quadros, móveis, utensílios, taboletas, divisões, etc., para a rua de onde foram logo conduzidos para o largo de S. Francisco de Paula, onde formaram uma grande fogueira, ficando outros em montes de destroços na mesma rua do Ouvidor. >>  
 (CUNHA, 1914, p.361-362).

Comparando o cenário da guerra no sertão “esquecido” (CUNHA, 1914, p.11) com a rua do ouvidor, considerada a rua mais importante da cidade do Rio de Janeiro na época, onde se localizava a maioria dos jornais e primeiro recebia as novidades vindas da Europa, Euclides da Cunha, narrando o episódio transcrito, traz que os homens do litoral, eram os próprios sertanejos, conduzidos pela selvageria.

Mas, para o autor, parece ser esperado que os sertanejos, isolados no tempo e no espaço, fizessem o que, segundo sua narrativa, teriam feito: “bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de engeitar cerca de tres seculos, procurava leval-o para os deslumbramentos da nossa edade dentro de um quadrado de bayonetas, mostrando-lhe o brilho da civilisação atravez do clarão de descargas” (CUNHA, 1914, p.363). Entretanto, não podia ser esperado que homens tidos como civilizados invadissem e queimassem jornais, destruíssem móveis e utensílios no meio da mais importante rua da cidade.

Assim, Euclides da Cunha escreve quanto à guerra de Canudos de modo a parecer entender, em determinados momentos, que “O mal era maior. Não se confinara num recando da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitaes do littoral” (CUNHA, 1914, p.362). Ele escreve não mais como se o “eu” deformado fosse os “rudes patrícios” do sertão, mas sim os homens do litoral que, “illudidos” (CUNHA, 1914, p.205), sofreram influências de uma cultura de empréstimo (CUNHA, 1914, p.107). A partir disso, o autor trabalha em prol da civilização e da construção de uma identidade nacional, tratando o sertanejo como o cerne da nacionalidade brasileira (CUNHA, 1914, p.597). Por conseguinte, trata o sertão como o lugar de um “outro” que na verdade era um “eu” atrasado, mas não degenerado (CUNHA, 1914, p.107). Indicando condenar a destruição de Canudos, o autor conclui que: “Aquelle

affloramento originalissimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um bello ensejo para estudarmol-as, corrigirmol-as ou annullarmol-as. Não entendemos a licção eloquente”. (CUNHA, 1914, p.364).

#### 4.1. Projeto civilizador: Da guerra de Canudos à obra de Euclides da Cunha

O ideal civilizador presente em *Os Sertões* aparece logo em sua nota preliminar, onde se tem escrito:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável “força motriz da história” que Gumplowicz, maior do que Hobbes lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã — tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica — o tempo.

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado (CUNHA, 2015, p.19).

Euclides da Cunha, se fundamentando em Gumplowicz, traz em seu livro a história como uma luta de raças que, inevitavelmente, resultaria na derrota do mais fraco. A partir disso, ele defende que os sertanejos, que afirmava como retardatários, seriam extintos no futuro (CUNHA, 2015, p.19), com o avanço da civilização nos sertões.

Seguindo nessa linha de pensamento e contradizendo ideias diversas a essa, mas também presentes em sua narrativa, como a que classifica a guerra de Canudos como instrumento de barbárie, e após até definir a campanha, nas linhas seguintes ao excerto anteriormente transcrito, como um crime “na significação integral da palavra” (CUNHA, 2015, p.19), na terceira parte de *Os Sertões*, intitulada *A Luta*, o autor concede já à própria guerra um sentido de “missão civilizadora”:

Toda aquella campanha seria um crime inutil e barbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos á artilharia para uma propaganda tenaz, continua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar á nossa existencia aquelles rudes compatriotas retardatarios. (CUNHA, 1914, p.524)

Ocorre que, como explica Murari (2007), Euclides da Cunha, conforme aponta sua narrativa, considerava a guerra uma barbaridade e um crime. Entretanto, concedia tanto valor à civilização que, ao tomar como inevitável a extinção dos sertanejos, a entende como um instrumento aceitável para a realização do que já era certo: a eliminação dos brasileiros retrógrados, caso isso contribuísse para a civilização.

Euclides da Cunha combina vicissitudes históricas com a instabilidade de complexos de fatores múltiplos e a, defendida por ele, deplorável situação mental do sertanejo para fundamentar a afirmação de estar próximo o desaparecimento do sertanejo ante as exigências crescentes da civilização e da concorrência material intensiva das correntes migratórias (CUNHA, 1914 p.1). Ao longo da sua narrativa, ele figura de diversas maneiras o que chama de situação mental deplorável do sertanejo, como pela religiosidade sertaneja pautada em superstições que o teriam levado à cristalização de uma “fórmula superior das esperanças messiânicas” (CUNHA, 1914, p.156) e na suposta inaptidão dos sertanejos de Canudos para aprender tanto a forma republicana como a monárquico-constitucional (CUNHA, 1914, p.118), mesmo trazendo como justificativa oficial da guerra a consideração de Canudos como ameaça à república.

No entanto, essa ideia de que os sertanejos se encontravam em deplorável situação mental, assim como a de que raças fracas são eliminadas por raças fortes faziam parte dos princípios civilizadores do autor. Como apontado no primeiro excerto transcrito neste tópico, e através das citações à Gumplowicz e Hobbes, percebe-se que os princípios civilizadores dos militares, dos governantes envolvidos na guerra e da população que a apoiava eram oriundos de teorias científicas e modos de vida desenvolvidos na Europa. Isso explica o sentido de “missão civilizadora” imputado à guerra em alguns momentos de *Os Sertões* e o apontamento dela como um instrumento aceitável para a realização de uma ação inevitável. Contudo, também explica o apontamento realizado pelo autor, na mesma obra, da guerra como um crime. Destacamos, entretanto, que esse apontamento se deu após a experiência de Euclides da Cunha no sertão baiano.

Confirmando essa influência externa no desenvolvimento de seus ideais, Euclides da Cunha compara a situação do Brasil com o processo que teriam passado outros países, onde a estabilidade racial atingida ao longo do tempo teria conduzido a um aprimoramento institucional, material e cultural que levou seus

países à civilização moderna. O autor, após fazer uma análise da formação do povo brasileiro, defende que no Brasil o processo deveria ser inverso: Para que a evolução biológica fosse alcançada, em sua opinião, era preciso que se evoluísse socialmente, ou seja, que se civilizasse (CUNHA, 1914, p.70). A civilização é então trazida na obra como uma necessidade do país pois, segundo Euclides da Cunha: “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados á civilisação. Ou progredimos, ou desaparecemos. A afirmativa é segura” (CUNHA, 1914, p.70).

Porém, merece ser destacado que, mesmo continuando a tratar a civilização do sertão como uma necessidade, ao experienciar e presenciar o sertão e o sertanejo, Euclides da Cunha, como visto nos capítulos anteriores, passa a ter uma percepção distinta desse território e de sua população. Ambos alheios ao progresso e à civilização - nos parâmetros civilizadores europeus.

Ao construir narrativamente o sertão baiano e, de maneira especial, o sertão de Canudos, o qual afirmou consistir em “um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida” (CUNHA, ano, p.20), Euclides da Cunha exerceu sobre ele um domínio que nos remete à formação de um território, uma vez que essa categoria, na perspectiva dos mais diversos estudiosos ou em suas diferentes dimensões, costuma ser relacionado ao poder.

Nesse sentido, temos que Euclides da Cunha fixa os limites daquele sertão ao apontar as serras e os rios que lhe contornavam, conforme o que poderia ser visto do alto da serra de Monte Santo (CUNHA, 1914, p.22). Assim, em mais uma ação de domínio, ele realiza uma espécie de catalogação das espécies de sua flora (CUNHA, 1914, p.42). Em boa parte de *Os Sertões*, o autor indica interpretar o que teria percebido em Canudos, o que é mais uma ação de poder, lhe atribuindo sentidos formados a partir de seus parâmetros de homem civilizado, seja daquilo que vivenciava litoral ou do que conhecia a partir de teorias científicas. Exemplo disso é construir uma classificação do sertão a partir dos estudos de Hegel, de modo a nomeá-la de “uma categoria geográfica que Hegel não citou” (CUNHA, ano, p.30).

Apesar disso, a narrativa de Euclides da Cunha traz mais do que elementos que apontam para a interpretação do autor e para a atribuição por ele de sentidos ao que experienciou. Há em *Os Sertões* momentos que indicam que o que o autor teria

presenciado teria despertado nele sentimentos e sensações físicas. Algumas, inclusive, parecem ter sido partilhadas com os próprios sertanejos:

Quando aquellas lufadas, cahindo a subitas, se compunham com as columnas ascendentes, em remoinhos turbilhonantes, á maneira de minusculos cyclones, sentia -se, maior, a exsiccação do ambiente adusto: cada particula de areia suspensa do solo gretado e duro irradiava em todos os sentidos, feito um fóco calorifico, a surda combustão da terra. (CUNHA, 1914, p.31.)

O efeito da secura do clima e do solo do sertão sobre o corpo é uma dessas sensações físicas que a narrativa de Euclides da Cunha sugere experimentada pelo autor, como no excerto acima transcrito, e sentida, quase que de forma constante pelos sertanejos.

No caso de Euclides da Cunha, temos no excerto em análise o termo “sentia-se” e a expressão “irradiava em todos os sentidos” como indicadores do alcance dos sentidos físicos e dos sentimentos do autor pela experiência que teria vivido no sertão baiano. O seu início já com a menção a um fenômeno da natureza conhecido pelo homem primeiro através dos sentidos: o vento, indica que sua construção se dá muito mais pela exploração de sensações do que pela interpretação.

Nesse momento da narrativa, Euclides da Cunha ainda faz uso de elementos que provocam o entendimento de que o alcance dos sentidos físicos dele em Canudos se deu de forma intensificada. Intensidade ocasionada em razão do mencionado fenômeno natural, o que é apontado pelo advérbio “quando” em associação à expressão “sentia-se, maior”, e pela forma com que teria se dado sua ocorrência: em momento inesperado, o que é apontado pela expressão “cahindo a súbitas”, e com tanta força que é comprado à “minusculos cyclones”.

É com essa abordagem que se tem apontado o impacto que, de fato, o ambiente seco e quente causava sobre os sujeitos que com ele se relacionavam, inclusive os sertanejos. Euclides da Cunha, naquele momento, como explicado, teria sofrido esse impacto com maior intensidade em razão do fenômeno natural da ventania: “sentia-se, maior, a exsiccação do ambiente adusto: cada particula de areia suspensa do solo gretado e duro irradiava em todos os sentidos”.

Mas, a provocação pelo sertão e, de forma especial, por Canudos, de sensações físicas e sentimentos em Euclides da Cunha não se deu apenas por conta de sua secura, mas também a partir de suas paisagens. Tanto que, após



construir narrativamente a paisagem do território a partir do alto da favela, o autor escreveu: “E quasi comprehendia que os matutos credeiros de imaginativa ingenua, acreditassem que <<ali era o céu...>> (CUNHA, 1914, p.24).

Essa afirmação é um dos elementos indicadores de sensações partilhadas entre Euclides da Cunha e os sertanejos de Canudos. Através dela, o autor sintetiza o impacto que a visão da paisagem de Canudos, a partir do alto da Favela, lhe causou o associando ao significado que aquele território possuía para os sertanejos. É apontando se embasar em sensações físicas e sentimentos, ao invés de em conhecimentos teóricos, que Euclides da Cunha dá indícios de se abrir ao sertanejo e a sua luta.

Nesse mesmo sentido, temos que, antes da afirmação analisada, e após construir narrativamente um território em que a natureza instituíra um “regímen brutal” (CUNHA, ano, p.14), Euclides da Cunha escreveu: “Entretanto, inesperado quadro esperava o viandante que subia, depois desta travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos” (CUNHA, ano, p.15), onde a palavra quadro indica pintura, obra de arte.

Para refletir sobre tal assertiva, considerando sobretudo a referência à obra de arte, trazemos Gumbrecht (2010) que, em *Produção da Presença*, escreve:

Ora, o que nos fascina em momentos de experiência estética, se o que nos atrai sem vir acompanhado de uma consciência clara dos motivos para tal atração é sempre algo que nossos mundos cotidianos não conseguem disponibilizar (GUMBRECHT, 2010, p.129)

Considerando que Euclides da Cunha vivenciou momentos de experiência estética no sertão, essa assertiva fortalece o nosso entendimento de que alguns excertos da sua narrativa apontam uma Canudos que não estava sendo interpretada com base nos referenciais que o autor teria carregado como bagagem ao sertão baiano, mas sim sendo percebida conforme as sensações físicas e os sentimentos que despertava em Euclides da Cunha, de tal modo que o autor parece se desterritorializar do litoral, ao não utilizar seus parâmetros para interpretá-la, e se (re)territorializar no sertão, ao permitir senti-lo.

No mesmo sentido, como foi melhor analisado no capítulo anterior, temos com base na narrativa de Euclides da Cunha, que a experiência vivida em Canudos teria lhe trazido novos significados, valores e concepções acerca do sertanejo. A

transfiguração a que passava aquele homem “desgracioso, desengonçado, torto” (CUNHA, ano, p.66), sempre que aparecia qualquer incidente que lhe exigia o desencadear de energias adormecidas, e que teria sido testemunhada por Euclides da Cunha enquanto cobria o desfecho da guerra, parece ter surpreendido o autor, que, além de o distinguir do “mestiço proteiforme do litoral” (CUNHA, ano, p.62), o apresenta como, “antes de tudo, um forte” (CUNHA, ano, p.66).

Euclides da Cunha indica ter o sertanejo como “um condenado á vida” (CUNHA, 1914, p.118), que “fez-se forte, esperto, resignado e pratico” (CUNHA, 1914, p.118) diante das adversidades que lhe eram impostas pelo meio físico em que vivia “períodos sucessivos de devastações e desgraças” (CUNHA, 1914, p.118), mesmo se encontrando em abandono e isolamento do que o autor tinha como progresso e desenvolvimento (CUNHA, 1914, p.255).

Inicialmente tratando-os como uma sub-raça que inevitavelmente seria extinta, Euclides da Cunha passa a defender a evolução psíquica do sertanejo e sua capacidade de alcançar a vida civilizada, apesar de julgar deplorável sua situação mental atual (CUNHA, 2015, p.17). Sobre o mestiço sertanejo, ele diz:

E' um retrogrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes historicas o libertaram, na phase delicadissima da sua formação, das exigencias desproporcionadas de uma cultura de emprestimo, prepararam-no para a conquistar um dia.  
A sua evolução psychica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um typo physicamente constituído e forte.  
(CUNHA, 1914, p.111-112)

Assim, se por um lado os princípios civilizadores de Euclides da Cunha o faziam defender a guerra como “missão civilizadora”, a sua presença e experiência frente ao sertão e ao sertanejo, podem ser entendidas como as responsáveis pela substituição da ideia de efemeridade do sertanejo pela defesa de sua capacidade de progresso psíquico.

Euclides da Cunha constrói sua narrativa de modo a indicar que o conflito interno que possuía entre a visão que teria levado à Canudos, enquanto agente civilizador, sobre aquele território e seus moradores, e a nova percepção que adquiria acerca do sertanejo a medida que experienciava o sertão, foi intensificado quando Canudos começava a ser destruída e os canudenses acessados de forma mais próxima.

Fortalecendo essa ideia, no momento em que narra a oitava de alguns prisioneiros de Canudos, o autor constrói narrativamente a figura de uma criança: um menino, com idade abaixo de nove anos, de olhos escuros e vivos e o porte de um “athleta em embryão” (CUNHA, 1914, p.523), de ardileza precoce, fumando como velho viciado e que manjava armas com a perícia de um soldado, “um aleijão estupendo” (CUNHA, 1914, p.524). Sobre ele, conclui afirmando: “Mas um ensinamento. Repontava, bandido feito, á tona da lucta, tendo sobre os hombros pequeninos um legado formidavel de erros. Nove annos de vida em que se adensavam tres seculos de barbaria” (CUNHA, 1914, p.302).

A figura dessa criança é posta na narrativa como representação da violência e do estado deprimente em geral que, conforme os parâmetros de Euclides da Cunha, foram impostos aos sertanejos pela situação de abandono por parte do Estado em que eles se encontravam há séculos. Assim, o autor constrói um argumento a favor da ideia de que era necessário “trazer para o nosso tempo e incorporar á nossa existencia aquelles rudes compatriotas retardatarios” (CUNHA, 1914, p.524).

A partir dessa ideia, retomamos ao primeiro excerto transcrito neste tópico. Nele, sem negar a possível contribuição que a guerra de Canudos tenha dado à civilização do sertão, “primeiro assalto em luta talvez longa” (CUNHA, 2015, p.19), Euclides da Cunha escreve de modo a condenar a atuação dos homens civilizados, que, segundo ele, teriam agido como “mercenários inconscientes” (CUNHA, 2015, p.19). Classificação que se fundamenta no fato de viverem “sem tradições nacionais uniformes” (CUNHA, 2015, p.19) e “parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa” (CUNHA, 2015, p.19).

Isso parece consistir na realização de uma associação entre a ação dos homens do litoral com as dos colonizadores. Impressão que é fortalecida pela afirmação de Euclides da Cunha de que “nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo” (CUNHA, 2015, p.19) e pelo momento em que ele considera os homens do litoral como “etnologicamente indefinidos” e “sem tradições nacionais uniformes” (CUNHA, 2015, p.19). Segundo ele, estes desconheciam boa parte do solo dos sertanejos, sujeitos chamados, após a experiência do autor em Canudos, de “extraordinários patrícios” (CUNHA, 2015, p.19), dos quais eles foram separados pelo tempo.

A última frase do excerto em análise é: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado” (CUNHA, 2015, p.19). A princípio, ela é entendida como

relacionada ao atraso em que vivia o sertanejo, “retrogrado” (CUNHA, 1914, p.111) em comparação aos modos de vida dos homens civilizados do litoral, dentre eles, o próprio Euclides da Cunha. Mas, considerando a comparação entre a ação desses homens em Canudos com a dos colonizadores, acreditamos que ela também pode dizer respeito à repetição, através da guerra de Canudos, de um fato ocorrido na colonização: o extermínio de povos por um grupo hegemônico.

Assim, a guerra de Canudos, após a experiência que teria vivido no sertão baiano, é condenada por Euclides da Cunha. No entanto, apesar de tratá-la como um crime (CUNHA, 1914, p.524), o autor defende que dela se poderia tirar proveito, utilizando-se do caminho que por ela teria sido aberto, o que consistia no próprio acesso e conhecimento do sertão e do sertanejo, promovendo ações que visassem “trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatarios” (CUNHA, 1914, p.524).

Desse modo, o caráter de missão civilizadora da guerra apontado por Euclides da Cunha, após sua experiência no sertão, é substituído por um projeto político civilizacional que consistia na sua própria narrativa.

Nas notas à 2ª. edição do livro, temos a resposta apresentada por Euclides da Cunha à crítica que questionava a atribuição do título de “rocha viva da nossa raça” a um povo que era também classificado pelo mesmo autor como “uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido” (CUNHA, 1914, p.204). Em síntese, Euclides da Cunha explicou que ao falar em sociedade morta, referia-se a uma situação excepcional da gente sertaneja corrompida por um núcleo de agitados. Segundo o autor, ele não enunciava uma proposição geral e permanente, mas apenas especial e transitória reduzida ao espaço de Canudos. Ainda respondendo o crítico, o autor também afirmou que corpos identicamente constituídos pelos mesmos átomos, num arranjo semelhante, podem apresentar propriedades diversas (CUNHA, 1914, p.618).

Com base em tal explicação, entendemos que, embora Canudos tivesse sido destruída, o defendido “cerne da nossa nacionalidade” (CUNHA, ano, p.218) e “rocha viva da nossa raça” (CUNHA, 1914, p.597), ainda existia. De modo que, o projeto civilizador do sertão em que consistia a narrativa de Euclides da Cunha, atrelado diretamente à constituição da identidade nacional, não se encerrou com a campanha de Canudos. Pelo contrário, nasceu a partir dela, a partir de tudo que ela descortinou.

Quais seriam os princípios civilizadores de tal projeto, no entanto, é outra questão. Pois, embora a formação do próprio Euclides da Cunha tenha muito das teorias europeias vigentes na época, ele escreve em um período em que intelectuais lutavam pela construção de uma identidade nacional, livre de fórmulas invasoras. Tanto que, em diversos momentos de sua obra, a influência europeia nas cidades e nos homens do litoral é criticada. Ter permanecido imune às exigências de “uma cultura de empréstimo” (CUNHA, 1914, p.112) é, inclusive, um dos argumentos que ele mais utiliza para defender o mestiço do sertão como uma raça autônoma e original “capaz de evoluir, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos” (CUNHA, 1914, p.112). Sobre isso, o escritor dispõe:

Vivendo quatrocentos anos no littoral vastissimo, em que pallejam reflexos da vida civilisada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a Republica. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideaes modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no amago do paiz, um terço da nossa gente. Illudidos por uma civilisação de emprestimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos codigos organicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigencias da nossa propria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daquelles rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os immigrantes da Europa. Porque não nol-os separa um mar, separam-nol-os tres seculos . . . (CUNHA, 1914, p.205)

Embora escreva de modo a construir intensidade nas diferenças existentes entre o mestiço do sertão e o do litoral, Euclides da Cunha aponta para a vigência no Brasil de uma ideia europeia de civilização que era desconectada da realidade brasileira.

Ao afirmar que a República foi uma herança improvisada e inesperada, implantada pela sedução dos ideais modernos que ignorava as necessidades e dificuldades do âmago do país, o autor de *Os sertões*, especialmente somando à isso diferentes outros momentos da obra em que Canudos foi colocada como uma resistência à República e a campanha de Canudos como sua defesa, nos possibilita entender que, em sua narrativa, se a guerra de Canudos foi um ato a serviço da civilização, foi norteadada por princípios civilizadores europeus e não brasileiros. Além de, por outro lado, questionar quais princípios seriam os ideais, segundo ele, para civilizar o sertão e quais os indicados em sua narrativa como norteadores do modo de vida e da luta dos sertanejos de Canudos.

## 4.2. A guerra narrada

A terceira parte de *Os Sertões, A Luta*, é iniciada com a construção narrativa de um antecedente violento do sertão brasileiro. Adotando uma linguagem impessoal e indicando datas e locais, Euclides da Cunha tece um texto com tom histórico e, portanto, com efeito de sentido de realidade. Ao mesmo tempo, ele estabelece cumplicidade com seu leitor ao destacar uma retomada de assuntos já abordados e fazer uso da primeira pessoa do plural para anunciar que tal abordagem já havia sido feita.

Nesses termos, o autor faz uso da formação dos mestiços, das condições do meio e do processo de ocupação da região para construir um sertão violento e abandonado desde o início de seu povoamento. Estratégia traduzida na enunciação: “Assim os stygmias hereditarios da população mestiça se têm fortalecido na propria transigencia das leis” (CUNHA, 1912, p.223). Em seguida, apresenta a conclusão de que “A campanha de Canudos despontou da convergencia espontanea de todas estas forças desvariadas, perdidas nos sertões”. (CUNHA, 1914, p.223).

Como determinante da guerra, por seu turno, ele narra um episódio que adjetiva de “desvalioso” (CUNHA, 1914, p.224):

Determinou-a incidente desvalioso.  
Antonio Conselheiro adquirira em Joazeiro certa quantidade de madeiras, que não podiam fornecer-lhe as caatingas pauperrimas de Canudos. Contractara o negocio com um dos representantes da auctoridade daquela cidade. Mas ao terminar o prazo ajustado para o recebimento do material, que se applicaria no remate da igreja nova, não lh’o entregaram. Tudo denuncia que o distracto foi adrede feito, visando o rompimento anhelado. O principal representante da justiça do Joazeiro tinha velha divida a saldar com o agitador sertanejo, desde a época em que, sendo juiz do Bom Conselho, fôra coagido a abandonar precipitadamente a comarca, assaltada pelos adeptos daquele. Aproveitou, por isto, a situação, que surgia a talho para a desaffronta. Sabia que o adversario revidaria á provocação mais ligeira. De facto, ante a violação do tracto aquelle retrucou com a ameaça de uma investida sobre a bella povoação do S. Francisco: as madeiras seriam de lá arrebatadas, á força. (CUNHA, 1914, p.224).

Na sequência, mais uma vez produzindo efeito de sentido de realidade, Euclides da Cunha utiliza o verbo “historiar” e assim direciona seu leitor a entender sua narrativa como relato verídico. Neste sentido, ele anuncia que narrará o episódio a partir de documentos oficiais e, então, abre aspas e passa a escrever na primeira

pessoa do singular o que em nota afirma se trata de mensagem do governador da Bahia (Luís Viana) ao presidente da República.

O excerto entre aspas, em síntese, narra aquilo que seria o desdobramento da não entrega das madeiras adquiridas por Antônio Conselheiro em Juazeiro. Bem como a ameaça de investida sobre a povoação de São Francisco realizada pelo líder de Canudos diante do descumprimento desse negócio celebrado com os representantes da autoridade daquele lugar. Nesse episódio, houve o recebimento de telegrama por parte do governo do Estado solicitando providências para a garantia da população de Juazeiro diante de boatos de que a cidade seria assaltada por gente de Antônio Conselheiro e o envio de cem praças de linha para proteger a cidade.

O telegrama ao governo, conforme a narrativa, seria do juiz de direito de Juazeiro, Arlindo Leôni. Homem que, conforme hipótese sugerida pelo autor de *Os Sertões*, teria arquitetado o descumprimento do negócio para construir a vingança que desejava de Antônio Conselheiro. Fez isso por ter sido coagido pelos seus adeptos a abandonar a comarca de Bom Conselho, onde exercia a função de Juiz, na época da queima dos editais do imposto por Conselheiro.

Essa hipótese é trazida de forma clara no excerto transcrito, no fragmento: “Tudo denuncia que o distracto foi adrede feito, visando o rompimento anhelado. O principal representante da justiça do Joazeiro tinha velha dívida a saldar com o agitador sertanejo”. Bem como, reforçada pela informação trazida naquele que seria o relato do governador da Bahia, de que em combinação com o juiz, o tenente Pires Ferreira, que comandava os praças enviados à Juazeiro, não se colocou a postos na cidade, mas seguiu “[...] ao encontro dos bandidos, afim de evitar que elles invadissem a cidade” (CUNHA, 1914, p.225).

Após fechar aspas, Euclides da Cunha indica que os escritos seguintes não se tratavam mais de palavras do governador. A partir daí, ele considera os feitos anteriores de Antônio Conselheiro, inclusive o episódio que marcara o juiz de direito de Juazeiro, e traz aquilo que seria o seu juízo de valor sobre os acontecimentos relatados pelo político e seus desdobramentos:

Não se podem imaginar moveis mais insignificantes para sucessos tão graves. O trecho acima extractado, entretanto, diz de modo claro que, desdenhando os antecedentes da questão, o governo da Bahia não lhe deu a importancia merecida. (CUNHA, 1914, p.225)

A sua desaprovação da ação tomada pelo governo é expressa de forma intensa, o que se demonstra com o contraste entre os adjetivos “insignificantes”, atribuído à palavra “moveis”, utilizada em uma figura de linguagem para se referir à ação do governo, e “graves” atribuído à palavra “sucessos”. Além de pelos advérbios de intensidade “mais” e “tão” que antecedem esses adjetivos.

A explicação para tamanha desaprovação é narrada a partir dos seguintes argumentos: a fama de Antônio Conselheiro em todo o interior do Norte e até nas cidades do litoral desde 1874. Bem como o domínio que este exercia sobre os sertanejos, sujeitos que ou lhe seguiam dedicadamente ou lhe temiam e agiam com cumplicidade. Assim como, as grandes obras que deixava em sua “peregrinação incomparável” (CUNHA, 1914, p.226) por todos os recantos do sertão, como igrejas, cemitérios, açudes. É citado também o fato de já ter sido assunto de calorosa discussão no congresso estadual da Bahia, sendo sua presença classificada por um deputado como perturbadora de parte dos sertões. Bem como o relatório alarmante de uma missão apostólica que afirmava “a existencia em Canudos – excluidas as mulheres, as creanças, os velhos e os enfermos - de mil homens, mil homens robustos e destemerosos <<armados até aos dentes>> (CUNHA, 1914, p.226). Para tudo isso, posiciona-se Euclides da Cunha no sentido de não ser suficiente a força de cem soldados.

O autor marca, assim, as ações políticas de Antônio Conselheiro. Seja através de suas obras: “a reconstrução de um cemiterio, a posse de um templo ou a dadiva providencial de um açude” (CUNHA, 1914, p.226), ou de atos interpretados como de insurreição contra a nova ordem política, atos adjetivados de atrevidos, o que demarca o posicionamento político do próprio Euclides da Cunha. Dentre tais atos é incluído o episódio que afetou o juiz de direito de Juazeiro, na época juiz da cidade de Bom Conselho, e que motivou a sua ação contra Antônio Conselheiro tempos depois: a queima das tábuas onde o prefeito havia afixado os editais para a cobrança de impostos.

A influência, ou melhor dizendo, conforme o sugerido pelo autor no excerto, a ameaça política de Antônio Conselheiro, é apontada por Euclides da Cunha também na menção da discussão ocorrida no Congresso Estadual da Bahia. Ocasão na qual, conforme o texto, Conselheiro foi apontado como perturbador de parte do sertão, embora, outros participantes, inclusive um sacerdote, o tenha defendido



apresentando-o como “benemerito do qual os conselhos se modelavam pela orthodoxia christã mais rigida” (CUNHA, 1914, p.226).

Esses exemplos de ações de Antônio Conselheiro, no entanto, acabam por apontar uma ligação desse homem com a religião e a espiritualidade caracterizada por uma atmosfera messiânica de caráter carismático em que predominavam valores como a penitência, austeridade, o culto aos santos pessoais, o estoicismo e a resignação. Percebe-se isso quando a narrativa destaca a construção de igrejas e também quando aponta em que termos se deu a sua defesa no congresso, especialmente por parte de um sacerdote. A narrativa também evidencia que suas obras possuíam, além de religiosa, preocupação e alcance social, ao suprirem necessidades do povo sertanejo. Exemplos disso seriam os cemitérios e os açudes.

Porém, apesar dessas indicações de obras benéficas, a narrativa de Euclides da Cunha constrói a imagem de Canudos tida pela sociedade da época, como exclusivamente negativa. Tanto no âmbito religioso quanto político. Nesse sentido, novamente produzindo para a sua narrativa efeito de realidade ou configurações de um relato histórico, Euclides da Cunha abre aspas e passa a escrever na primeira pessoa do singular aquele que supostamente consiste no depoimento do general Frederico Solon, o comandante da primeira expedição a Canudos. Nele, os canudenses são referidos como “fanaticos do arraial de Canudos” (CUNHA, 1914, p.227).

A narrativa de Euclides da Cunha é composta por dados numéricos e pela indicação das fontes, fatores que também lhe gera efeito de realidade. Segundo o relato, a primeira expedição militar contra Canudos foi paralisada em Uauá, diante da morte de dez de seus membros e do ferimento de dezesseis. Além da morte de, conforme a parte oficial do combate, cento e cinquenta sertanejos. Perante o aspecto violento do confronto, o médico da força, segundo o autor, havia enlouquecido. Nesse cenário, “o commandante, com setenta homens validos, renunciou prosseguir na empreza. Assombrara-o o assalto. Vira de perto o arrojo dos matutos. Apavorara-o a propria victoria, se tal nome cabe ao succedido, pois as suas consequencias o desanimavam” (CUNHA, 1914, p.235).

O autor constrói uma narrativa que destaca a violência do confronto e o efeito deste sobre os militares. Nela, ele afirma que temendo um novo confronto, a expedição se retirou com urgência deixando inclusive seus companheiros mortos.

Fazendo uso do que Côrrea (1978) nomeia de frase-síntese, Cunha afirma: “Foi como uma fuga” (CUNHA, 1914, p.235).

No parágrafo seguinte, ele descreve as condições em que se deram a volta da expedição e a chegada em Juazeiro: “fardas em trapos, feridos, estropeados, combalidos” (CUNHA, 1914, p.235). Assim, Euclides da Cunha afirma o que já vinha sugerindo nos parágrafos anteriores: “davam a imagem da derrota” (CUNHA, 1914, p.235).

A consequência dessa imagem foi uma população alarmada, que, nas palavras de *Os Sertões*, reatou o êxodo. Segundo a obra, eles “Ficaram de fogos acessos na estação da via ferrea todas as locomotivas. Arregimentaram-se todos os habitantes validos, dispostos ao combate. E as linhas de telegrapho transmittiram ao paiz inteiro o preludio da guerra sertaneja...” (CUNHA, 1914, p.235).

Este é o prelúdio da guerra construído narrativamente por Euclides da Cunha. Nele, já percebemos diversos elementos que são apontados como permanentes em todo o conflito. Elementos como a violência exacerbada, a falta de estratégia dos militares, o menosprezo com que tratavam os sertanejos, a atuação do sertão no confronto e o surpreendente sucesso dos sertanejos nas batalhas.

Nas linhas seguintes, considerando esses elementos, exploraremos a construção da narrativa euclidiana enquanto plasmagem entre as atmosferas e as estruturas de sentido/sentimento referenciadas culturalmente em uma formação científica e literária de Euclides da Cunha. Faremos isso a partir de mais um momento de *Os Sertões* que entendemos como ideia-força<sup>28</sup>. O momento selecionado é a metáfora da luta da sucuri flexuosa com o touro pujante, a qual sintetiza o significado da guerra.

#### 4.2.1. Era a luta da sucuri flexuosa com o touro pujante

---

<sup>28</sup> Como trazido nas notas “2” e “26”, ideia-força é uma expressão mobilizada por Abraham Magendzo (2009). Segundo esse autor as ideias-força “Estão fortemente enraizadas no tempo histórico, entendido como criação, como produção de diferenças e diversidades, como transformação, como movimento, em definitiva, como um processo”. Tomamos aqui ideia-força no sentido de uma representação de algo por meio do pensamento, expresso retoricamente, com vistas a uma proposição. Ou seja, representação construída intelectualmente e dotada de uma intencionalidade que produza ação, no caso de Euclides da Cunha, o anseio de civilizar o sertão. Nesse sentido o enraizamento no tempo histórico das representações do atavismo do sertanejo e a oposição entre litoral civilizado e sertão “bárbaro” são mobilizados por Euclides da Cunha por meio de metáforas que enunciam um desejo civilizador. MAGENDZO, Abraham. Pensamiento e ideas-fuerza en la educación en derechos humanos en Iberoamerica Santiago (Chile). OIE-Chile; CREALC-UNESCO, 2009

Unindo características da narração literária e do discurso científico descritivo, Euclides da Cunha enuncia a batalha entre o Estado, representado pelos soldados das Forças Federais, e os sertanejos residentes em Canudos. Faz isso por meio da metáfora da luta da sucuri flexuosa com o touro pujante, construindo, assim, metaforicamente, a ideia central recorrente na obra: o desempenho desastroso dos militares, apesar de fortemente aparelhados por recursos bélicos e as sucessivas vitórias dos sertanejos de Canudos nos combates, que utilizavam estratégias de guerrilha.

Era a lucta da sucury flexuosa com o touro pujante. Laçada a presa, distendia os anneis; permittia-lhe a exhaustão do movimento livre e a fadiga da carreira solta; depois se constringia repuxando-o, maneando-o nas roscas contracteis, para relaxal-as de novo, deixando-o mais uma vez se exgottar no escarvar, a marradas, o chão; e novamente o attrahir, retractil, arrastando-o — até ao exaurir completo. (CUNHA, 1914, p.431)

Este trecho último, de uma sequência de parágrafos caracterizada pelo emprego de signos que remetem ao vocabulário técnico-científico, como “espoleta”, “troneiras” e “cumeeira”, responsáveis pelo efeito de objetividade, clareza e exatidão dos conteúdos, serve para quebrar a monotonia do período longo e ainda constitui elemento figurativo da linguagem antitética que vaza a dicotomia ciência *versus* literatura presente em toda a obra *Os Sertões*. Como dispõe Reis e Lopes (1988), a metáfora é um signo específico da literatura, específico, mas polifônico, acrescentamos. A metáfora da sucuri e o touro é figurativa da luta entre soldados e sertanejos, mas também é uma alegoria para o Brasil, cindido entre litoral e sertão.

Ao apresentar nesta metáfora as figuras da “sucuri flexuosa e do touro pujante” como adversários em uma luta e, assim, contrastar tanto os seres, por meio dos adjetivos flexuosa e pujante, como suas estratégias respectivas de luta, o narrador deixa vazar oposições presentes na base do enredo, pois a metáfora não só sintetiza a sua própria análise acerca da batalha travada entre militares e sertanejos, como também se relaciona à visão, temática e estrutural, que é apresentada no conjunto do livro *Os Sertões*, quanto aos homens do sertão e do litoral, o que nos remete a uma outra figura de linguagem, constituidora desta metáfora: a antítese..

Quanto à presença da antítese na obra de Euclides da Cunha, Corrêa (1978) diz:

A antítese é uma das figuras mais caras às preferências pessoais do escritor. Ela não se situa apenas na base do seu raciocínio, como um recurso de expressão de que procura tirar os melhores efeitos, mas também na visão da realidade, na escolha dos temas, na sua própria consciência, que parecia comprazer-se nesse jogo antitético dos contrastes e dos confrontos. (CORRÊA, 1978, p.18)

Ao afirmar que a antítese se situa na base da urdidura do enredo trazido em *Os Sertões* e nos modos de Euclides da Cunha de perceber o mundo, o que fortalece nossa leitura no sentido de que a metáfora da luta da sucuri flexuosa e do touro pujante se relaciona também ao modo com que o autor constrói o sertanejo e os soldados fora dos campos de combate, Corrêa se refere às oposições litoral/sertão, cultura/natureza e civilização/barbárie, as quais se fazem presentes em todo o texto de *Os Sertões*, inclusive na metáfora em análise. O jogo antitético dos contrastes e dos confrontos pode ser explicado por meio do dizer de Culler (1999): “[...] o sentido se baseia na diferença” (CULLER, 1999, p.60).

Os sentidos polifônicos da metáfora da luta entre a sucuri flexuosa e o touro pujante, nos conduzem a pensar sobre a formação dos elementos de linguagem que permeiam o construto ficcional. Em primeiro lugar, existe o jogo com a arquitetura dos personagens do mito popular: a sucuri e o touro. Ambos, nesse campo, tradicionalmente associados ao temor e ao mistério. A sucuri, em razão do seu tamanho e da sua estratégia de caça (espreita seguida de bote); e o touro, por ser tido como valente, impetuoso, rijo e difícil de ser domado.

Além dessas e de outras características inerentes a cada uma das duas espécies, inclusive em outros campos de conhecimento e trazidas para a interpretação da metáfora, Euclides da Cunha atribuiu à sucuri e ao touro, enquanto sujeitos, os adjetivos “flexuosa” e “pujante”, respectivamente. Qualificadores que, por si só, já fornecem indícios da maneira com que lutam. A primeira, de forma tortuosa, oscilante, flexível e não presa a um plano reto, combativo e duro, como o signo “pujante”, trazido como adjetivo do touro sugere. O segundo, ao trazer o signo “pujante” para junto de si, sugere um sujeito poderoso, grande e ofensivo, que luta por meio do ataque direto.

Na metáfora, a sucuri não apenas vence a luta, mas vence pelo cansaço, lançando mão de instrumentos que definem sua lentidão, mas também suas estratégias eficazes. Ao invés de perseguir o touro, sua presa, a sucuri o atrai. O que fica evidenciado com a combinação dos signos “novamente” e “atrair”

apresentados no final da metáfora, ao narrar a terceira sequência de atos praticados pela sucuri na luta. Alcançando condições seguras para capturá-lo, a sucuri faz de um modo que lhe aperta, o que é vazado pelo signo “laçada”. No entanto, seu ataque imediato não vai além disso, ela permite que o touro reaja, movimente-se livremente em busca de fuga e, desse modo, gaste energias, para, então, recuperá-lo cansado e fraco, em um processo que lhe debilite ainda mais: “[...] repuxando-o, maneando-o nas roscas contracteis” (CUNHA, 1914, p.131). Novamente, a sucuri faz parecer que existem condições de fuga e o touro, mesmo já debilitado, repete a tentativa de livrar-se de seu adversário, esgotando ainda mais suas forças, sendo recapturado em estado de esgotamento e arrastado — “até ao exaurir completo...” (CUNHA, 1914, p.431).

A semelhança entre a sucuri e os sertanejos e entre o touro e os soldados em uma luta é sustentada a partir da metáfora em conjunto com os parágrafos que a antecedem e as demais passagens distribuídas ao longo do livro. A associação mais direta é encontrada centenas de páginas antes da apresentação da metáfora, nas representações do gaúcho e do jagunço. Uma seguida da outra, elas trazem como se portam cada um desses sujeitos em batalha.

Segundo o texto, o gaúcho entra na luta com “despreocupação soberana pela vida” (CUNHA, 1914, p.120). Assim como o touro, é valente, inimitável e precipita-se ao “resoar estridulo dos clarins vibrantes, pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo” (CUNHA, 1914, p.120); sem estratégia, “atufando-se loucamente nos entreveros; desaparecendo com um grito triunfal, na voragem do combate, onde espadanam scintilações de espadas” (CUNHA, 1914, p.120). Já o jagunço, assim como a sucuri em comparação ao touro, “é menos theatralmente heroico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso” (CUNHA, 1914, p. 120), raramente assume “esta feição romanesca e gloriosa” do gaúcho e do touro. E, assim como a sucuri, “está afeiçoado aos prélios obscuros e longos, sem expansões entusiásticas. Ataca com estratégia, não desperdiça a mais ligeira contracção muscular, a mais leve vibração nervosa sem a certeza do resultado” (CUNHA, 1914, p.121).

Em outras passagens, a sustentação se dá pela narração, em sua maioria em uma linguagem denotativa, de episódios da própria guerra entre os sertanejos e os soldados; ou pelo apontamento de características dos dois sujeitos. Em uma delas se tem que, assim como o tamanho da sucuri, a quantidade de sertanejos em

Canudos impressionava. E contavam: “uma, duas, tres, quatro mil, cinco mil casas! Cinco mil casas ou mais! Seis mil casas, talvez! Quinze ou vinte mil almas — encafurnadas naquella tapera babilonica... E invisíveis” (CUNHA, 1914, p.443).

Tais enunciados, ao atribuírem a qualidade de invisíveis aos sertanejos de Canudos, também torna possível o apontamento de outra semelhança entre eles e a sucuri: a capacidade de se camuflar. Essa habilidade, quando atribuída à sucuri, é explicada em razão de sua coloração de pele, que, apesar de variar conforme a espécie, costuma possuir um padrão de tonalidades que a faz ser confundida com parte do ambiente em que vive. Um paralelo certo em relação ao sertanejo trajando suas couraças, suas armaduras flexíveis, feita do couro vermelho pardo, a roupa do vaqueiro, “a qual não tem scintillações, não rebrilha ferida pelo sol. E’ fosca e poenta” (CUNHA, 1914, p.119). Roupagens que os embaralhavam com a caatinga, sobretudo se contrastadas com os uniformes dos soldados no mesmo cenário:

A catinga, mirrada e nua, appareceu repentinamente desabrochando numa florescencia extravagantemente colorida no vermelho forte das divisas, no azul desmaiado dos dolmans e nos brilhos vivos das chapas dos talins e estribos oscillantes. (CUNHA, 1914, p.356)

Esse contraste entre as roupas dos sertanejos e os uniformes dos soldados é realizado pelo próprio autor em outras passagens da obra. Em uma delas, presente na seção intitulada *Crítica*, Euclides da Cunha chega a sugerir expressamente que os soldados deveriam ter aprendido com os vaqueiros a se fardarem apropriadamente, já que a roupa do sertanejo, apesar de bizarra, parecia que o robustecia e enrijecia (CUNHA, 1914, p.379). Enquanto os soldados, ao marcharem pomposos – como o touro –, “vestidos de panno” em meio à caatinga, além de facilmente localizados pelos seus adversários, mal “arriscavam alguns passos, sem que deixassem esgarçados, entre espinheiras e bromélias, os fardamentos em tiras” (CUNHA, 1914, p.378).

Como o título da seção que contém esse excerto indica, a sugestão do autor para que os soldados utilizassem vestimentas como as dos sertanejos veio acompanhada de uma crítica aos militares por não utilizarem tal estratégia. Sobre isso, o autor dispõe: “Mas isto seria uma innovação extravagante. Temeu-se collar á epiderme do soldado a pelle coriacea do jagunço. A expedição devia marchar correctissima. Correctissima e fragílissima” (CUNHA, 1914, p.379).

Essa crítica, elaborada de forma irônica, além de demarcada pelo contexto em que é inserida (pela repetição do signo corretíssima, pela associação realizada entre este e o signo “fragílima” e pelo uso dos sufixos intensificadores “íssima” e “ima” na composição deles), traz um tom sarcástico à narrativa e diz mais do que o nível literal do enunciado parece afirmar. Pois, como argumenta Hayden White (1991) “Um modo de representação como a ironia é um conteúdo do discurso no qual ele é usado, e não apenas uma forma” (WHITE, 1991, p.11).

Euclides da Cunha ironiza os militares e sua presunção de superioridade, ao enunciar que seria uma inovação “extravagante” adotar essa estratégia e que a não adoção se deu pelo temor dos militares de que, fazendo remissão ao couro de sua vestimenta, a “pele coriácea do jagunço colasse à epiderme do soldado”. Através do jogo entre o termo científico “epiderme” – utilizado ao se referir à pele dos soldados – e o adjetivo coriácea, atribuído à roupa dos sertanejos – tratada no excerto como sua própria pele –, deixa vaziar assim, como em diversas outras passagens da obra, que atributos de animais são utilizados para descrever o sertanejo – que, em sua perspectiva, o que é omitido através de uma debragem actancial, o exército via os sertanejos como animais ou algo bem próximo disso, ou, pelo menos, que Cunha tinha essa dada percepção acerca do que as tropas achavam dos sertanejos.

Como já mencionado, a estratégia de caça da sucuri é a da espreita seguida de bote. Ela não costuma atacar em ambientes terrestres, onde seus movimentos são lentos, mas sim arrastar suas presas para a água, onde além dela se movimentar com mais agilidade, normalmente, é estabelecido um ambiente inóspito para seu alvo. Tal característica é apontada na metáfora através do signo “atrair”, utilizado como indicação de ação praticada pela sucuri em face do touro.

Canudos e seus arredores seriam o tal ambiente. Favorável à ação do sertanejo e adverso aos ataques realizados pelos soldados – e isso não é apontado apenas pela vestimenta dos sujeitos. No período que antecede à metáfora da luta da sucuri flexuosa com o touro pujante, Euclides da Cunha traz a terra como protetora dos jagunços e, em outras passagens, narra que o conhecimento que o sertanejo tem do “seu lugar” e da flora que o compõe, faz do sertão, em determinadas ocasiões, seu amparo. Ele encontra sombra – mesmo diante da escassez de folhas –, água, alimentos a fartar e material para a produção de cordas flexíveis e resistentes a serem utilizadas na guerra e ainda revela trilhas abertas em multívias (CUNHA, 1914, p.244).

Em contrapartida, o militar, como forasteiro, conforme o autor, é estrategicamente despreparado e acostumado com o conforto e comodismo da cidade grande - onde a terra é plana e limpa e o alimento pronto e servido, diante das últimas folhas amareladas que avista, se assusta e foge de forma dispersa por caminhos intransponíveis em razão de espinhos e gravetos secos, presos em meio a um labirinto de galhos, abatidos pelos raios de sol recebidos e com as fardas rasgadas (CUNHA, 1914, p.241). O mencionado despreparo estratégico dos militares é confirmado no início da seção que apresenta a metáfora em análise, quando se tem que os soldados atiravam sem alvo e que a péssima estreia do canhão Withorworth 32 se deu “principalmente do açodamento com que o açulavam” (CUNHA, 1914, p.430). Tal postura assemelha-se ao modo de agir do touro: não possui estratégia de ataque, ele apenas se lança diante de sua presa com toda a sua força e instinto agressivo. Os militares fazem o mesmo: se lançam sobre Canudos, com todo seu material bélico e arrogância.

A forma com que o sertanejo luta, fazendo uso da espreita para preparar o “bote”, assemelhando-se assim à sucuri, também é confirmada antes da introdução da metáfora na seção. A narração do insucesso do canhão Withorworth 32 segue com a percepção das linhas inimigas “frouxas mas numerosas, em raios indefinidos pelos recostos do morro” (CUNHA, 1914, p.431), linhas que, apesar de poderem facilmente ser varadas ou quebradas pelo exército, conforme julgamento do Euclides da Cunha, não o foram. Isso porque a brigada que o fizesse “quando estacasse na marcha, sentir-se-ia novamente circulada, batida pelos flancos e tendo outra vez, em roda, como se brotassem do chão, os antagonistas inexoráveis, jarretando-lhe os movimentos” (CUNHA, 1914, p.431), como os anéis do corpo contrátil da sucuri.

Assim, percebemos que a metáfora é pré-enunciada antes mesmo de ser apresentada: ao narrar de forma descritiva as ações realizadas pelos soldados e antecipar, com base em combates passados, as reações dos sertanejos caso os primeiros “varassem ou quebrassem as linhas inimigas”, Euclides da Cunha trouxe em uma linguagem denotativa as diferenças de estratégias assumidas pelos soldados e pelos sertanejos de Canudos na batalha que travavam.

Além disto, encafurnados numa dobra de morro, atirando por elevação e sem alvo, as nossas descargas sobre innocuas implicavam esteril malbaratar das munições escassas. Por outro lado, o efeito do canhoneio se patenteou francamente nullo. As granadas, explodindo dentro das casas perfuravam-lhes as paredes e os tectos e como que se amorteciam entre os



frageis anteparos de argilla – estourando sem ampliarem o raio dos estragos, cahindo muitas vezes intactas sem arrebutarem as espoletas.

[...]

Conteirara-se, visando-a, o Withorworth 32, que viera adrede para lhe derrubar os muros. Rugiu, porém, neste dia, sobre ella sem a atingir: as balas passavam-lhe, silvando, sobre a cumeeira. Perdiam-se nos casebres unidos. Uma unica tombou sobre o adro, escalçando a fachada. As demais se perderam. Essa péssima estrêa do colosso proveiu, principalmente do açodamento com que o açulavam.

[...]

Era um sitio em regra —embora disfarçado no rarefeito das linhas inimigas, desatando-se, frouxas mas numerosas, em raios indefinidos pelos recostos do morro. Uma brigada, um batalhão, uma companhia mesmo, poderia varal-as pelos claros que as scindiam ou quebral-as numa carga de bayonetas; mas quando estacasse na marcha, sentir-se-ia novamente circulada, batida pelos flancos e tendo outra vez, em roda, como se brotassem do chão, os antagonistas inexoraveis, jarretando-lhe os movimentos. A tactica invariavel do jagunço expunha-se temerosa naquelle resistir às recuadas, retribuindo-se em todos os accidentes da terra protectora. (CUNHA, 1914, p.429 a 431)

As figuras mobilizadas por Euclides da Cunha nas passagens acima transcritas, caracterizando o fracasso dos soldados e a resistência do sertanejo, produzem o efeito de eficácia à medida que conduzem o leitor para uma “visualização” dos acontecimentos narrados, assim como na percepção das diferenças apontadas entre os sujeitos: soldados e sertanejos. Termos técnicos, como “munições, canhoneio, granadas, espoletas, troneiras, Withorworth 32 e batalhão”, que pertencem ao campo semântico bélico; e “cimalha, paredes mestras, cumeeira e adro”, termos pertencentes ao campo semântico da construção civil, criam um efeito de exatidão e de verossimilhança à narrativa. Fenômeno que, se considerarmos a menção ao Taine e a declaração de que pretende expressar em *Os Sertões* a “sinceridade” que deve ter um narrador diante da história, realizada na nota preliminar de seu livro, entendemos como um efeito buscado e realizado pelo autor.

Quanto à metáfora, ela recria o tema do fracasso dos soldados e a resistência dos sertanejos, caracterizando os primeiros como o touro e os últimos como a sucuri, ao mesmo tempo em que distancia a narrativa da urdidura científica. O vasto uso de verbos, a utilização e, até desnecessária, repetição de pronomes oblíquos e o ritmo ditado pela maneira com que a metáfora é pontuada parecem querer despertar no leitor a sensação de movimento implicada na luta entre a sucuri e o touro. Construção que proporciona um impacto expressivo por meio dos contrastes

apontados entre sertanejos e soldados, funcionando então, como argumento retórico.

Esse argumento retórico pode ter sua importância elevada caso consideremos que a escolha do touro para representar os soldados pode ter ocorrido em razão da relação dos sertanejos com a vaquejada. Relação na qual, na cultura nordestina, o vaqueiro sempre vence a batalha contra os touros que se perdem no sertão e se tornam bravios. Quanto à opção pela sucuri, evidentemente, não há analogia possível quanto a uma “realidade científica”, visto que essa serpente da família *boidae* não ocorre no semiárido nordestino. Entretanto, convém lembrar que o autor era um estudioso da flora e da fauna brasileira. Em função disso, a opção deve ter se dado a partir do conhecimento de ser esta a serpente constritora maior e mais possante do Brasil, a que se adequava, portanto, para representar o sertanejo na metáfora. Como sustentado ao longo desta dissertação, Euclides da Cunha defende em *Os Sertões* a tese de que o sertanejo era o “cerne de nossa nacionalidade” (CUNHA, 1914, p.218), e, como argumenta Denis Bertrand, o “inteligível torna-se tanto mais convincente quando é sustentado pelo sensível, e o sensível, tanto mais ‘real’ quanto mais se encontra confirmado pelo inteligível” (BERTRAND, 2003, p.148).

#### **4.3. A luta do sertanejo**

Boa parte da narrativa de Euclides da Cunha sobre, especificamente, a guerra de Canudos se constrói tendo como base a ideia de que a campanha de Canudos ocorreu porque os sertanejos daquele território buscavam a restauração monárquica. Representando eles, conseqüentemente, uma ameaça à recém implantada república.

Segundo *Os Sertões*, essa ideia foi fortalecida pela imprensa e por discursos dos governantes da época, conquistando assim a opinião popular. Sobretudo após as sucessivas vitórias dos sertanejos figuradas, por exemplo, pelo cadáver do coronel Moreira César (CUNHA, 1914, p.401) ou pela volta de oficiais ao litoral enfermos gravemente “em rêdes de caruá ou giráos de páus roliços, [...] cavalgando penosamente em cavallos imprestáveis e rengues, ou apinhados em carroças ronceiras. A grande maioria, a pé” (CUNHA, 1914, p.477). Euclides da Cunha

escreve que o povo, desejando vingança, reuniu-se na capital da república e resumiu, através de alguns cidadãos ativos, a ansiedade patriótica numa moção incisiva:

<<O povo do Rio de Janeiro reunido em meeting e sciente do doloroso revez das armas legaes nos sertões da Bahia, tomadas pela caudilhagem monarchica, e congregado em torno do governo, applaudindo todos os actos de energia a civica que praticar pela desaffronta do exercito e da Patria, aguarda ancioso a suffocação da revolta.>> (CUNHA, 1914, p.361)

Desse modo, Euclides da Cunha, a partir também de outros momentos da obra, constrói narrativamente a atmosfera de surpresa, ansiedade e desejo de vingança existente no litoral durante a guerra de Canudos. Ele também traz como motivação do Estado à guerra, o entendimento de que os sertanejos de Canudos defendiam a volta da monarquia, o que fazia deles “inimigos da Republica” (CUNHA, 1914, p.366). O autor sustenta isso destacando o conteúdo das supostas pregações de Antônio Conselheiro, que, segundo a narrativa, falava abertamente não reconhecer a República (CUNHA, 1914, p.211) e tratava o governo como “demoniaco” (CUNHA, 1914, p.207).

Ocorre, porém, que ao construir narrativamente o ingresso dos soldados, nos últimos dias do arraial, no que chama de “casebres” (CUNHA, 1914, p.206), Euclides da Cunha traz como decepção dolorosa dos triunfadores a descoberta de que as prédicas de Antônio Conselheiro eram inofensivas. Em “Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parêlas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado dos sertanejos” algumas prédicas do beato foram encontradas escritas. Escritos que continham bem pouca significação política. O que nelas vibrava era uma “religiosidade diffusa e incongruente” (CUNHA, 1914, p.206).

Essa mesma descoberta, com igual decepção e dor, é posta na narrativa como vivida pelo próprio Euclides da Cunha ao cobrir a campanha de Canudos e experienciar e presenciar o sertão e o sertanejo. Antes do episódio acima transcrito, o autor escreve sobre Antônio Conselheiro:

Prégava contra a Republica; é certo. O antagonismo era inevitavel. Era um derivativo á exacerbação mystica; uma variante forçada ao delirio religioso. Mas não traduzia o mais pallido intuito politico: o jagunço é tão inapto para apprehender a fórmula republicana como a monarchico-constitucional. (CUNHA, 1914, p. 204)

Após essas palavras sobre Conselheiro, o autor mobiliza mais uma vez a retórica para construir, com efeito de sentido de lamento, aumentando assim sua potência, o que identificamos como parte de mais um de seus argumentos a favor da civilização do sertão, a afirmação: “Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversario serio, estrenuo paladino do extinto regimen, capaz de derruir as instituições nascentes” (CUNHA, ano, p.119).

A consequência imediata de tais descobertas é entender, a partir da narrativa de Euclides da Cunha, que Canudos significava para seus moradores, condenados pela seca à uma vida tormentosa, “a terra da promessa” (CUNHA, 1914, p.198), “Chanaan sagrada” (CUNHA, 1914, p.187), a “ante-sala do Paraiso” (CUNHA, 1914, p.198), a passagem para a “felicidade eterna” (CUNHA, 1914, p.143), e que era pela salvação de suas almas que aqueles sertanejos lutavam em defesa de Canudos. Assim, se configurou em Canudos um movimento popular, formado por gente de vários estratos sociais, de caráter messiânico onde seus membros uniam-se por uma religião que ressaltava a salvação pessoal e a moralidade a partir, dentre outras coisas, da do voto de pobreza e da renúncia aos valores materiais.

Nessa mesma linha se tem, dentre outros, momento da obra em que é trazido como um pavor supremo dos sertanejos, a morte a ferro frio. Não por temerem morrer, mas porque acreditavam que a morte por esse modo impossibilitava a salvação da alma (CUNHA, 1914, p.565) e um outro momento em que o autor descreve o júbilo dos pais ao terem uma de suas crianças mortas, por serem que ela estaria voltando “para os céus, para a felicidade eterna”, o que seria “a preocupação dominadora daquellas almas ingenuas e primitivas” (CUNHA, 1914, p.143). Situações construídas narrativamente por Euclides da Cunha com base na religião do sertanejo, classificada por ele como “mestiça” (CUNHA, 1914, p.139) e “ingênua” (CUNHA, 1914, p.445), responsável por “crenças singulares” (CUNHA, 1914, p.139) e justificada nas afirmações de que na “insurreição da terra contra o homem [...] o seu primeiro amparo é a fé religiosa” (CUNHA, 1914, p.135) e que sendo uma sociedade primitiva as “qualidades ethnicas e influxo das santas missões malevolas comprehendia melhor a vida pelo incomprehendido dos milagres” (CUNHA, 1914, p. 163).

É certo que, conforme *Os Sertões*, a religião, ou melhor dizendo, a religiosidade sertaneja, formada por “todas as crenças ingenuas, do fetichismo barbaro ás aberrações catholicas” (CUNHA, 1914, 150), aparece como a referência fundamental do universo cultural dos sertanejos de Canudos. Tanto que esses sujeitos já chegavam aquele lugar considerando-o “sagrado” (CUNHA, 1914, p.183), pois o viam como o final de uma romagem, onde “estavam salvos da pavorosa hecatombe, que vaticinavam as prophecias do evangelizador” (CUNHA, 1914, p.187).

Euclides da Cunha escreve que em Canudos “se firmou logo um regimen modelado pela religiosidade” (CUNHA, 1914, p.189). Lá “ao cahir da tarde, a voz do sino appellidava os fieis para a oração. Cessavam os trabalhos” (CUNHA, 1914, p.198). O autor escreve:

As rezas, em geral, prolongavam-se. Percorridas todas as escalas das ladainhas, todas as contas dos rosarios, rimados todos os bemdicos, restava ainda a cerimonia final do culto, remate obrigado daquellas. Era o <<beija>> das imagens. (CUNHA, 1914, p.202).

No mesmo sentido, tem-se na narrativa que, mesmo já existindo uma igreja em Canudos, esta não bastava, pois “Era fragil e pequena” (CUNHA, 1914, p.196). De modo que erigir um novo templo era considerado a missão sagrada dos fiéis canudenses (CUNHA, 1914, p.196).

Além disso, a crença dos sertanejos de Canudos também é trazida no livro como suporte essencial à luta que estes enfrentavam contra o Estado, representado pelos militares. Isso é apontado em diversos momentos da obra. Um deles é o relato do primeiro combate, onde se tem que os sertanejos, apesar de anunciarem-se de longe ao adversário, não tinham aparências guerreiras:

Guiavam-n`os symbolos de paz : a bandeira do Divino e, ladeando-a, nos braços fortes de um crente possante, grande cruz de madeira, alta como um cruzeiro. Os combatentes armados de velhas espingardas, de chuços de vaqueiros, de foices e varapaus, perdiam-se no grosso dos fieis que alteavam, inermes, vultos e imagens dos santos predilectos, e palmas resequidas retiradas dos altares. Alguns, como nas romarias piedosas, tinham á cabeça as pedras dos caminhos e desfiavam rosarios de côco. Equiparavam aos flagellos naturaes, que alli descem periodicos, a vinda dos soldados. Seguiam para a batalha rezando, cantando — como se procurassem decisiva prova. (CUNHA,1914, p.232).

A presença da bandeira do Divino é destacada em diversos outros momentos da obra que tratam de episódios da guerra. Bandeira que se dispunha “desdobrada, ondulante” (CUNHA, 1914, p.233). Era em volta dela que os sertanejos se reuniam (CUNHA, 1914, p.233).

A crença dos canudenses recebe tanto destaque na narrativa da guerra realizada por Euclides da Cunha que ele, ao tratar das sucessivas vitórias dos sertanejos, escreve: “Era sem dúvida um milagre. O complexo dos acontecimentos perturbava-os e tinha uma interpretação única: amparava-os visivelmente a potencia superior da divindade” (CUNHA, 1914, p.355).

Segundo Lemos, Canudos foi “uma comunidade heterogênea, de gente pobre, crente e insatisfeita que encontrou na simbologia messiânica, encarnada na figura do Conselheiro, consolo para a alma, um lugar no mundo e uma forma de expressar seu anelo por tempos melhores” (LEMOS, 2000, p.34).

No entanto, mesmo em *Os Sertões*, a luta sertaneja não pode ser considerada apenas uma guerra religiosa. Pois, enquanto a vivência religiosa conferia sentido à vida dos sertanejos que se instalavam em Canudos, por eles eram realizadas atividades que iam além da prática de fé, como: trabalho, plantação e canto (CUNHA, 1914, p.306). De maneira que, uma vez deflagrado o conflito, este assumiu um caráter político: a busca pela manutenção de uma determinada ordem social, ainda que o objetivo final dela fosse o alcance do plano celestial.

Nesse sentido, Euclides da Cunha afirma que “De nada mais necessitava aquela gente” (CUNHA, 1914, p.185) e que “No animo de muitos repontava a esperança de que os deixariam, afinal, na quietude da existencia simples do sertão” (CUNHA, 1914, p.307).

Ao escrever sobre Canudos, o autor transita entre as seguintes denominações: “fazenda de gado” (CUNHA, 1914, p.182), “tapera” (CUNHA, 1914, p.182), “aldeamento ephemero” (CUNHA, 1914, p.183), “Troya de taipa” (CUNHA, 1914, p.183), “tapera colossal” (CUNHA, 1914, p.184), “*urbs* monstruoso” (CUNHA, 1914, p.184), “*civitas* sinistra do erro” (CUNHA, 1914, p.184), “cidade cujo solo houvesse sido sacudido brutalmente e dobrado por um terremoto” (CUNHA, 1914, p.184), “arraial” (CUNHA, 1914, p.187), “cidade selvagem” (CUNHA, 1914, p.188), “cidadella” (CUNHA, 1914, p.226), “cidadella-mundéo” (CUNHA, 1914, p.336) “mysteriosa cidade sertaneja” (CUNHA, 1914, p.395) e “cidade barbara” (CUNHA, 1914, p.462).

Afora essas, há denominações utilizadas de forma mais genérica para se referir a Canudos, como “tapera”, “arraial” e cidadela”. E, por isso, repetidas em diversos momentos da obra de forma alternada sem uma aparente explicação lógica mais específica, a não ser a denominação do território sertanejo conforme os parâmetros de um homem do litoral. Apesar disso, de modo geral, instigantemente, as denominações utilizadas por Euclides da Cunha em *Os Sertões* ao tratar Canudos parecem apontar para uma evolução de sua percepção sobre aquele território. O que é indicado pelo número da página em que está inserida cada denominação e pelo índice apresentado no livro para a segunda parte da obra: *V.Canudos-antecedentes – aspecto original-e crescimento vertiginoso; Regimen da urbs*.

Confirmando este raciocínio, temos “velha fazenda de gado” (CUNHA, 1914, p.182), “tapera” (CUNHA, 1914, p.182), “aldeamento ephemero” (CUNHA, 1914, p.183) e “Troya de taipa” (CUNHA, 1914, p.183), denominações utilizadas no tópico *Canudos: Antecedentes*, e dispostas na narrativa na ordem em que citamos. Elas indicam as fases e o aspecto possuído por Canudos em cada uma delas, desde quando era apenas uma fazenda de gado até a chegada de Antônio Conselheiro. No tópico seguinte, *crescimento vertiginoso*, a denominação “tapera colossal” (CUNHA, 1914, p.184) aponta para um território ainda valorado negativamente, associado à destruição e ruínas. No entanto, classificado como vasto e grande após a chegada de Antônio Conselheiro.

Temos ainda as demais denominações: “velha fazenda de gado” (CUNHA, 1914, p.182), “aldeamento ephemero” (CUNHA, 1914, p.183), “Troya de taipa” (CUNHA, 1914, p.183) e “tapera colossal” (CUNHA, 1914, p.184) que, diferentemente de “tapera”, “arraial” e “cidadela”, são utilizadas de maneira pontual na narrativa. Usos que fortalecem o entendimento da maneira com que Canudos está sendo percebida, apontada e construída narrativamente por Euclides da Cunha naquele momento.

Dessas denominações, destacamos os oximoros “*urbs monstruosa*” (CUNHA, 1914, p.184), “*civitas sinistra do erro*” (CUNHA, 1914, p.184) e “cidade selvagem” (CUNHA, 1914, p.188). As três indicam a complexidade com que Canudos parece ser percebida por Euclides da Cunha através de seu arsenal cultural de homem do litoral combinado com a experiência vivida no sertão baiano, e ainda são alguns dos

elementos que indicam a presença para o autor de Canudos enquanto uma cidade, assim como também trazem para diante do leitor da narrativa uma cidade<sup>29</sup>.

Gumbrecht (2010) explica que o conceito de experiência costuma ser associado à interpretação, isto é, a atos de atribuição de sentido. É o que Euclides da Cunha parece desejar fazer em *Os Sertões*. Ao construir a narrativa da guerra de Canudos e, para isso, explorar a experiência que supostamente teria tido no sertão ao cobrir o desfecho da guerra, o autor parece desejar estruturar Canudos conforme os seus parâmetros culturais. No entanto, assim como o sertanejo, Canudos parece não ser enquadrada por eles:

A *urbs* monstruoso, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos comoros, atulhando as canhadas, cobrindo area enorme, truncado nas quebradas, revolto nos pendores — tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto.

Não se distinguiam as ruas. Substituia-as dedalo desesperador de beccos estreitissimos, mal separando o baralhamento cahotico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumieiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquillo fosse construido, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos...

Feitas de páo a pique e divididas em tres compartimentos minusculos, as casas eram parodia grosseira da antiga morada romana: um vestibulo exiguo, um atriumservindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção ; e uma alcova lateral, furna escurissima mal revelada por uma porta estreita e baixa. Cobertas de camadas espessas de vinte centimetros, de barro, sobre ramos de icó, lembravam as choupanas dos gaulezes de Cesar. Trahiam a phase transitoria entre a caverna primitiva e a casa. Se as edificações em suas modalidades evolutivas objectivam a personalidade humana, o casebre de tecto de argilla dos jagunços equiparado ao *wigwan* dos pelles-vermelhas suggeria paralelo deploravel. O mesmo desconforto e, sobre tudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miseria do homem, a decrepitude da raça (CUNHA, 1914, p.184-185).

A descrição de Canudos por Euclides da Cunha já inicia com o oxímoro *urbs* monstruosa, o qual é seguido pelo *civitas* sinistra. Considerando que, conforme Brandão e Gonçalves (2009), *urbs* se refere à estrutura física, à materialização do território e *civitas* se refere aos valores cívicos, símbolos político-religiosos e rituais públicos, entendemos que essas denominações visam contemplar as duas dimensões da cidade. Ou seja, material e imaterial, respectivamente.

---

<sup>29</sup> Utilizamos a ideia de produção de presença nos termos de Gumbrecht (2010) em *Produção de Presença: O que o Sentido Não Consegue Transmitir*. Onde produção é usada no sentido de sua raiz etimológica (do latim *producer*), que se refere ao ato de “trazer para diante” um objeto no espaço. De modo que, “produção de presença” aponta para todos os tipos de eventos e processos nos quais se escapa à dimensão do sentido. (GUMBRECHT, 2010).



No caso de Canudos, seu aspecto material e físico, diferente do que era provavelmente esperado por Euclides da Cunha de uma cidade, ambiente a que tinha como de progresso, desenvolvimento e civilidade, era, conforme sua narrativa, monstruosa. Entre vírgulas é posta a indicação daquilo em que consistia essa monstruosidade: barro. Canudos era construída de barro e tal fato a fazia monstruosa perante os olhos do engenheiro do litoral. Já o aspecto imaterial de Canudos, sua organização cívica, recebe o adjetivo “sinistro”. Adjetivo que também é considerado contraditório a uma cidade, ao menos na teoria, e especialmente na época. Uma vez que, naquele período ainda mais do que hoje, em razão da crescente violência urbana, as cidades eram frequentemente associadas à civilidade e não ao temível, ao assustador.

A dificuldade de Euclides da Cunha em interpretar Canudos aparece não só nos oximoros, mas nas linhas que os seguem. Logo após denominar Canudos de *urbs* e *civitas*, identificando-a, portanto, como cidade, ainda que “monstruosa” e “sinistra” na sua concepção, ele denomina Canudos de povoado. Entretanto, logo em seguida indica percebê-la como cidade novamente ao escrever que Canudos “tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto” (CUNHA, 1914, p.188). Euclides da Cunha aponta perceber ter diante de si uma cidade. Contudo, uma cidade que fugia daquilo que conhecia como tal. Tanto que, em diversos momentos, lhe é negada por ele tal classificação.

Construindo mais um contraste em sua descrição, Euclides da Cunha, no momento em que denomina Canudos de povoado, traz que este, apesar de novo, nascia velho, “já feito ruínas” (CUNHA, 1914, p.184). Ao descrever as residências de Canudos, o autor afirma que elas “eram parodia grosseira da antiga morada romana” (CUNHA, 1914, p.184) e que “trahiam a phase transitoria entre a caverna primitiva e a casa” (CUNHA, 1914, p.184). Desse modo, se mostra constante na narrativa a associação de Canudos com a decrepitude, característica das sociedades primitivas conforme o parâmetro do autor, sendo destacado por ele especialmente o aspecto negativo disso. O que é mais um argumento favorável ao seu projeto civilizador.

É evidente nesse momento o julgamento do autor, seu racismo e o escárnio com que escreve, especialmente quando associa as casas de Canudos à antiga morada romana. Apesar disso, ao refletir sobre os elementos utilizados por Euclides da Cunha para associar Canudos às sociedades primitivas, merece destaque a

utilização de figuras que remetem à antiguidade clássica para construí-la narrativamente, como *urbs* e *civitas*. Pois, além de colaborarem para a elaboração do tom épico da obra e apontarem Euclides da Cunha e os leitores a que destina sua obra como homens com alto grau de instrução formal, esses elementos indicam que, apesar de atrasada, Euclides da Cunha percebia Canudos como uma potência. A sua associação ao passado e a Roma, um dos maiores impérios do mundo, pode ser explicada como uma tentativa do autor de sanar sua necessidade de interpretar e atribuir sentido a Canudos. Já que isso não parece possível a partir dos parâmetros de cidade de sua época.

A cidade do Rio de Janeiro aparece em *Os Sertões* como o principal modelo disponível no repertório de Euclides da Cunha. Pois, embora em diversos momentos da obra ele utilize expressões como “capitães do litoral” (CUNHA, 1914, p.362) ou “cidades do litoral” (CUNHA, 1914, p.618), indicando assim se referir às cidades do litoral de forma geral, é do Rio de Janeiro, provavelmente por ser a capital do país na época em que a guerra acontecia, que o autor traz as reações da sociedade quanto aos episódios ocorridos no interior da Bahia, escrevendo inclusive um tópico, intitulado *A rua do Ouvidor e as caatingas*, onde aborda tais reações comparando-as ao comportamento dos sertanejos em Canudos.

Ocorre que “o Rio é a mais antiga metrópole do país” (VILLAÇA, 2001, p.159). Já no início do século XIX, por se tornar sede de uma corte europeia, foi convertida em um centro cultural, com academias navais e militares, faculdade de medicina, imprensa, jardim botânico, biblioteca, missões artísticas e científicas vindas da Europa a convite da corte (VILLAÇA, 2001). Ao passo que, as demais cidades brasileiras, nas palavras de Oliveira (1981), até a década de 20 do século XX, não passavam de “acanhados burgos” (OLIVEIRA, 1981, p.32).

Villaça (2001) explica que em meados do século XIX ocorreu uma transição na produção do espaço urbano carioca, que já possuía abastecimento de água, pontes e calçadas, ruas pavimentadas e iluminação pública desde a vinda da família real para o Brasil. Essa transição na produção do espaço, conforme Villaça (2001), “coincide com um período de transição na sociedade – de patriarcal, escravocrata e colonial, para capitalista, com uma nova estratificação social, uma nascente burguesia e classe média urbanas” (VILLAÇA, 2001, p.160). Essa transição e a nova espacialização urbana, no entanto, foram mais claras e pioneiras apenas no Rio de

Janeiro, onde inclusive os transportes coletivos se difundiram bem antes que nas outras metrópoles (VILLAÇA, 2001).

A influência europeia sobre a estruturação do Rio de Janeiro era tão fortemente exercida que Penna (2011), ao citar alguns relatos de viajantes estrangeiros que afluíram no Brasil após a abertura dos portos, escreve que um deles, o inglês Gardner, afirmou que o grande desejo dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro parecia ser o de dar uma fisionomia europeia à cidade. Tanto que uma das mais belas ruas da cidade, a rua do Ouvidor, não o era por ser mais larga, limpa ou melhor pavimentada que as outras, mas porque era ocupada principalmente por livreiros, modistas francesas, sapateiros, joalheiros, alfaiates, confeitadores e barbeiros.

Essa influência da Europa é abordada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, inclusive, como um de seus argumentos a favor da construção de uma identidade nacional e da civilização do sertão. Embora o autor pareça se embasar amplamente em teorias desenvolvidas na Europa e carregar princípios civilizadores europeus, ele traz que foi vantajoso ao sertanejo permanecer isolado durante a “phase delicadíssima da sua formação” (CUNHA, 1914, p.112). Pois, segundo o autor, ele foi libertado de “exigencias desproporcionadas de uma cultura de emprestimo” (CUNHA, 1914, p.112). O que o teria preparado para conquistar no futuro a sua própria cultura (CUNHA, 1914, p.112).

Assim, Cunha apresenta críticas à cidade do Rio de Janeiro e às demais litorâneas e constrói mais um argumento a favor da civilização do sertão, a partir da premissa de que tais críticas não poderiam ser estendidas ao sertão, território daqueles que seriam o cerne da nacionalidade brasileira. Euclides da Cunha escreve que nas cidades do litoral se observa uma inversão extravagante nas quais funções altamente complexas são impostas a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os. Enquanto o sertão, em razão da integridade orgânica do mestiço, era inteiro e robusto, imune de estranhas mesclas. Segundo o autor, aquele lugar era “capaz de evolver, diferenciando-se, accommodando-se a novos e mais altos destinos” (CUNHA, 1914, p.112).

De todo modo, nota-se que a configuração do Rio de Janeiro na época era algo bastante específico seu. Isto é, apresentava uma estruturação distinta das demais cidades do país no século XIX. Frente a isso, resta-nos demonstrar que a não identificação por Euclides da Cunha dessa mesma estrutura em Canudos não

impossibilita, por si só, a caracterização desta enquanto cidade pelo leitor de *Os Sertões*. Assim como não impediu o seu reconhecimento como tal pelo próprio autor, como apontado em diferentes momentos da obra. Até mesmo porque, como explica Penna (2011), a geração de cidades brasileiras foi desigual e elas possuíram evolução estrutural segundo dinâmicas distintas e em ritmos diferentes.

No entanto, é fato que se fosse imprescindível emoldurar Canudos nos parâmetros tidos como de uma cidade, Canudos se compararia, conforme as características construídas narrativamente por Euclides da Cunha, mais facilmente à ideia de cidade colonial apresentada por Penna (2011) do que ao Rio de Janeiro conhecido por Euclides da Cunha. Fator que fortalece o entendimento acima disposto de que o autor traz elementos, em sua narrativa, que associam Canudos às sociedades primitivas.

Assim como Penna (2011) alega que ocorria nas cidades coloniais, a Canudos construída narrativamente em *Os Sertões* tinha um viés concentracionista. O que, em um primeiro momento, foi trazido por Euclides da Cunha como “baralhamento cahotico dos casebres feitos ao acaso” (CUNHA, 1914, p.184). Lugar onde as ruas não se distinguiam e eram substituídas por “dedalo desesperador de beccos estreitíssimos” (CUNHA, 1914, p.112). Mas que, posteriormente, foi identificada pelo autor como um “plano de defesa” dos sertanejos (CUNHA, 1914, p.187-188.) e classificada como “nucleo compacto de casaria” (CUNHA, 1914, p.187). Se nas cidades coloniais essa concentração ocorria em torno de edifícios públicos, no caso de Canudos, as habitações alinhavam-se em torno da primitiva igreja (CUNHA, 1914, p.188). Se os pontos focais da cidade colonial eram adros de igrejas e as ruas por onde passavam as procissões, o de Canudos era a construção da nova igreja. Assim como as cidades coloniais, embora Canudos possuísse alguns elementos de vida permanentes, como as rezas diárias ao cair da tarde (CUNHA, 1914, p.198), suas fases de maior atividade ocorriam somente nas datas e estações de costume. Por outro lado, diferentemente do Rio de Janeiro, ela não possuía academias navais e militares, faculdades ou bibliotecas.

Assim, embora Euclides da Cunha não tenha feito sua associação às cidades coloniais de forma direta, ao construir narrativamente a cidade que aponta ter percebido diante de si em sua viagem ao sertão baiano, ele trouxe elementos que levam seu leitor a perceber uma cidade semelhante às coloniais. Essa semelhança se dá em função de algumas características que construiu como pertencentes a

Canudos, como por exemplo, o fato de que os homens do litoral receberam o papel de colonizador do sertão em diversos momentos. Ele ainda afirma que os sertanejos, dentre eles os que construíram Canudos, foram deixados por quatrocentos anos “na penumbra secular em que jazem, no amago do paíz” (CUNHA, 1914, p.205), enquanto o litoral vastíssimo vivia os reflexos de uma vida civilizada. Portanto, são alguns desses elementos, que, em síntese, levam o leitor a concluir que um território que permaneceu isolado da atenção do Estado por tanto tempo não poderia apresentar a mesma estrutura da maior metrópole do país. O natural era que se assemelhasse às cidades da conquista<sup>30</sup>, como a obra parece apontar.

De todo modo, esse é um entendimento que surge a partir de elementos que constroem narrativamente uma cidade com base nos parâmetros do homem do litoral. Homem que considerava a situação em que o sertanejo se encontrava no sertão como miserável (CUNHA, 1914, p.186), resultada de um abandono do governo (CUNHA, 1914, p.111). É a partir dos ideais, valores e deveres estatais estabelecidos no litoral, portanto, que Canudos é construída narrativamente como uma cidade que se assemelhava às cidades coloniais.

Apesar desses parâmetros permanecerem, inevitavelmente, em toda a narrativa, existem momentos que Euclides da Cunha parece querer alinhar sua percepção a dos sertanejos. Em um deles, o autor traz as lendas das cidades encantadas na Bahia:

A imagem é perfeita. São vulgares naquelle trato dos sertões esses aspectos originaes da terra. As lendas das <<cidades encantadas>>, na Bahia, que têm conseguido dar á phantasia dos matutos o complemento de sérias indagações de homens estudiosos, originando pesquisas que fôra descabido relembrar, não têm outra origem. E não se acredite que as exaggere a imaginação daquellas gentes simples, illudindo tanto a expectativa dos graves respigadores que por alli têm perlustrado, levando ancioso anelo de sábias sociedades ou institutos, onde se debateu o caso interessante. (CUNHA, 1914, p.267)

Após construir narrativamente a paisagem sertaneja, nas linhas anteriores ao texto citado, mesmo trazendo como comum aos sertões as características dessa paisagem, Euclides da Cunha a classifica como uma “imagem perfeita”. A partir daí, então, se aproximando da cultura sertaneja, destaca a originalidade da terra a

---

<sup>30</sup> Alícia Duarte Penna traz os termos “cidade colonial” e “cidade da conquista” como sinônimos.

associando às cidades encantadas da Bahia<sup>31</sup>, mito popular de alta credibilidade perante os sertanejos, mas reinterpretado pelo imaginário erudito, de modo que, ainda mantendo suas percepções guiadas pelos parâmetros do litoral, o autor escreve que tais cidades não se limitavam à “fantasia dos matutos”, que elas eram também objeto de pesquisas de estudiosos.

Essa associação e o destaque dado ao fato de que as cidades encantadas da Bahia, a princípio relacionadas à “imaginação daquellas gentes simples”, eram também objetos de indagações de homens estudiosos, apontam para uma percepção de Euclides da Cunha, ainda que momentânea, de Canudos enquanto uma cidade que poderia compreender os seus parâmetros de homem do litoral influenciado por uma “cultura de empréstimo” (CUNHA, 1914, p.112) e, simultaneamente, os parâmetros dos sertanejos, homens isolados de tal cultura e da atenção do Estado há quatrocentos anos (CUNHA, 1914, p.205).

As cidades encantadas da Bahia, conforme Langer (2002), não são estruturadas no imaginário popular e como objeto de estudos apenas com base na sua beleza. Mas, especialmente, com base em sua riqueza e na felicidade em que viviam seus moradores. As cidades encantadas são, inclusive, associadas à lenda do Eldorado.

Em razão disso, defendemos que a associação de Canudos a tais cidades na narrativa de Euclides da Cunha, juntamente com as variadas denominações, das quais destacamos os oximoros “*urbs monstruosa*” e “*civitas sinistra*”, apontam que o autor, em meio ao seu arsenal cultural, seus ideais e a sua experiência no sertão, teria tido dificuldades em compreender esse território. O que explica a forma, em muitos momentos contraditória, com que o constrói narrativamente em *Os Sertões* e a sua denominação de “mysteriosa cidade sertaneja” (CUNHA, 1914, p.395).

Em meio a tais contradições, no entanto, e frente a sua denominação de “mysteriosa cidade sertaneja” (CUNHA, 1914, p.395), clara é a percepção de Euclides da Cunha em sua experiência no sertão, e a construção narrativa por ele em seu livro, da presença de Canudos enquanto cidade.

---

<sup>31</sup>As cidades encantadas da Bahia são conhecidas por toda a América Latina. São metamorfoses de antigos mitos coloniais, como o Eldorado e tradições bandeirantes, formando um rico e elaborado imaginário popular que as estruturam em imagens de abundantes riquezas. Sobre as cidades encantadas da Bahia ver: LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil império. In: **Revista Brasileira de História**. Vol.22. nº.43. São Paulo. 2002. 13p.

Contribui para isso a classificação feita por ele, na mesma narrativa, do arraial do Bom Jesus, criado por Antônio Conselheiro em momento anterior à sua chegada em Canudos, como “quasi uma cidade” (CUNHA, 1914, p.226). Pois, através do advérbio “quasi”, o autor indica que algo faltava para esse arraial de fato consistir em uma cidade. Enquanto, nos momentos que denominou Canudos de cidade, mesmo quando trouxe adjetivos tidos como opostos à cidade como “selvagem” (CUNHA, 1914, p.188) e “barbara” (CUNHA, 1914, p.462), ele não apresentou elementos que apontassem para a carência de algum elemento necessário à configuração de uma cidade, ou qualquer outro critério que fizesse o leitor entender que, embora parecesse, Canudos não fosse cidade.

Os adjetivos “selvagem” e “bárbara”, assim como outros elementos da narrativa, sugerem que a cidade em que consistia Canudos não era nos moldes do Rio de Janeiro do século XIX, ou ainda, nos moldes de outra cidade litorânea. Entretanto, eles não impedem o reconhecimento desse território como cidade. A Canudos construída narrativamente por Euclides da Cunha tinha especificidades, relacionadas especialmente ao que ele trouxe no livro como abandono por parte do Estado e, conseqüentemente, falta de desenvolvimento e civilização. Por isso, a caracterização dela como “selvagem” e “bárbara”.

Voltamos novamente o nosso olhar às cidades coloniais, já que o autor se utiliza de seus parâmetros de homem do litoral para interpretar sua experiência no sertão e urdir sua narrativa, e dos modelos de cidade reconhecidos, este era o que mais se aproximava da Canudos construída narrativamente por ele. A partir disso, trazemos a afirmação de Milton Santos (1993) de que: “até o século XVIII tratava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização” (SANTOS, 1993, p.20). Nesse sentido, considerando ainda que, conforme Euclides da Cunha, o sertão permaneceu esquecido por quatrocentos anos (CUNHA, 1914, p.205), defendemos que o território de Canudos parece ser figurado na narrativa como uma cidade que ainda estava sendo gerada.

Tal entendimento nos remete à caracterização de Canudos enquanto território realizada no capítulo I dessa dissertação conforme as dimensões de território apresentadas por Fontanille (2014) a partir das paisagens de Canudos construídas narrativamente por Euclides da Cunha. Essa remissão ocorre em razão da abordagem de território realizada por Fontanille (2014) não se limitar às dimensões espacial; modal e actancial; figurativa e sensível; subjetal e enunciativa; e

hermenêutica, já analisadas no capítulo mencionado, mas por ela também conceber território enquanto um tipo impreciso.

Fontanille (2014) explica que, ao compreender território como um tipo impreciso, o percebe como um *devir*, “no sentido de que o território é chamado a tornar-se qualquer coisa mais precisa, graças ao trabalho de transformação dos atores que se identificam com ele. Em suma, o território é um devir coletivo, uma ‘transformação em curso’, que se opõe (daí a negatividade recorrente) às entidades espaciais institucionalizadas” (2014, p.3).

Na narrativa de Euclides da Cunha, Canudos é transformada de “tapera” (Cunha, 1914 p.182) em “mysteriosa cidade sertaneja” (CUNHA, 1914, p.395), passando por “aldeamento ephemero” (CUNHA, 1914, p.183), “Troya de taipa” (CUNHA, 1914, p.183) “tapera colossal” (CUNHA, 1914, p.184), “*urbs* monstruoso” (CUNHA, 1914, p.184), “*civitas* sinistra do erro” (CUNHA, 1914, p.184), “cidade cujo solo houvesse sido sacudido brutalmente e dobrado por um terremoto” (CUNHA, 1914, p.184), “arraial” (CUNHA, 1914, p.187) e “cidade selvagem” (CUNHA, 1914, p.188) a partir da chegada de Antônio Conselheiro e de seus seguidores. Atores que se identificavam com aquele território já em sua “topographia interessante” (CUNHA, 1914, p.183), a qual eles modelavam imaginativamente “como o primeiro degrão, amplissimo e alto, para os ceus...” (CUNHA, 1914, p.183).

Canudos é construído narrativamente como uma transformação em curso a partir do trabalho dos sertanejos que, se identificando com aquele território por refletirem no martírio de suas vidas o martírio da terra em que Canudos foi erigida (CUNHA, 1914 p.61), continuavam a aumentar mesmo após já iniciada a guerra (CUNHA, 1914, p.305). O trabalho deles é figurado na construção dos casebres ao clarear da manhã (CUNHA, 1914, p.187), na edificação da igreja nova (CUNHA, 1914, p.196) e nas plantações estiradas pelas duas margens dos rios (CUNHA, 1914, p.306) e à oposição às entidades espaciais institucionalizadas aparece na menção de forma negativa à república nas prédicas de Antônio Conselheiro (CUNHA, 1914, p.204) e na expulsão dos missionários da igreja católica (CUNHA, 1914, p.213).

Ao percebermos a Canudos construída narrativamente por Euclides da Cunha como um território nos termos apresentado por Fontanille (2014) e, portanto, reconhecê-la como um *devir*, entendemos que a cidade que se fez presente na experiência do autor no sertão baiano ao cobrir a guerra de Canudos, assim como a



cidade que ele colocou diante de seus leitores através da sua narrativa, se trata de uma cidade ainda em fase de geração.

Ao tratar do sertanejo, Euclides da Cunha o traz como um retrógrado, não um degenerado (CUNHA, 1914, p.111). Sujeito que foi afastado dos homens do litoral através do tempo, mais do que pelos quilômetros. Mas que, contudo, era um sujeito que possuía condições de ser trazido “para o nosso tempo e incorporado á nossa existencia” (CUNHA, 1914, p.524). Para ele, enfatizamos, o sertanejo era o cerne da nacionalidade brasileira (CUNHA, 1914, p.218) que precisava apenas de tempo para se civilizar e se desenvolver.

Aplicando essa mesma lógica sobre Canudos e seus moradores: sendo concedido o tempo necessário ao sertanejo para se desenvolver, sendo trazido para o nosso tempo e incorporado à nossa existência, o sertanejo de Canudos aplicaria nova força de trabalho sobre Canudos transformando-a em uma cidade ainda mais desenvolvida do que as reconhecidas como tal por Euclides da Cunha, o homem do litoral. Nesse sentido, o próprio autor escreve:

Ao envez da inversão extravagante que se observa nas cidades do littoral, onde funcções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrophiando-os antes do pleno desenvolvimento — nos sertões a integridade organica do mestiço desponta inteiriça e robusta, immune de estranhas mesclas, capaz de evolver, diferenciando-se, accommodando-se a novos e mais altos destinos. (CUNHA, 1914, p.112)

No entanto, considerando que, nos termos de Lefebvre (2000) cada sociedade produz o seu espaço, a cidade percebida por Euclides da Cunha e presente em sua narrativa, poderia, caso não fosse destruída na guerra, nunca vir a ser transformada conforme os parâmetros do autor. Canudos teve sua prática espacial, e assim como Lefebvre (2000) afirma ter ocorrido na *cit e* antiga, seus moradores estavam modelando seu próprio território, isto  , um território apropriado ao ritmo de suas vidas. E assim como a *cit e* grega   apontada por Lefebvre (2000) para balizar o caminho da apreensão da cidade como tal, trouxemos a cidade colonial não como uma forma de traçar aquele que seria o destino de Canudos, mas de buscar compreender a percepção pelo autor de *Os Sertões* sobre Canudos enquanto cidade.

De todo modo, como explica Lefebvre (2000), gerar um espaço social apropriado   um processo. Portanto, não se realiza em um dia (LEFEBVRE, 2000,

p.60). O que explica a caracterização de Canudos na narrativa de Euclides da Cunha como um *devir*, independentemente da estrutura que apresentaria quando concretizada.

Porém, perceber na narrativa de Euclides da Cunha elementos que apontam a presença de Canudos enquanto uma cidade fortalece o entendimento de que a luta do sertanejo na guerra de Canudos não era, ou ao menos não era apenas, uma luta de cunho religioso. Como já dissemos, ainda que motivados pela crença e busca por uma salvação divina, desejada com grande vigor em razão do sofrimento a que estavam condenados pela seca e incentivados pela figura do beato Antônio Conselheiro, uma ordem social foi estabelecida. Atividades que iam além de práticas religiosas eram realizadas pelos canudenses e um território havia sido construído e continuava a ser transformado a partir da ação desses sertanejos, sujeitos que assumiam a condição de “donos da cidade” e, por isso, podiam criar e reorganizar o território com base em seus próprios parâmetros e horizontes.

Ao utilizarmos a expressão “donos da cidade”, nos inspiramos no direito à cidade<sup>32</sup>, plataforma político-filosófica desenvolvido por Lefebvre (1968), que defende a transformação da cidade de modo a fazer prevalecer a apropriação do espaço pelos cidadãos para satisfazer necessidades da coletividade. O autor explica que a apropriação não se relaciona com a propriedade, mas com o uso, e que para que a apropriação individual possa ocorrer, antes é preciso acontecer a apropriação coletiva.

Indo ao encontro dessa ideia defendida por Lefebvre (1968), na Canudos construída narrativamente por Euclides da Cunha, percebemos a prevalência da apropriação do espaço visando satisfazer as necessidades coletivas em relação às propriedades pessoais. Conforme a narrativa de *Os Sertões*, só se tinha em Canudos como de propriedade pessoal as casas e os objetos móveis. Terras,

---

<sup>32</sup> O direito à cidade foi concebido por Henri Lefebvre na obra-manifesto “Le droit à la ville”, publicada em maior de 1968, e consiste, em síntese, na crítica ao urbanismo positivista e na defesa de que os cidadãos assumam a condição de sujeitos do espaço social e construam a sua própria cidade, o que não se daria pela simples construção de moradia e outros bens materiais, mas também por uma sociabilidade alternativa à sociedade burocrática dominada por uma racionalização automatizadora que torna a vida cotidiana desprovida de sentido. O direito à cidade é o direito à criação e plena fruição do espaço social. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2016. 144p. Tradução de: Le Droit à La Ville.

pastagens, rebanhos e produtos da cultura eram da comunidade, bens pelos quais os primeiros donos recebiam apenas “exígua quota parte” (CUNHA, 1914, p.191).

Nesse mesmo sentido, ainda temos em *Os Sertões* que “os recém-vindos entregavam ao Conselheiro noventa e nove por cento do que traziam, incluindo os santos destinados ao santuario comum” (CUNHA, 1914, p.191). Euclides da Cunha afirma considerar isso “uma forma exaggerada do collectivismo tribal” (CUNHA, 1914, p.190). Apesar disso, ele escreve, sem deixar de realizar mais uma vez sua própria valoração, através da palavra “migalha”, que os sertanejos “reputavam-se felizes com a migalha restante” (CUNHA, 1914, p.191).

A vida na cidade idealizada por Lefebvre (1968) parte dos problemas concretos de cada lugar no qual são desenvolvidas as relações sociais. Ele defende a primazia da crítica e da imaginação de novas possibilidades para a resolução de problemas. Ao defender o direito à cidade, o autor ainda escreve que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra (LEFEBVRE, 1968, p.113).

Assim, Lefebvre (1968) se posiciona a favor da restauração da cidade como obra dos cidadãos. Isso a partir do primado da imaginação sobre a razão, da arte sobre a ciência. Por essa plataforma político-filosófica, na cidade não são necessários apenas produtos e bens materiais consumíveis, mas também informação, simbolismo e imaginário.

Conforme a narrativa de Euclides da Cunha, Canudos se caracterizou em uma verdadeira revolução de iniciativa popular. Sem que houvesse qualquer ação oficial que visasse atrair pessoas a Canudos, para lá dirigiram-se “turmas sucessivas de povoadores convergentes das villas e povoados mais remotos” (CUNHA, 1914, p.183) que passaram a viver conforme um regime próprio, classificado pelo autor como “modelado pela religiosidade do apóstolo extravagante” (CUNHA, 1914, p.189). Foram contadas “[...] uma, duas, tres, quatro mil, cinco mil casas! Cinco mil casas ou mais! Seis mil casas, talvez! Quinze ou vinte mil almas” (CUNHA, 1914, p.443).

Além disso, segundo o texto de *Os Sertões*, na construção de Canudos há a primazia da imaginação sobre a razão: “a sua topographia interessante modelava-o

ante a imaginação daquellas gentes simples como o primeiro degráo, amplíssimo e alto, para os ceus...” (CUNHA, 1914, p.183) e seus moradores tinham como principal missão a construção de uma nova igreja.

Por tudo que enunciamos, associamos a luta do sertanejo de Canudos com o direito à cidade. Isso porque essa política-filosófica prega uma cidade que tenha a vida nela desenvolvida a partir dos seus problemas concretos. Problemas os quais, a partir das relações sociais desenvolvidas, deverão ser submetidos à crítica e à imaginação de novas possibilidades, sendo proporcionada assim, uma liberdade no estabelecimento de suas configurações.

Fazemos essa correlação não por defendermos a existência de uma vida urbana em Canudos ou por termos o modo de vida dos canudenses como o ideal. Mas para, nos libertando dos modelos de cidade reconhecidos por Euclides da Cunha e pelos campos disciplinares de saber, não reduzir os efeitos de sentido da Canudos construída narrativamente. E, assim, defender que os canudenses se colocaram na condição de sujeitos na construção da sua própria “cidade”, a qual se concretizaria a partir do território de Canudos. Entendemos que era por esse território e pelo direito de construir seu *devoir* que os canudenses lutavam. Euclides da Cunha, fortalece esse entendimento ao, apontando o valor emocional de Canudos aos seus moradores através da palavra “lar”, escrever: “O sertanejo defendia o lar invadido” (CUNHA, 1914, p.471).

Por fim, entendemos como direito dos canudenses a defesa e a reconstrução do território de Canudos. De modo que o “direito à cidade”, para aqueles sertanejos, seria a objetivação do direito ao território de Canudos, moldado de acordo com seus interesses, seus ideais, suas necessidades e suas condições. O que o tornaria um “lugar” para chamar de seu.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de adentrarmos às considerações finais propriamente ditas, creio ser conveniente uma breve digressão acerca do percurso empreendido durante a empreitada que está chegando ao fim. Em meio aos inúmeros textos lidos no desenvolver desta pesquisa, me marcou uma entrevista concedida pela professora Walnice Nogueira Galvão, uma das principais estudiosas da obra de Euclides da Cunha, na qual afirmava que o autor, ao cobrir a guerra de Canudos, parece ter se deparado com tantas coisas novas, grandes e complexas, que não sabia como compreender ou lidar com todas elas. Assim, ele teria se dedicado por anos ao acúmulo de saberes que pudessem lhe fazer desenvolver o que havia experienciado e presenciado no sertão baiano.

Porém, segundo a estudiosa, os saberes adquiridos não teriam sido suficientes para fazer Euclides da Cunha superar a dificuldade em lidar com a avalanche de informações e situações às quais teria tido acesso em Canudos. De tal modo, sua narrativa construiu uma linha tênue entre ciência e arte, a qual transpassou diversas vezes. Em alguns momentos o autor se contradisse sobre o que trouxe acerca do sertanejo e da civilização e, assim, ao tratar sobre o conflito de Canudos, teria revelado um conflito interno.

Essas considerações proferidas por Walnice Nogueira Galvão me marcaram por explicarem muito da minha própria percepção sobre *Os Sertões* e, ainda mais, por traduzirem a minha própria experiência no desenvolver desta pesquisa. Ao ler a obra de Euclides da Cunha, agora enquanto objeto de pesquisa, me deparei com tantas coisas novas, grandes e complexas que, assim como teria acontecido com o autor, também não sabia como compreendê-las e mobilizá-las, mesmo já tendo estabelecido como objetivo problematizar sobre como a obra constrói narrativamente as configurações territoriais de Canudos, bem como refletir em que medida estas configurações revelam pistas da busca pelos sertanejos do direito ao território de Canudos e à construção de uma “cidade” enquanto *devir*.

Assim como Euclides da Cunha parece ter chegado a Canudos, eu cheguei à pós-graduação com uma ideia diferente daquilo que encontraria. Assim, o que eu parecia compreender e o que eu passei a conhecer, ainda que por vezes sem compreender, se uniu, confundiu e criou. Para mim, bacharela em direito, lidar com

literatura, por si só, já era um desafio; lidar com *Os Sertões*, denominado tantas vezes de “bíblia da nacionalidade brasileira” era um desafio sem tamanho, e eu ousou admitir que não possuía total consciência disso antes de começar a empenhar esforços para cumpri-lo.

Como fez Euclides da Cunha em relação às informações que adquiriu e às situações que presenciou e experienciou, eu me dediquei a buscar por conhecimentos que me levassem a compreender a narrativa de *Os Sertões* e a avançar na pesquisa. Porém, embora tenham me concedido instrumentos para lidar com meu objeto de pesquisa, os conhecimentos adquiridos não eliminaram a minha dificuldade em trabalhar com uma obra que consiste em uma avalanche de conteúdos dispostos de forma complexa. Assim, ao lidar com fato e ficção na narrativa de Euclides da Cunha, acabei por construir uma linha tênue entre eles e houve momentos em que a transpassei. Euclides da Cunha, com seu texto artístico e polifônico, me envolveu e convenceu de tal modo que, sem perceber, por vezes, tratei como verdade o que afirmei ser ficção. Me contradisse e, então, para além dos conflitos na obra, revelei conflitos desta pesquisadora no desenvolver de seu trabalho.

No entanto, partindo da ideia defendida por Henry Lefebvre (2000), de que a teoria não deve colocar o vivido entre parênteses para promulgar conceitos, entendi que o percurso do meu pensamento, inclusive em suas contradições e ambiguidades, deveria fazer parte desta dissertação, que sempre pretendeu problematizar mais do que resolver. Assim, o que foi pensado não foi sendo apagado, mas explicado e reelaborado, na medida do possível a esta pesquisadora aprendiz, frente às demandas de seu objeto e descobridora de tantas novas perguntas quando supunha poder encontrar as respostas das perguntas iniciais.

São em boa parte as contradições e ambiguidades de *Os Sertões* que recebem o mérito pelo fascínio que a obra causa em seus leitores. Não espero que esta dissertação seja recebida com fascínio, mas defendo que suas contradições e ambiguidades não sejam motivo de demérito, sobretudo por vivermos em uma época em que a ciência está liberta da ilusão de que existem pesquisas imparciais, imunes às ideologias e vícios dos pesquisadores. Defendo que o percurso desta pesquisa pode colaborar para iluminar outros caminhos e sugerir que sejam dados passos mais firmes na direção daqueles que nos trouxeram até aqui. Dito isso, passemos às considerações finais propriamente ditas.

Northrop Frye (1973) defende a crítica como um direito próprio, independente da arte com a qual trabalha. Para isso, ele constrói uma analogia do trabalho de um crítico que afirmou ter descoberto sutilezas em um poeta, das quais esse poeta provavelmente não tinha consciência, com um processo físico: um floco de neve possivelmente não tem consciência de formar um cristal, ainda assim a transformação que realiza é digna de estudo.

Neste trabalho, refletimos sobre a construção narrativa das configurações territoriais de Canudos em *Os Sertões* e analisamos a existência de pistas em tal construção, da busca dos sertanejos pelo direito ao território de Canudos e à caracterização dele como uma “cidade” enquanto *devir*, sem considerar que esta tenha sido a intenção de Euclides da Cunha, mas, sem ignorar que compreender a composição da sua narrativa é elemento importante para o alcance desse intento.

Euclides da Cunha construiu narrativamente as paisagens do caminho que supostamente percorreu ao cumprir com a missão de cobrir a campanha de Canudos, assim como de demais territórios que, apesar de não terem sido acessados fisicamente por ele, por terem servido de cenários à guerra ou a acontecimentos relacionados a ela, lhes teriam sido apresentados por fontes orais e/ou documentais. Paisagem é materialidade e conteúdo social, como explica Schama (1996) e Santos (1998). Ela é capaz de exprimir o passado e o movimento da vida, de modo que, sendo a paisagem uma parte da configuração territorial, embora distinta dela, as paisagens construídas narrativamente por Euclides da Cunha trouxeram alguns elementos da relação do sujeito sertanejo com o espaço do sertão, especialmente de Canudos. Por meio delas, na obra, pudemos analisar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) supostamente ocorridos em Canudos e tivemos acesso a alguns traços do que seriam as concepções do sertanejo sobre o morar, trabalhar e viver.

As paisagens construídas narrativamente em *Os Sertões* apontaram para o processo de reterritorialização de um novo grupo, formado por Antônio Conselheiro e seus seguidores no território de Canudos – antiga fazenda florescente – e para a transformação desse território por e para esse grupo. As figuras utilizadas por Euclides da Cunha para revestir Canudos, como “reducto” e “lar”, nos permitiram perceber o caráter material e o caráter simbólico desse território. Este último, dando destaque à figura “lar”, associamos à ideia de lugar. Lugar aqui é entendido na

perspectiva de Tuan (2012), como espaço de significação e, mais do que isso, de afeto aos seus moradores.

Esse território é posto na narrativa de Euclides da Cunha como construído por um sujeito, o sertanejo, que refletira em sua vida o martírio da terra do sertão de tal modo que apegou-se à religiosidade para dar um sentido à sua vida. Um mestiço, assim como o homem do litoral, mas tão diferente dele que não pôde ser compreendido pelo autor a partir das teorias acadêmicas vigentes na época. Assim, o sertanejo construtor de Canudos é posto na narrativa de Euclides da Cunha como um retrógrado, condenado pela seca e por toda a miséria que ela traz, condenado também pelo abandono em que viveu por séculos. Mas, ao mesmo tempo, antes de tudo, um forte, que se beneficiou desse mesmo abandono, que pôde se desenvolver de forma autêntica, sem a influência negativa de uma “cultura de empréstimo”. Por isso mesmo o sertanejo é defendido como o cerne da nacionalidade brasileira, que necessitava apenas de tempo para se civilizar, se desenvolver.

A combinação desse território construído narrativamente por Euclides da Cunha que conjuga caráter material e simbólico, com esse sujeito paradoxal dá indícios de que a luta sertaneja não era apenas uma guerra religiosa. Pois, embora a vivência religiosa trouxesse sentido à vida dos sertanejos que se instalavam em Canudos, nela também existiu espaço para atividades que iam além da prática de fé, como trabalho, plantações e canto. Uma vez deflagrado o conflito, este assumiu um caráter político: a busca pela manutenção de uma determinada ordem social constituída em Canudos por Antônio Conselheiro e seus seguidores, ainda que o objetivo final dessa ordem fosse o alcance do plano celestial.

Diversas denominações utilizadas por Euclides da Cunha para se referir a Canudos indicam isso. Destacamos algumas que identificam esse território como uma cidade, são os oximoros “*urbs* monstruosa” (CUNHA, 1914, p.184), “*civitas* sinistra do erro” (CUNHA, 1914, p.184) e “cidade selvagem” (CUNHA, 1914, p.188). Denominações que, além de indicarem a complexidade com que Canudos parece ter sido percebida por Euclides da Cunha devido ao impacto que seu arsenal cultural de homem do litoral, conforme depreende-se da narrativa, sofreu através da experiência vivida no sertão baiano, apontam a presença desta para o repórter como uma cidade e, ainda, trazem para diante do leitor uma cidade (mas uma cidade distinta das conhecidas como tal – daí a explicação de ser sempre assim caracterizada por um oxímoro).



Canudos é construída narrativamente como uma transformação em curso a partir do trabalho dos sertanejos, os quais teriam se identificado com aquele território por refletirem, no martírio de suas vidas, o martírio da terra em que Canudos foi erigida. Por isso, ao ser percebida como um território nos termos apresentados por Fotanille (2014) e, portanto, reconhecida como um *devir*, se entende que a cidade que se fez presente na experiência do autor no sertão, assim como a cidade que ele colocou diante de seus leitores através da sua narrativa, se trata de uma cidade ainda em fase de geração.

Aplicando sobre Canudos a mesma lógica que Euclides da Cunha aplica aos sertanejos – de que estes são apenas retrógrados e não degenerados e que, portanto, precisam apenas de tempo para serem civilizados e se desenvolverem –, defendemos que Canudos poderia ser transformada por esse mesmo sujeito, em uma cidade ainda mais desenvolvida do que as reconhecidas como tal por Euclides da Cunha. Por outro lado, considerando que, nos termos de Lefebvre (2000), cada sociedade produz o seu espaço, a cidade percebida por Euclides da Cunha (e presente em sua narrativa) poderia, caso não fosse destruída na guerra, nunca vir a ser transformada conforme os parâmetros do autor. Canudos teve sua prática espacial: seus moradores estavam modelando seu próprio território, isto é, um território apropriado ao ritmo de suas vidas.

De todo modo, como também explica Lefebvre (2000), gerar um espaço social apropriado é um processo, portanto, não se realiza em um dia, o que explica a caracterização de Canudos na narrativa de Euclides da Cunha como um *devir*, independentemente da estrutura que apresentaria quando concretizada.

O certo é que a existência de elementos que apontam a presença de Canudos enquanto uma cidade em *Os Sertões*, fortalece o entendimento de que a luta do sertanejo na guerra de Canudos não era, ou ao menos não era apenas, uma luta de cunho religioso. Ainda que motivados pela crença e busca por uma salvação divina, desejada com grande vigor em razão do sofrimento a que estavam condenados pela seca (e incentivada pela figura do beato Antônio Conselheiro), uma ordem social havia sido estabelecida em Canudos. Atividades que iam além de práticas religiosas eram realizadas pelos canudenses e um território havia sido construído e continuava a ser transformado a partir da ação desses sertanejos. Os canudenses assumiram à condição de “donos da cidade” e por isso criavam e reorganizavam o território com base em seus próprios parâmetros e horizontes.

Ao utilizarmos a expressão “donos da cidade”, associamos a luta do sertanejo de Canudos com o direito à cidade – plataforma político-filosófica desenvolvida por Lefebvre (1968), que defende a transformação da cidade de modo a fazer prevalecer a apropriação do espaço pelos cidadãos para satisfazer necessidades da coletividade e tenha a vida nela desenvolvida a partir dos seus problemas concretos, o que proporciona liberdade à urdidura de suas configurações. Não o fazemos defendendo a existência de uma vida urbana em Canudos ou o modo de vida dos canudenses como o ideal, mas, não reduzimos os efeitos de sentido da Canudos construída narrativamente por Euclides da Cunha em razão dos modelos de cidade reconhecidos pelo autor e pelos campos disciplinares de saber.

Entendemos que, por trás das paisagens de Canudos construídas narrativamente por Euclides da Cunha, existia um território “real”, construído por sujeitos movidos por propósitos, valores e modos de vida – os quais, conforme *Os Sertões*, se colocaram na condição de sujeitos na construção da sua própria “cidade” –, a qual se concretizaria a partir do território de Canudos. Era por esse território e pelo direito de construir seu *devoir* que os canudenses lutavam.

Northrop Frye (1973) afirma ser permitido em um trabalho contemporâneo a utilização dos mais plenos recursos do conhecimento moderno para explicar uma obra, sem nenhum temor real de anacronismo. Assim, utilizamos o direito à cidade para compreender, a partir da narrativa de Euclides da Cunha, a luta dos sertanejos de Canudos. Como resultado, entendemos que o “direito à cidade” para aqueles sujeitos é a objetivação do direito ao território de Canudos, moldado de acordo com seus interesses, seus ideais, suas necessidades e suas condições, construindo assim um “lugar” que poderiam chamar de seu.

Desse modo, esperamos que, a partir de *Os Sertões* e da luta dos sertanejos de Canudos por ele representada, tenhamos contribuído para o reconhecimento do próprio homem enquanto sujeito que atribui sentido às práticas que empreende e que, portanto, é capaz de erigir novos territórios conforme suas necessidades e seus valores.

Sabemos que inúmeras questões ficaram em aberto quanto à narrativa de Euclides da Cunha e quanto à construção de novos territórios conforme as necessidades e valores dos sujeitos. No primeiro caso, Italo Calvino, em sua obra *Por que ler os clássicos*, já afirmou que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”, de tal maneira que nos deixa felizes sabermos

que *Os sertões* continuará a ser objeto de pesquisas e a contribuir para uma melhor compreensão do sertão, do sertanejo e da luta desse homem que continua condenado à vida. Já sobre o segundo caso – a construção de novos territórios conforme as necessidades e valores dos sujeitos –, um leque de possibilidades pode ser aberto. Nós, inspirados nos canudenses, somos instigados de maneira especial a refletir sobre os modelos de cidade construídos e/ou reconhecidos nos campos disciplinares e sobre as múltiplas reduções sofridas pelos sujeitos nos espaços edificadas e/ou identificadas como cidade a partir de tais modelos. O que se dá por entendermos necessário e urgente que façamos como os sertanejos de Canudos e assumamos nossa condição de “donos da cidade”, que a criam e a reorganizam conforme nossas ideias, necessidades e desejos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **O Enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998. 409p.

ALMEIDA, Guilherme de. A poesia de “Os Sertões”. In: **Academia Brasileira de Letras**. p.205-215. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/memoria3.pdf>>. Acesso em: 18 de jan. de 2018.

ALVES, Fernando Brandão; Gonçalves, José Luís. Que rosto de lugar público na cidade competitiva? In: PEREIRA, Paula Cristina (Org). **A Filosofia e a Cidade. Porto: Campo das letras, 2009**. p.101-126 (Coleção Campo da Filosofia).

ALVES, Francisco José. D’os sertões como obra historiográfica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7letras, 2006, p. 185-191.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p.145-151.1995.

ANTONIO FILHO, Fadel David. A Terra: a primeira parte do livro Os Sertões – a geografia explícita de Euclides da Cunha. **Euclides e o berço de Os Sertões**, 2003-05-15. Disponível em: <<http://www.proteton.com.br/euclides/ler.php?id=542&secao=102>>. Acesso em: 12 de março de 2018.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Raul Pompéia: O Ateneu e o romance psicológico. In: **Obra Crítica**, op.cit. v.2, p.127. 1888.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel o Nascimento Pena. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa nacional: Casa da moeda, 2005. 311p. (Obras Completas). Tradução de: Rhétorique.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. Tradução: Maria Ermântina Galvão G. Pereira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.277-326. Tradução de: Estetika slovesnogo tvortchestva.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2006. 201p. Tradução de: Marxism and the philosophy of language.

BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 13ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007. 95p. Tradução de: Leçon.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo: EDUSC, 2003. 442p.

BRANDÃO, Adelino. Os Sertões: Uma revolução literária [2005]. In: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: (Campanha de Canudos). 4ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2015. p.11-15. (Coleção a obra-prima de cada autor).

BRANDÃO, Ludmila de Lima. As humanidades em face das ciências; as poéticas em face dos métodos: provocações e desafios. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.13, n.31, 2016. Disponível em: <<http://ojs.rbpj.capes.gov.br/index.php/rbpj/article/view/1173>>. Acesso em: 14 Jan. 2017.

CORREA, Nereu. **A tapeçaria linguística de Os Sertões e outros ensaios**. São Paulo: Quíron; Brasília, INL, 1978. p.1-21.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**. Uma introdução. Tradução: Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca produções culturais Ltda, 1999. 140p. Tradução de: Literary theory.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. 5ª edição corrigida. Rio de Janeiro: Francisco Alves & cia, 1914. 620p.

\_\_\_\_\_. **Discurso de posse na Academia brasileira de letras**, 1906. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discorso-de-posse>>. Acesso em 23 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Correspondência (1890-1909). In: GALVÃO, Walnice Nogueira, GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997. 408p.

\_\_\_\_\_. Nota Preliminar. In: **Os Sertões** (Campanha de Canudos). 4ª edição. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2015. p.17-20. (Coleção a obra-prima de cada autor).

DIAS, Léa Costa Santana. Considerações sobre o consórcio entre ciência e arte na obra de Euclides da Cunha. **Revista Inventário** – 12ª edição – jan-julho. 2013. Disponível em: < <http://www.inventario.ufba.br/12/Consideracoes%20sobre%20o%20consorcio.pdf>>. Acesso em 23 Jan.2018.

ECHEVARRÍA, Roberto González. Um claro em la selva: De Santa Mónica a Macondo In: **Mito y archivo**. Uma teoria de la narrativa latino-americana. Tradução: Virginia Aguierre Muñoz. 2ª edição. México: nueva edición, 2011. p.29-79. Tradução de: Myth and Archive. A Theory of Latin American Narrative.

ELIPSE. In: DICIONÁRIO aulete digital. Disponível em <<http://www.aulete.com.br/elipse>>. Acesso em 28 fev. 2018.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido**. Estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008. 186p.

FONTANILLE, Jacques. Território: do lugar à forma de vida. Tradução Luiza Helena Oliveira da Silva. Tradução de: Territoire: du lieu à la forme de vie. **Actes Sémiotiques**, Limojes, 2014, nº117. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/pdf/5239>>. Acesso em: 07 Jan. 2018.

FRYE, Northrop. **Anatomia da Crítica**. Tradução Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973. 362p. Tradução de: Anatomy of criticism.

GENS. In: **DICIONÁRIO Sensagent**. Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/Gens/pt-pt/>>. Acesso em 13 de jan. 2018.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. História, retórica, prova. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 136p. Tradução de: Rapporti di forza – Storia, retorica, prova.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p. Tradução de: Il filo e le tracce: vero, falso, finto.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, Stimmung**. Sobre um potencial oculto da literatura. Tradução: Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2014. 174p. Tradução de: Stimmungen Lesen: uber eine verdeckte Wirklichkeit der Literatur.

\_\_\_\_\_. **Produção de Presença: O que o Sentido Não Consegue Transmitir**. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2010, 206p. Tradução de: Production of presence: what meaning cannot convey.

HAESBAERT, Rogerio. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. 20p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

HANSEN, João Adolfo. **Instituição retórica, técnica retórica, discurso**. matraga, Rio de Janeiro, v.20, n.33, jul/dez. 2013. p.11-46. Disponível: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/19759/14255>>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

KNUST, Rafael Vicente. **Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra Os Sertões**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil império. In: **Revista Brasileira de História**. Vol.22. nº.43. São Paulo. 2002. 13p.

LATOUR, Bruno; WOOL GAR, Steve. **Vida de laboratório: A produção dos fatos científicos**. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1977. 310p. Tradução de: La vie de laboratoire.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2000. 476p. Tradução de: La production de l'espace.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2016. 144p. Tradução de: Le Droit à La Ville.

LEMOS, Maria Alzira Brum. **O doutor e o jagunço**: ciência e cultura em *Os Sertões*. São Paulo: UNIMAR, Arte&Ciência, 2000. 224p. (Coleção Estudos Acadêmicos).

LIMA, Luiz Costa. **Terra Ignota**. A construção de Os Sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 304p.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: O Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.) **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2009. p.104-117.

\_\_\_\_\_. A estabilidade interpretativa de Os Sertões. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, Fase VII, ano XV, n. 59, p. 111-135, abr-mai-jun. 2009.

MAGENDZO, Abraham. **Pensamiento e ideas-fuerza en la educación en derechos humanos en Iberoamerica** Santiago (Chile).OIE-Chile; CREALC-UNESCO, 2009.

MEDEIROS, Olivia Macedo Miranda de. **A ficcionalização dos sertões**: discursos poéticos sobre vales dos rios Araguaia e Tocantins. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017.

MURARI, Luciana. "**Brasil, ficção geográfica**": ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. 234p.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1981.

PENNA, Alícia Duarte. **Na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX**: Periferias e centros, pobrezas e riquezas. 2011.309f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 10, n.1, 2008. Disponível em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/viewArticle/4141>>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p. Tradução: Maria Cecília França. (Série Temas, Volume 29, Geografia e política). Tradução de: Pour une géographie du pouvoir.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988. 321p. (Série Fundamentos).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1998. 28p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eiseu Savério. **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.73-84.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. 3ª edição. São Paulo: Outras expressões, 2013. 191p.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução: Hildegard Feist. São Paul: Cia das Letras, 1996. 645p. Tradução de: Landscape and memory.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Pensamento social e linguagem n'Os Sertões de Euclides da Cunha**: entre a ciência europeia e a experiência sertaneja, vol.9, n.2, 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.butantan.gov.br/edicao/cadernos-de-historia-da-ciencia-volume-9-numero-2-2013/66>>. Acesso em: 11 de fev. 2018.

SOUZA, Ronaldo de Melo e. Geopoética de Euclides da Cunha. **Euclides e o berço de Os Sertões**, 2003-09-04. Disponível em: <<http://www.proteton.com.br/euclides/ler.php?id=711>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. p.288. Tradução de: Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. p.248. Tradução de: Space and place: the perspective of experience.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: a natureza como pátria. **Remate de Males**, Campinas, v.7, 1987. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636321>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estilo Tropical**. História cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das letras, 1991. 207p.

\_\_\_\_\_. Do mar se fez o sertão: Euclides da Cunha e Canudos. **O centenário de um clássico**: Os Sertões (Revista Canudos). Salvador; ano 7, números 6/7, p. 39-71, UNEB, 1996.



\_\_\_\_\_. Euclides da Cunha no Vale da Morte. **Revistausp**, São Paulo, n.54, 2002. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35208>>. Acesso em: 03 Fev. 2018.

VERÍSSIMO, José. Uma história dos Sertões e da Campanha de Canudos. In: ARARIPE JUNIOR. **Juízos Críticos**. Os Sertões (Campanha de Canudos) por Euclides da Cunha, 2ª edição. São Paulo: Laemmert & Cia., 1904. p.22-32.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, Lincoln Institute, 2001p.

ZOLA, Emile. **O romance experimental e o naturalismo no teatro**. Tradução de Ítalo Caroni e Célia Berretini. São Paulo: Perspectiva, 1979. 136p. Tradução de: Le roman expérimental e Le naturalisme au théâtre.

WHITE. Hayden. Teoria literária e escrita da história. Tradução Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, p. 21-48, 1991.

\_\_\_\_\_. O Texto Histórico como Artefato Literário. In: **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a crítica da cultura. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. vol.6. p.97-116. Tradução de: Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism. (Ensaio da cultura).

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1979. 216p. Tradução de: Marxism and Literature.